

ConeXão

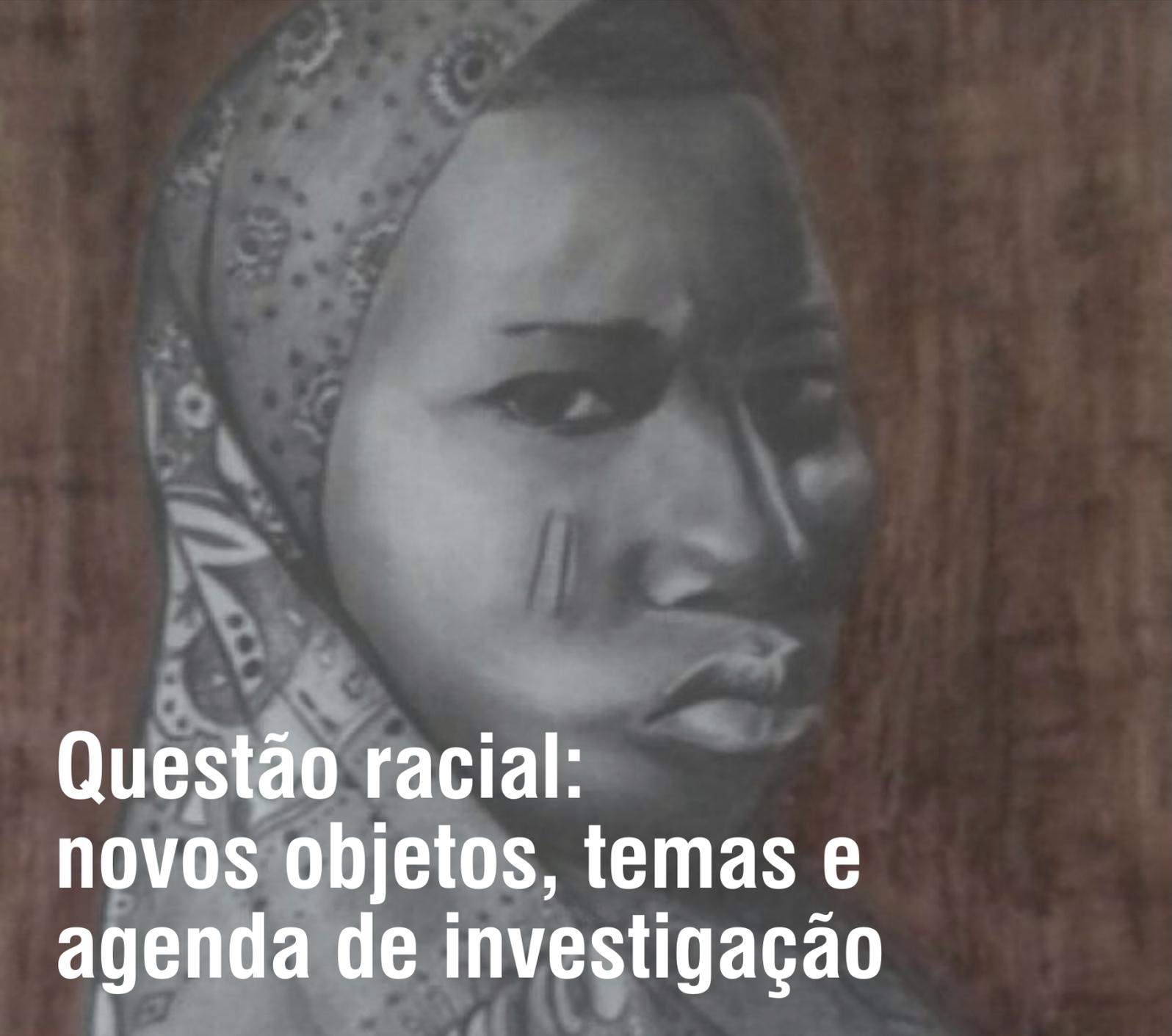
P O L Í T I C A

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

14

ANO VIII - V. 8 - N. 01
TERESINA-PI, JAN./JUN. 2019

ISSN 2317-3254



**Questão racial:
novos objetos, temas e
agenda de investigação**

Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

Ano - 8

2019

A questão racial no Brasil: novos temas, objetos e agendas de pesquisa



EDUFPI

Teresina- Piauí

Conexão Política - v. 8, n. 1 - jan./jun. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dra. Regina Lucia Ferreira Gomes

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor: Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador: Prof. Dra. Olívia Cristina Perez

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro: Ininga - Teresina – PI

CEP: 64049-550

E-mails: cienciapolitica@ufpi.edu.br

revistaconexaopolitica@ufpi.edu.br

Fone: (86) 3237-1692

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. — v. 8, n. 1 (jan./jun., 2019) — . — Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2019— . — 106p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>

Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais. I. Universidade Federal do Piauí-UFPI.
II. Título: Conexão Política

CDD: 320

Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal do Piauí



EDUFPI
Teresina- Piauí
Conexão Política - v. 8, n. 1 - jan./jun. 2019

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

CONSELHO EDITORIAL

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)

Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)

Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)

Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)

Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)

Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)

Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)

Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)

Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)

Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

CAPA

Sammy Lima, com interferências sobre a obra “Mãe África”, do artista plástico Beto Cavalcante. Técnica mista: lápis grafite e lápis de cor, 21cm x 29, 2009

REVISÃO

Ilza Cardoso

EDITORIAÇÃO

José Anchiêta do Nascimento Lima

FOTO

Beto Cavalcante

Sumário

Apresentação

Flavia Rios, Marcio André de Oliveira dos Santos e Raimundo Batista dos Santos Junior 7

Raça e eleições: candidaturas negras na competição eleitoral para vereador no Rio de Janeiro
Wescrey Portes Pereira 11

“A violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência” : discursos sobre o genocídio da população negra em Recife-PE
Joyce Amâncio de Aquino Alves 29

O feminismo negro na era dos ativismos digitais
Dulcilei da Conceição Lima 49

“Nós negros e LGBT estamos aqui!”: raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras
Stephanie Lima 71

Resenhas 91

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
Paulo César Ramos 93

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
Lourival Aguiar 97

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. São Carlos: EDUFSCAR, 2018.
Maiiah Lunas de Oliveira 103

APRESENTAÇÃO

O que mudou na agenda das relações raciais no Brasil? O que de novidade há na academia brasileira? Essas questões são norteadoras deste dossiê intitulado *A questão racial no Brasil: novos temas, objetos e agendas de pesquisa*. Tecnologias de comunicação e informação, representação política, genocídio negro e interseccionalidade são alguns dos temas que marcam a novidade no campo das relações raciais na contemporaneidade. Neste dossiê, há artigos que trazem resultados de investigações de jovens pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. Trata-se de estudos realizados, na última década, nos programas de mestrado e doutorado de importantes estabelecimentos de ensino do país.

O campo investigativo sobre a temática racial tem se ampliado nos últimos anos, sobretudo devido à inserção de novos (as) pesquisadores (as) em programas de pós-graduação por todo o país. Importante sublinhar que essa reconfiguração do corpo discente e docente nas universidades públicas e privadas tem influenciado também em reivindicações de novas temáticas de pesquisa. Por isso, o presente dossiê traz contribuições de intelectuais negras e negros que estudam a questão racial no contexto brasileiro contemporâneo.

O primeiro artigo, que abre a presente reunião, é de Wescrey Portes Pereira, que estuda política e desigualdades raciais no Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Preocupado com as causas da sub-representação dos negros no parlamento, o pesquisador, em diálogo com a ainda escassa produção acadêmica sobre o assunto, revela um campo de pesquisa emergente que precisa ser mais explorado pelas ciências sociais brasileiras. Em particular, nota a importância de estabelecer diálogo entre as aquisições dos estudos sobre desigualdades raciais em termos de renda e acesso educacional ao entendimento do sistema político brasileiro. Pereira chama a atenção justamente para o ponto nevrálgico do processo, qual seja o financiamento de campanhas e sua relação com o sucesso ou fracasso na competição eleitoral, segundo a cor dos candidatos e das candidatas.

Logo em seguida, vem o artigo de Joyce Aquino Alves, que é resultante de sua pesquisa de doutorado realizada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trata-se de trabalho que investiga a construção da agenda política do genocídio da população negra entre os agentes civis na cidade de Recife. A autora se debruça sobre o uso do termo genocídio nos movimentos sociais, em contraste com a literatura acadêmica. Afirma a autora que a produção das ciências sociais sobre o tema aumentou e tem associado a terminologia à violência letal contra pretos e pardos, diferentemente do ativismo, que apresenta uma concepção mais ampla e processual do que seja o genocídio negro. Em que contextos se insere a questão do genocídio e qual a real utilidade desse

conceito? Ou ainda: quais as diferenças entre os usos atuais e sua formulação pioneira em Abdias do Nascimento? Qual a relevância para tratar de casos concretos na atualidade, especialmente no que toca à realidade bárbara de mortes violentas entre jovens negros, pobres e periféricos no Brasil? Essas são questões enfrentadas pela autora que, associada à pesquisa empírica na cidade nordestina, ajuda a qualificar o debate, descentralizando territorialmente o campo de pesquisa, majoritariamente localizado na região centro-sul. Ao analisar os discursos dos ativistas pernambucanos engajados na luta contra o genocídio da população negra, Joyce Aquino ressalta o caráter não violento do ativismo em contraste com sua reivindicação, a luta contra a violência policial e mortalidade, seja pela agência ativa do Estado, seja por sua incapacidade de assegurar a vida das populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, que dizer dessa nova geração de ativistas no mundo da internet que influenciam nossas formas de pensar, nossos comportamentos e nossas sensibilidades? Como as jovens feministas negras têm se apropriado do ativismo digital? Quais as suas estratégias, discursos e plataformas de ação? Que mudanças tecnológicas e sociais garantiram às gerações ativistas de estratos sociais mais pobres o acesso ao mundo do ativismo digital? Essas são algumas das questões desenvolvidas pela pesquisadora da Universidade Federal do ABC (UFABC) Dulci Lima. Depois de um rico diálogo com a produção acadêmica especializada, seja a que caracteriza o histórico do feminismo negro no Brasil, seja a que mostra a nova fase da participação política dessas mulheres no mundo digital, a autora faz uma excelente exposição dos meios de compartilhamento e armazenamento de informações em que se movem as feministas negras brasileiras. As múltiplas possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação, além da cultura política ativista no Brasil que envolve o antirracismo e o feminismo, formaram um solo fértil para a atuação dessas jovens, que passaram a praticar o ciberfeminismo, com forte crítica aos padrões dominantes euro-ocidentais, brancos e heteronormativos. Dedicada não apenas aos discursos, mas, sobretudo, às ferramentas por meio das quais essas mulheres vocalizam suas demandas, a autora apresenta um sofisticado, atual e instigante trabalho, que envolve temas centrais nos debates de hoje, quais sejam raça, gênero, sexualidade, geração e novas tecnologias de comunicação.

As ações afirmativas causaram expressiva mudança no perfil universitário dos últimos anos. Esse impacto foi ainda sentido nas formas como as entidades negras se reconfiguraram. Com esse tema em mãos a pesquisadora Stephanie Lima, da UNICAMP, investigou as estratégias, práticas e discursos dessa nova juventude que tem tematizado, em perspectiva interseccional, as categorias raça, gênero e sexualidade. As novas mobilizações e ações coletivas no chamado “movimento universitário” têm indicado o sentido da cultura política de um segmento social brasileiro mais escolarizado, podendo ser, por isso, expressão de transformações sociais vindouras. Mostra a pesquisadora como é o tornar-se negro no novo contexto universitário do país. Agentes que promovem essas novas sensibilidades e sua agenda na estrutura acadêmica são objeto de investigação desse artigo.

O dossiê também conta com três resenhas. A primeira delas é de Paulo Ramos, pesquisador da Universidade de São Paulo, que faz uma releitura do livro *O genocídio do negro*

brasileiro. A resenha é oportuna porque em 2018 completaram-se 40 anos da referida obra. Ademais, sublinhe-se não apenas a importância de Abdias do Nascimento, ativista negro brasileiro internacionalmente reconhecido, mas também a relevância histórica desse livro que se tornou emblema contra o paradigma intelectual, político e cultural da mestiçagem, mostrando que este não seria solução harmônica nos trópicos, mas o seu inverso: apagamento demográfico e cultural dos negros e sua descendência. Na resenha o autor esclarece a ideia de genocídio, tão em voga na linguagem política civil da atualidade, contudo muito distinta daquela elaborada por Nascimento. Lembra-nos Ramos que, para Abdias do Nascimento, genocídio é processo, marcado pela lógica do embranquecimento demográfico, cultural e até biológico, enquanto, no presente, genocídio é entendido como ação, ato, prática, que envolvem a destruição física por meio da violência letal.

Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro, livro escrito pelo professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Deivison Faustino, foi resenhado por Lourival Aguiar. O texto do pesquisador ressalta a trajetória de Franz Fanon, da Martinica à Argélia, passando pela França, onde estudou e trabalhou na área da psiquiatria. Além do itinerário pessoal e político, a resenha mostra o pensamento de Fanon em contraste com outras tradições intelectuais, como o movimento de negritude. Além das divergências com o movimento intelectual francófono, Aguiar, em sua síntese, mostra o esforço de Fanon em atrelar o colonialismo, a psiquiatria e o marxismo. O trabalho de Aguiar faz jus ao belo livro de Faustino e é editado por Marciano Ventura.

Por fim, este dossiê conta com o trabalho de Maiah Lunas de Oliveira, da Universidade Federal Fluminense, que escreveu sobre o recém-lançado *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras* brasileiras, de Elizabeth Hordge-Freeman, professora da University South Florida. Seu livro, publicado em português pela EDUFSCAR, traz resultados do estudo realizado na cidade de Salvador, onde a autora desenvolveu sua pesquisa enquanto fazia intercâmbio na Universidade Federal da Bahia.

Boa leitura!

Flavia Rios

Editor Especial

Professora do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Núcleo de Estudos Guerreiro Ramos (Negra) e pesquisadora do AFRO/CEBRAP

Marcio André de Oliveira dos Santos

Editor Especial

Cientista Político e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor-chefe da Revista Conexão Política

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

RAÇA E ELEIÇÕES: CANDIDATURAS NEGRAS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL PARA VEREADOR NO RIO DE JANEIRO

RACE AND ELECTIONS: BLACK CANDIDATES IN THE ELECTORAL COMPETITION FOR COUNCILMAN IN RIO DE JANEIRO

Wescrey Portes Pereira*

Resumo: O que impede os negros e negras de acessarem os espaços de representação política? Pesquisas mais recentes focadas no impacto da raça no sistema eleitoral têm identificado uma forte presença de negros na competição eleitoral, todavia essa presença não se materializa em representação nas casas legislativas. Nesse esteio, o presente artigo busca descrever o quadro geral da participação dos candidatos negros e negras nas eleições de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, nesta onde se deu a primeira eleição em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) levantou informações sobre raça/cor dos candidatos. Em diálogo com a literatura especializada, buscaremos apresentar alguns caminhos para a formação de uma agenda mais densa de estudos sobre sub-representação política de negros e negras.

Palavras-chave: Raça. Sub-representação. Política. Eleição. Rio de Janeiro.

Abstract: What hinders black men and women to access the spaces of political representation? More recent research, focused on the impact of race on the electoral system, has identified a strong presence of black people in electoral competitions, but this presence does not materialize in representation in Legislative Houses. In this vein, this article seeks to describe the general picture of the participation of black men and women candidates in the 2016 elections, in the city of Rio de Janeiro, in the first election where the Electoral Superior Court (TSE) surveyed the race/color of candidates. In dialogue with the specialized literature, we will try to present some ways to form a more dense agenda of studies on political under-representation of blacks men and women.

Keywords: Under-representation. Politics. Election. Rio de Janeiro.

* O autor é doutorando em sociologia no IESP/Uerj. Contato: wescrey.portespereira@gmail.com

1 Introdução

Quais as barreiras que impedem a ascensão política de negros e negras? No dia 23 de agosto de 2018, em entrevista a um portal de notícias¹, um pré-candidato negro denunciou o seu partido enquanto racista em função da priorização de candidaturas brancas na distribuição dos recursos do fundo partidário. Essa denúncia se junta às diversas outras produzidas por militantes do movimento negro aos partidos. A configuração atual do sistema eleitoral brasileiro, estabelecida a partir da promulgação da Constituição de 1988, limitou a participação político-eleitoral apenas aos partidos políticos e impediu outras formas de representação política, a exemplo de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações civis. Os integrantes dos movimentos negros optaram pela estratégia comum à maioria dos movimentos sociais à época e passaram a integrar diferentes siglas partidárias. Todavia, ao longo de três décadas, pouco se sabe sobre os elementos políticos e sociais que funcionam como barreiras impeditivas à ascensão política de negros e negras às casas legislativas.

Se, por um lado, a politização da questão racial adentrou a agenda pública e acadêmica em diferentes dimensões (CAMPOS; GOMES, 2016), consolidando o entendimento de que o Brasil racialmente é um país desigual, por outro lado, quando pensamos a esfera da representação, pouco avançamos no sentido de levar à luz as desigualdades de acesso ao espaço legislativo brasileiro nas diferentes esferas – municipal, estadual e federal. Das poucas pesquisas relacionadas à raça e representação política, tem-se encontrado diagnóstico praticamente consensual de que a política brasileira é majoritariamente dominada por homens brancos (CAMPOS; MACHADO, 2015). Entretanto, tais pesquisas são inconclusivas quanto a apresentar informações acerca das barreiras encontradas pelas negras e negros na competição eleitoral. Para Campos e Machado (2015), a distância entre a identificação do problema e o diagnóstico das causas do afastamento dos negros da política, além de interditar a entrada deste tema na agenda do debate acadêmico e político, impede a formulação de medidas visando à criação de mecanismo de inclusão política deste grupo².

A dificuldade quanto à coleta de dados referente à raça/cor dos candidatos também contribuiu para a escassez de pesquisas visando a interpretar o fenômeno da sub-representação política de negros e negras. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) só passou a recolher informações referentes à raça/cor na eleição de 2014 forçando pesquisadores a buscar metodologias alternativas para o levantamento das informações em trabalhos anteriores, seja por meio da heteroclassificação³

¹ No dia 23/07, foi divulgada no portal UOL uma entrevista com o então pré-candidato pelo PSOL Douglas Belchior, colunista da Carta Capital, professor e dirigente do UneAFRO Brasil, organização do movimento negro que trabalha com educação popular e que conta com mais de 40 núcleos de base em funcionamento, organizando formação política e buscando fortalecer as trajetórias educacionais de jovens negros e pobres em regiões periféricas de São Paulo. Nessa entrevista, Douglas denunciou a política partidária de distribuição dos recursos do fundo partidário que priorizou os candidatos brancos (ADORNO, 2018).

² Das poucas vezes que o tema entrou no debate público, deu-se em meio aos debates da reforma política no contexto das manifestações de 2013. Chegou ser colocado em pauta o Projeto de Emenda Constitucional - PEC 116/2011-, que propõe um sistema de voto plural, onde o eleitorado iria escolher dois candidatos para cada cargo legislativo: um dentro do rol de candidatos negros e outro concorrente no sistema universal (CAMPOS; MACHADO, 2015). O teor da PEC, de autoria do Deputado Federal Luiz Alberto PT/BA, pode ser consultado em Brasil (2019).

³ Heteroclassificação é uma opção metodológica para levantamento de dados, onde as fotos dos candidatos são

das fotos dos candidatos (CAMPOS, 2015; BUENO; DUNNING, 2013) ou pela busca de informações fornecidas pelos partidos políticos ou pelos próprios candidatos (OLIVEIRA, 1991; MENEGUELLO; MANO; GORSKI, 2012). Tais pesquisas apresentam informações fundamentais para o campo de estudos, das quais destaco aquelas referentes ao recrutamento das candidaturas, capital simbólico, recursos de campanha e votação.

É fato que o afastamento político não é uma distinção apenas por raça/cor. Basta ver que o mesmo ocorre com o grupo das mulheres, que encontram diversos obstáculos para ascender e ocupar espaços de representação política (CAMPOS; MACHADO, 2015). Contudo, quando observada a literatura sobre sub-representação feminina nos espaços de representação política, percebe-se um campo mais consolidado. No caso das mulheres, elas encontram barreiras já no recrutamento das candidaturas. Os partidos tendem a recrutar mais homens, promovendo listas majoritariamente masculinas. Tendo em vista o diagnóstico produzido pela questão de gênero, sugere-se a hipótese sobre a repetição do fenômeno quando analisada a presença de negros e negras nas listas eleitorais em alguns trabalhos. Porém, as informações levantadas apontam que as diferenças entre a presença de negros e negras nas listas eleitorais dos partidos e/ou coligações não apresentam disparidade significativa em relação à população negra dos respectivos colégios eleitorais (CAMPOS; MACHADO, 2015; RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017), variando de acordo com o partido político analisado.

Recursos sociais como nível de instrução e a origem de classe têm influência significativa no sucesso eleitoral.

Pesquisas sobre recrutamento político vêm chamando a atenção para o fato de que recursos sociais mais simbólicos, como nível de instrução, origem de classe, gênero, têm grande peso nas chances eleitorais dos candidatos (Norris; Lovenduski, 1995). Constata-se, por exemplo, que candidatos com nível escolar maior tendem a receber mais votos, do mesmo modo que indivíduos oriundos das classes mais altas da sociedade (Rodrigues, 2002; Perissinotto, Costa e Tribess, 2009; Norris, 1997). (CAMPOS; MACHADO, 2015).

Campos e Machado (2015), em estudos sobre as eleições de 2012 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, demonstram que as negras e os negros tendem a acessar menos recursos sociais e, por conseguinte, tendem a ter menos chances de viabilizar uma candidatura competitiva. Para os autores, tal informação pode decorrer de uma tática partidária de recrutamento voltada para candidatos com maior nível de instrução. Como apontado anteriormente, a estratégia de recrutamento varia em cada partido, podendo ter implicações distintas sobre o sucesso eleitoral, de modo que não devemos desconsiderar que tais estratégias podem ser orientadas à luz de interesses de grupos dominantes. Ou seja, devemos tomar a estratégia nas eleições não como um fim em si mesmo e sim como parte de um processo de viabilização eleitoral dos partidos, situando a análise em processo mais amplo.

Quanto ao financiamento e aos recursos de campanha, variável política fundamental para a competição eleitoral, os autores detectaram que a distribuição entre os candidatos acontece de

submetidas à avaliação e classificação racial de outras pessoas.

forma desigual. A constatação data que em média as candidaturas brancas declaram gastar 34 mil reais e os não brancos 12 mil reais, na cidade do Rio de Janeiro, enquanto essa relação em São Paulo é de 100 mil em média para os brancos e 73 mil para os não brancos.

Quando tomamos o acesso a financiamento de campanha como variável dependente, percebemos maior dificuldade dos candidatos não brancos em obter recursos, o que persistiu mesmo quando controlamos o efeito do sexo e do grau de instrução. Embora ter o ensino superior e uma ocupação profissional tradicionalmente da classe alta e ser homem facilitem o acesso a financiamento, ser não branco tem ainda assim um efeito sobre esse recurso. (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 141).

Em relação à votação obtida, os autores perceberam que os não brancos em média recebem metade dos votos em comparação aos brancos. Quando agregadas a cidade do Rio de Janeiro e a de São Paulo, a média de votos obtida pelos brancos ficou na casa dos 0,897% e os negros atingiram uma média de 0,0410%. Essa relação permaneceu ao isolar ambas as metrópoles que “em termos absolutos, candidatos brancos no Rio de Janeiro receberam em média 2.200 votos contra 881 votos dos não brancos; já em São Paulo, brancos tiveram em média 4.707 contra 2.581 de não brancos” (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 136). Tendo em vista os caminhos investigativos abordados até aqui, os autores sugerem percursos e conclusões parciais acerca dos mecanismos que operam dificultando a viabilização eleitoral de candidatos negros no que tange às possibilidades de sucesso eleitoral. Os autores partem da compreensão sobre a existência de uma interação entre as dinâmicas sociológicas de discriminação racial e o funcionamento do nosso sistema eleitoral.

Do universo de candidatos, apenas um pequeno grupo de fato participa do processo eleitoral em condições de competir pelas vagas no congresso. É nesse grupo pequeno de candidatos que a distância entre brancos e negros é mais acentuada. Os eleitos, em geral, são aqueles oriundos desse seleto grupo de candidatos que dispõem de maior acesso a recursos de campanha. Ou seja, os candidatos eleitos são aqueles que durante o processo eleitoral congregam majoritariamente os recursos eleitorais do pleito.

Tendo em vista as contribuições da bibliografia acerca do tema sob análise neste artigo, buscaremos descrever a participação dos candidatos a vereador para Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com base nas informações disponíveis pelo TSE. A escolha da cidade do Rio de Janeiro enquanto unidade de análise segue uma perspectiva: sociologicamente, o Rio de Janeiro é a segunda capital com maior proporção de negros e negras e politicamente foi palco de diversas articulações de setores importantes do movimento negro brasileiro, assim como de construção de ideologias políticas voltadas para os negros e negras, como o trabalhismo varguista e o socialismo moreno pedetista (CAMPOS, 2015).

2 Distribuição das candidaturas negras na competição eleitoral de 2016

O Tribunal Superior Eleitoral não dispõe de informações referentes à cor/raça das candidaturas em eleições anteriores ao processo eleitoral de 2014. As eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador em 2016 são um marco central para a continuidade de pesquisas acerca da sub-representação política de negros e negras, ao passo que esse processo eleitoral foi o primeiro em que aconteceu o levantamento de informações referentes à raça/cor no registro das candidaturas em nível municipal. Diferente de como ocorre com o Censo e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio - PNAD, os registros eleitorais não produziram dados que incorporassem a dimensão racial, assim obliterando a produção de pesquisas sobre a sub-representação política. Na cidade do Rio de Janeiro, 3.708.857 eleitores compareceram às urnas, cerca de 75% de um total de 4.898.044 aptos a votar. Foram ofertadas aos eleitores cariocas 11 chapas para disputa da Prefeitura e 1606 candidatos e candidatas, distribuídos em 35 partidos e 26 listas de candidatos⁴ disputando 51 vagas no parlamento municipal. Entre esses, os candidatos a vereador brancos eram 845 (52%), os candidatos pardos corresponderam a 493 (30,6%), os candidatos pretos somavam 264 (16,2%) e apenas 4 (0,2%) candidatos se autodeclararam indígenas. Para fins deste estudo, além de não contemplarmos a proporção de indígenas⁵, utilizaremos a categoria negro para designar a soma dos candidatos e candidatas autodeclarados pretos e pardos nas fichas de inscrição do TSE. Assim sendo, passamos para descrição do quadro eleitoral de 2016, quanto à competição para as vagas na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro.

Na eleição de 2016, os brancos representavam 52,6% e os negros representavam 47,4% dos candidatos. Tomando como comparação a pesquisa de Campos e Machado (2015), que analisa as eleições de 2012 na mesma cidade, percebemos uma variação ascendente no número de candidaturas negras. Na ocasião, os brancos representavam 62,2% e os negros 37,8% das candidaturas. A diferença percentual de negros nas listas partidárias entre a eleição de 2012 e a eleição de 2016 pode ser explicada pela natureza dos dados analisados. A primeira estruturou os dados através da heteroclassificação e a segunda por meio da autodeclaração dos candidatos coletadas pelo TSE na homologação das candidaturas. Pode também, ao contrário, significar um aumento real na inserção dos negros nas listas partidárias no último pleito municipal.

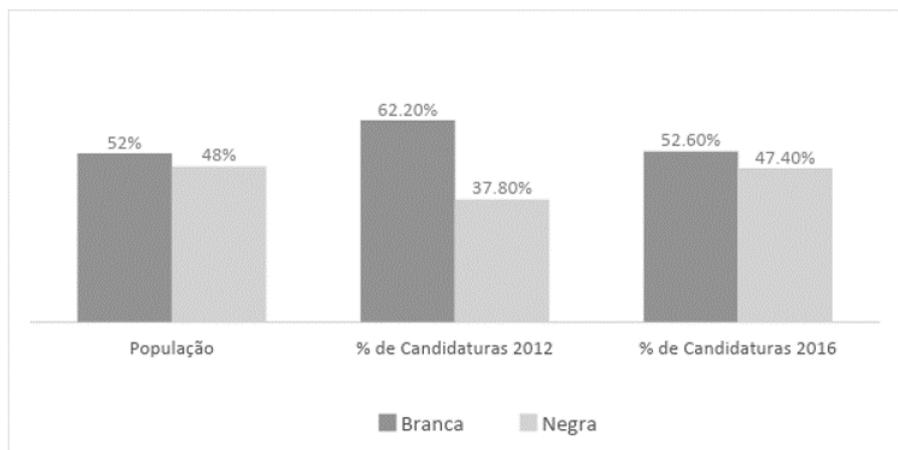
Independente da hipótese sobre a diferença de negros candidatos entre os pleitos de 2012 e 2016, cumpre registrar, como tem sido recorrente nos estudos sobre sub-representação, que o afastamento de negros e negras das casas legislativas não pode ser explicado em função do número menor de candidaturas negras em relação às candidaturas brancas.

Ou seja, o baixo contingente de políticos negros nas casas legislativas não decorre da escassez de candidaturas deste segmento na competição eleitoral, como podemos ver no Gráfico 1:

⁴ Nesta eleição foram formadas 7 coligações proporcionais envolvendo 16 partidos, por isso o número de listas é inferior ao número de partidos.

⁵ Como a proporção de indígenas é residual, optamos por não incluir neste estudo.

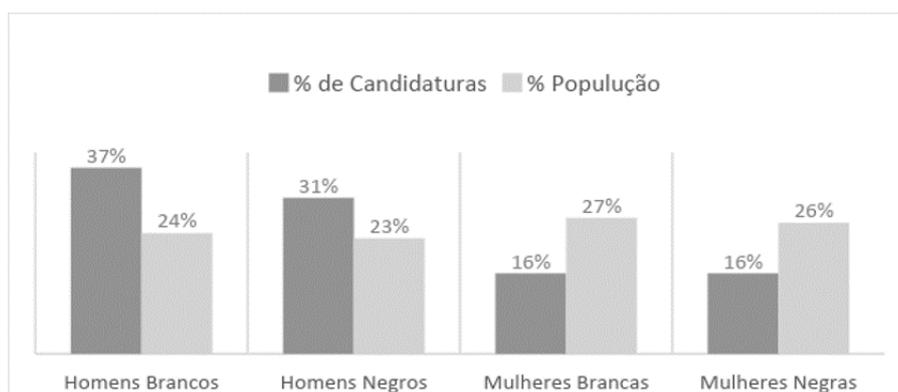
Gráfico 1: Proporção de candidaturas negras e brancas nas eleições de 2012 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Censo Demográfico 2010, dados do TSE (2018) e Campos e Machado (2015).

As mulheres representam 32% das candidaturas à vereança na cidade do Rio de Janeiro, percentual recorrente nas pesquisas que versam sobre diversidade de gênero nas listas eleitorais⁶. Combinado com a variável raça, como nos dados eleitorais agregados nacionalmente (PORTES, 2018), existe uma sobrerrepresentação de homens brancos e homens negros nas listas, respectivamente 37% e 31%. Em relação ao gênero feminino, de modo inverso, existe uma sub-representação nas listas, sendo as mulheres brancas 16% e as mulheres negras outros 16%, dentro da competição eleitoral, bem abaixo das proporções encontradas na população carioca, 27% e 26% respectivamente, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2: Proporção de candidatura por raça e gênero em relação à população do Rio de Janeiro na eleição de 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Censo Demográfico 2010 e de dados do TSE (2018).

Tomando como base o argumento desenvolvido por Campos e Machado (2015), poderíamos afirmar que as barreiras encontradas pelos negros na competição eleitoral não estão no recrutamento das candidaturas. Levando em consideração a variável gênero, percebemos que as mulheres encontram dificuldades já neste processo de formação das listas eleitorais. Existe uma

⁶ Ao menos em relação aos postos legislativo federal, a sub-representação de mulheres parece refletir sua pequena participação nas listas lançadas pelos partidos (ARAÚJO, 2001). Em 2016, as mulheres foram 31% do universo de candidaturas, e na grande maioria dos partidos a presença interna nas listas não passou de 33% (CAMPOS; MACHADO, 2016).

significativa sobrerrepresentação de homens, negros e brancos, nas listas eleitorais no pleito de 2016.

As mulheres, negras e brancas, convivem com barreiras que limitam a participação já na formação das listas eleitorais, de modo que a sub-representação de mulheres encontra-se de forma vertiginosa já a partir do recrutamento das candidaturas e na formação das listas eleitorais. Nesse pleito, em específico, é pouco provável que a baixa participação das mulheres negras nas listas seja oriunda de implicações estritamente raciais, na medida em que há um número alto de homens negros candidatos, e assim como as mulheres negras, uma baixa participação de mulheres brancas. Vemos então que as mulheres, sejam negras ou brancas, encontram barreiras mais fortes em relação ao gênero quanto à inserção nas listas eleitorais.

3 Distribuição das candidaturas nos partidos políticos

No sistema político brasileiro, o Presidente da República, os governadores, os senadores e os prefeitos são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário, ou seja, os candidatos que recebem mais votos são eleitos. Em contraste, deputados e vereadores são eleitos através do sistema proporcional, especificamente o sistema eleitoral de lista aberta. Tal modelo oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou votar na legenda partidária. Isso posto, as cadeiras obtidas pelos partidos ou coligações⁷ são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada partido/coligação (NICOLAU, 2006). Por mais que a legislação garanta autonomia aos candidatos para organizarem suas campanhas eleitorais, sobretudo no que concerne à arrecadação de recursos financeiros, os partidos têm papel central na competição eleitoral. São os partidos que recrutam os candidatos, organizam as estratégias de aproximação de lideranças das diversas esferas da sociedade civil, além de deter, por prerrogativa legal, o direito ao tempo de televisão e rádio⁸. Cabe também às burocracias partidárias a definição de estratégias eleitorais para cada pleito, delimitando possíveis aliados e adversários para cada disputa.

Os dados demonstram que a distribuição das candidaturas não apresenta discrepância significativa entre proporção de candidaturas e proporção populacional de negros na cidade do Rio de Janeiro, quando não levada em consideração a variável de gênero. É importante trazer à luz e questionar em que medida a exclusão política dos negros pode ser atribuída ao tratamento distinto do partido político no recrutamento das candidaturas. Os responsáveis pela organização da lista procuram considerar critérios geográficos, apresentando candidaturas de diferentes localidades, evitando a sobreposição de candidatos na mesma área, tendendo a privilegiar lideranças de determinados grupos de eleitores, como líderes sindicais, empresários, ativistas

⁷ O sistema proporcional estabelece o resultado final utilizando o quociente eleitoral e partidário. O quociente eleitoral é definido pela soma do número de votos válidos dividida pelo número de cadeiras em disputa. Apenas partidos isolados e coligações que atingem o quociente eleitoral têm direito a alguma vaga. O quociente partidário é extraído do número de votos válidos obtidos pelo partido e/ou coligação dividido pelo quociente eleitoral. O resultado nesta conta estabelece o número de vagas ocupadas por cada partido ou coligação.

⁸ A distribuição do tempo de TV e Rádio na disputa proporcional apresenta-se da seguinte forma: 90% do tempo será dividido de forma proporcional e 10% de forma igualitária entre todos os candidatos e coligações. A diferença de tempo de propaganda fica a cargo da soma de deputados federais de todos os partidos da coligação (se houver) ou do partido do candidato.

de movimentos sociais (mulheres, negros, comunitário etc.), líderes religiosos e personalidades (NICOLAU, 2006).

Como afirma Campos (2015) em artigo sobre o recrutamento das candidaturas nas eleições de 2012⁹ nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, embora o número de candidaturas negras se apresente de maneira proporcional ao contingente populacional de negros na sociedade carioca, faz-se importante ressaltar que a distribuição das candidaturas femininas nas listas segue um padrão de recrutamento partidário¹⁰, uma vez que há um padrão distinto de recrutamento para cada partido político ou coligação eleitoral.

A participação de brancos e negros nas listas oscila bastante quando observada a distribuição de candidaturas por raça/cor nas eleições de 2012. O autor identificou no Rio que partidos como o PMDB lançaram mais de 80% de candidatos classificados como brancos, enquanto o PPL lançou mais de 60% de candidaturas negras (CAMPOS, 2015). Nas eleições de 2016, novamente encontramos uma oscilação na distribuição de negros e brancos nas listas partidárias. Na ocasião, o Partido Novo, estreante na competição eleitoral, apresentou uma lista com um percentual de 94% de candidaturas brancas, enquanto o PR, que havia lançado 80% de candidaturas brancas em 2012, lançou 89% de candidaturas negras em 2016. Trata-se do partido que proporcionalmente apresentou o maior número de competidores negros no pleito eleitoral de 2016 na capital fluminense. No Gráfico 3 apresentamos a distribuição de candidaturas por raça/cor nas listas apresentadas pelos partidos¹¹ na competição eleitoral.

Nas eleições proporcionais, os partidos podem lançar candidatos no total de até 150% do número de lugares a serem ocupados na Câmara de Vereadores. Até a eleição de 2016, os partidos também poderiam se lançar na competição proporcional coligados com outros partidos¹². Ou seja, os partidos e/ou coligações poderiam lançar listas de até 76 candidatos. No Gráfico 4 apresentamos a distribuição em relação às coligações proporcionais. Se observado o arranjo das listas, agregando os candidatos nas coligações, percebemos uma manutenção da variação, entretanto uma variação menor da proporção de candidaturas negras e brancas. Apenas as listas do Partido Novo, PP e PHS mantiveram a sobre-representação acentuada de candidaturas brancas, enquanto a lista do PR manteve a sobre-representação das candidaturas negras.

Para Melo e Soares (2016), as coligações servem como alternativas para ampliação das chances eleitorais dos partidos baseada nas estratégias para redução de custos e maximização de ganhos eleitorais, pois uma candidatura isolada pode ser inviável, ainda que obtenha uma grande quantidade de votos, pois, segundo as regras vigentes, é necessário ultrapassar o quociente eleitoral para poder ter sucesso eleitoral. Assim, coligações são costuradas pelos partidos políticos com o intuito de ampliar as chances de êxito na competição eleitoral, seja pela composição de partidos pequenos na busca de superação do quociente eleitoral, seja a relação entre partidos

⁹ Os dados para essa pesquisa foram levantados por meio da heteroclassificação dos candidatos.

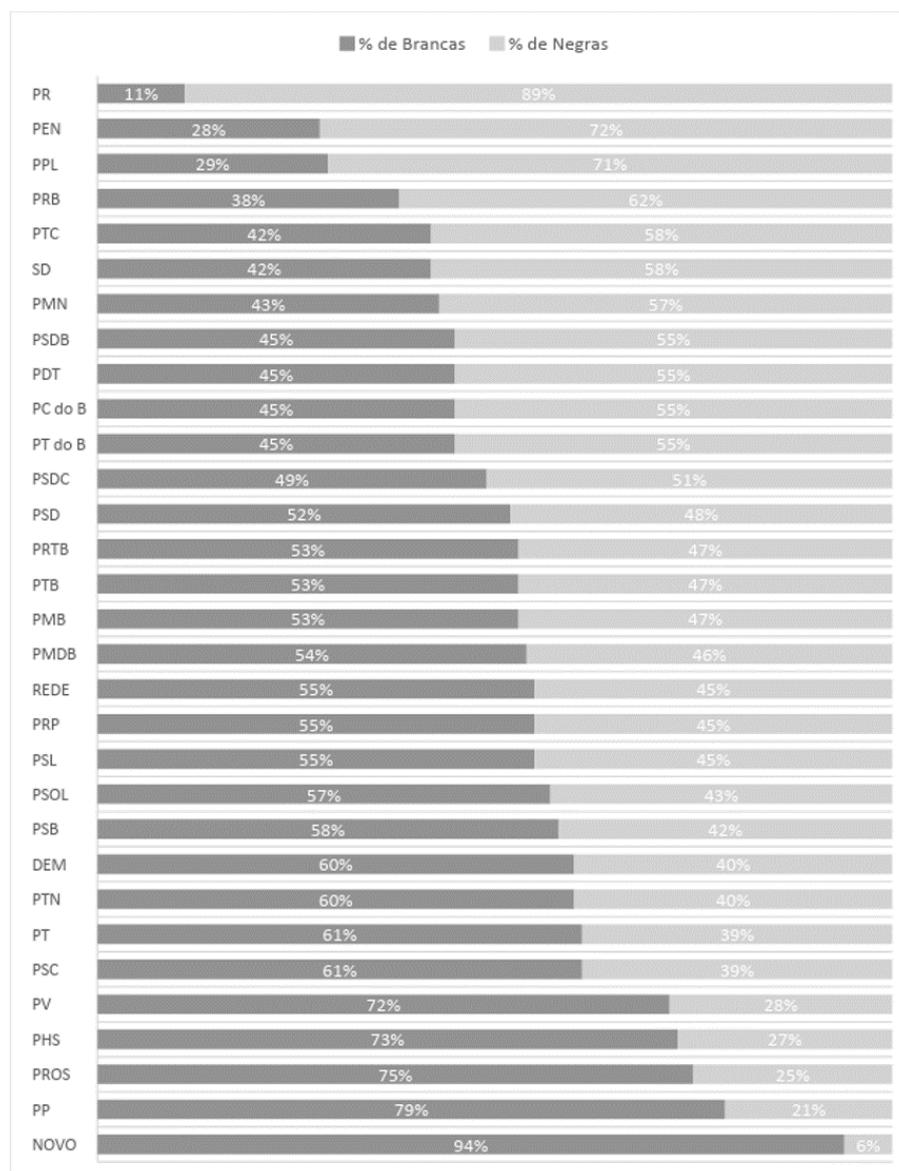
¹⁰ Como o observado nesta pesquisa, e tem se apresentando recorrente em pesquisas correlatas, as mulheres têm ocupado, em média, pouco mais de 30% das listas partidárias nas eleições. Isso se explica pela legislação eleitoral, que obriga os partidos a lançarem pelo menos 30% de candidatas mulheres na competição eleitoral.

¹¹ Com o objetivo de ter um desenho melhor da distribuição das candidaturas nos partidos, foram excluídos partidos com menos de 10 competidores. São eles: PCB, PCO, PSTU e PPS.

¹² Em 2017 foi aprovada uma minirreforma que proíbe as coligações a partir dos processos eleitorais de 2020.

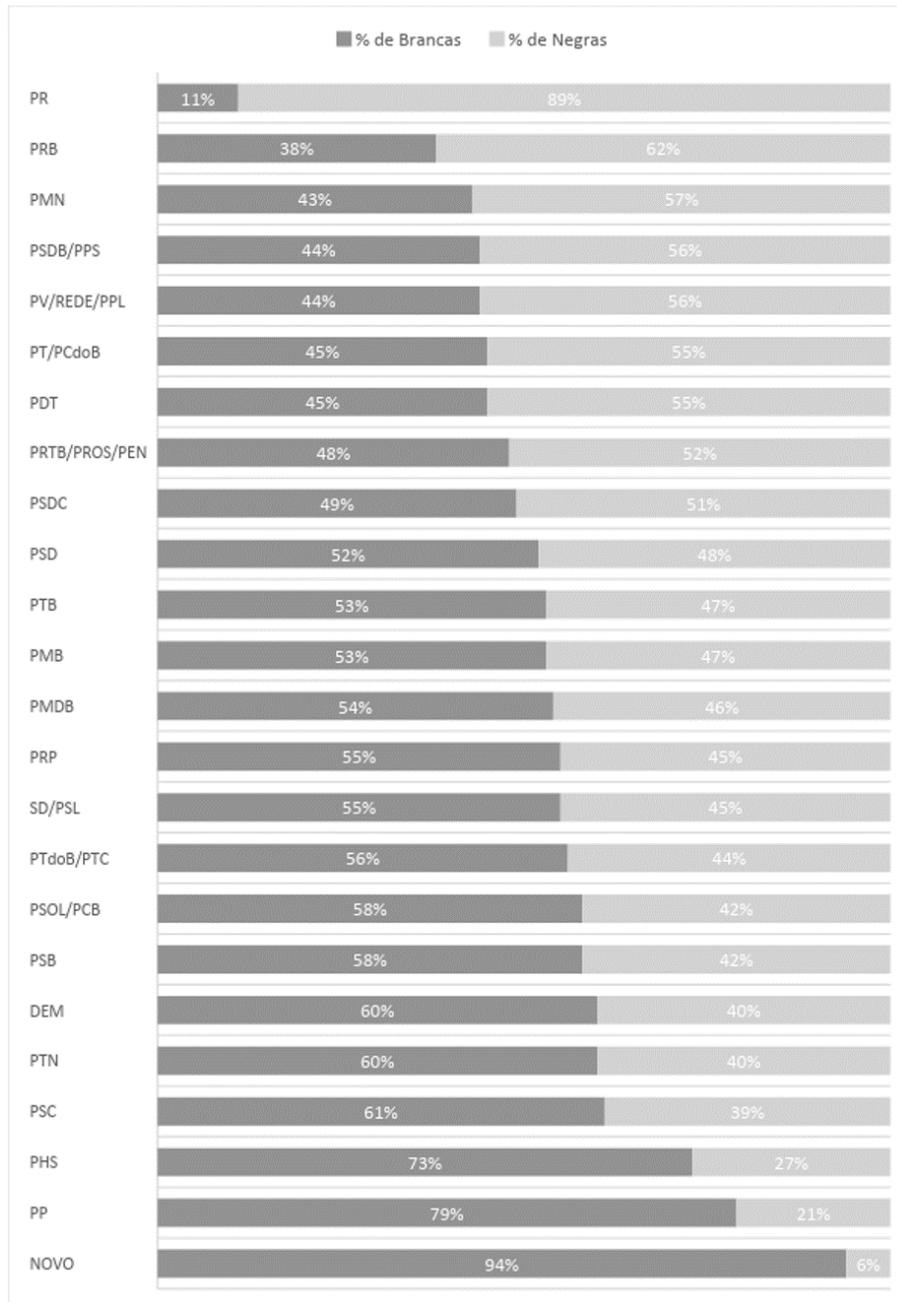
grandes em aliança com os demais (grandes, médios, pequenos) para ampliar sua capacidade eleitoral e conquistar mais cadeiras no parlamento.

Gráfico 3: Distribuição das candidaturas por raça nos partidos no Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do TSE (2018).

Gráfico 4: Distribuição das candidaturas por raça nas listas eleitorais



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do TSE (2018).

4 Distribuição das candidaturas em relação à magnitude

Uma das hipóteses aventadas por Campos (2015) é a distribuição desigual de negros e brancos nas listas mediante o tamanho de cada partido. Campos (2015, p. 709) diz:

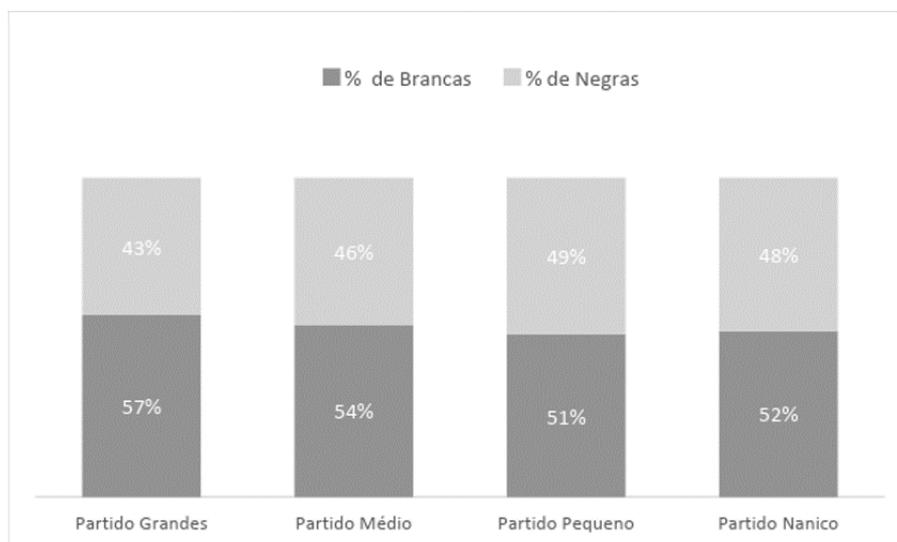
Assim, é preciso investigar em que medida a distribuição dos candidatos de acordo com a cor não obedece à outra importante clivagem partidária: o tamanho das legendas. Esta variável parece importante na medida em que é de se esperar que partidos com menor capital político (com menos recursos, menos candidatos eleitos, mais jovens, menos votos etc.) tenham menos liberdade de escolha ou capacidade de atração de candidatos. Por isto, à exceção de partidos com alto rigor disciplinar e ideológico, é possível supor que partidos pequenos tendam a estratégias de recrutamento mais próximas do *catch all*. Ao dividir os partidos em grandes, médios e pequenos, é preciso levar em conta que a variável tamanho é eminentemente política e tem a ver com os recursos capazes de serem mobilizados pelo partido na luta política.

Na pesquisa citada, a divisão segundo o tamanho dos partidos – em pequeno, médio e grande – foi organizada em consideração a sua dinâmica nacional. O autor considerou o número de filiados em 2012, a bancada conquistada na Câmara dos Deputados e votação obtida nas eleições do mesmo ano, dividindo os partidos em três grupos: partidos grandes (PMDB, PT, DEM e PSDB), partidos médios (PDT, PTB, PP, PR, PSB, PPS, PCdoB, PV, PRB e PSD) e partidos pequenos (PRP, PMN, PSOL, PSL, PSC, PTC, PT do B, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, PSTU e PCO) (CAMPOS, 2015). Entretanto, a divisão entre partidos tal qual organizada pelo autor acaba por não reconhecer dinâmicas e magnitude partidária em nível local. Tomo como exemplo o caso do PSOL, que, em nível nacional, é um partido pequeno, porém, na dinâmica política da cidade do Rio de Janeiro, é o segundo maior partido na Câmara Municipal. A lógica da disputa eleitoral em nível nacional se distingue da lógica das competições estaduais e municipais, de modo que a noção de partido pequeno, médio e grande sofre modificações substanciais se isolados os níveis da disputa política (LIMA JÚNIOR, 1983).

Posto isso, de maneira instrumental, nessa pesquisa estabelecemos o critério de magnitude partidária da seguinte maneira: partidos grandes correspondem àqueles que conquistaram mais de 200 mil votos (PMDB, PSOL, DEM), partidos médios àqueles que conquistaram mais de 100 mil votos (PSC, PT, PTB, PP, PRB, PSDB e PR), partidos pequenos àqueles que conquistaram mais de 30 mil votos (PDT, PMN, PHS, SD, PSD, PTN, NOVO, PRTB, PT do B, REDE, PR, PRP, PEN) e, por fim, partidos nanicos àqueles que não ultrapassaram a barreira dos 30 mil votos (PSDC, PMB, PSB, PROS, PC do B, PTC, PPS, PSL, PV, PPL, PCB, PSTU e PCO). Mesmo que essa organização tenha sido feita de forma simplificada e, assim, podem ser suscitados problemas metodológicos, o conjunto da votação obtida pelo partido por meio dos candidatos e no voto em legenda é o definidor da distribuição das cadeiras na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro. Ou seja, a quantidade de votos obtida por cada partido define o tamanho da representação da legenda no parlamento municipal.

Segundo essa divisão, os partidos grandes têm 57% de brancos e 43% de negros, os partidos médios 54% de brancos e 46% de negros, os partidos pequenos 51% de brancos e 49% de negros e os partidos nanicos 52% de brancos e 48% de negros, como podemos observar no Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição das candidaturas por raça em relação à magnitude dos partidos



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do TSE (2018).

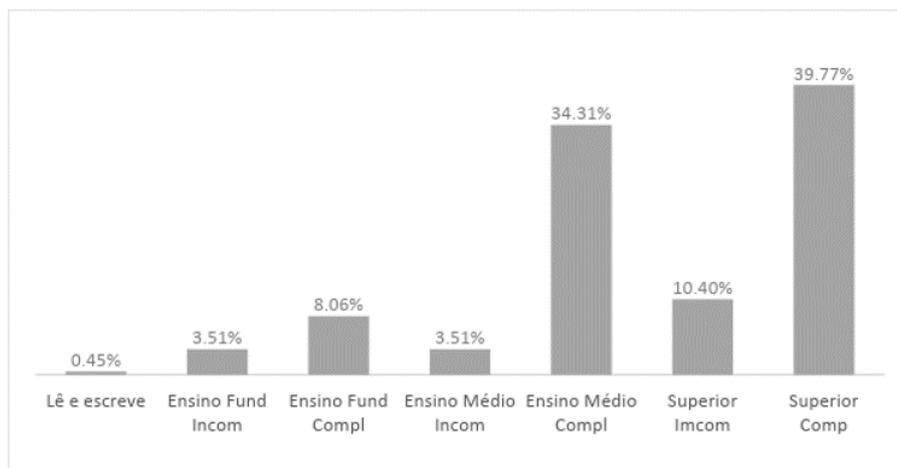
Os números demonstram uma pequena variação na distribuição das candidaturas negras e brancas, se considerada a divisão estabelecida pelo tamanho dos partidos. Ou seja, dado que os partidos maiores conquistam mais vagas no parlamento – o PMDB, por exemplo, conquistou 10 cadeiras na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) –, uma presença diminuta dos negros nos partidos maiores poderia ser uma das causas da sub-representação. Todavia a distribuição das candidaturas que leva em consideração a magnitude partidária, apesar de apresentar uma presença maior de negros e negras nos partidos pequenos e nanicos, não apresenta uma variação significativa em relação aos partidos grandes e médios.

5 Distribuição das candidaturas segundo o grau de instrução

Pesquisas que abordam a temática do recrutamento político têm discutido que a relação entre posse de recursos sociais mais simbólicos, como nível de instrução, origem de classe e gênero, tem grande impacto nas chances eleitorais dos candidatos: “constata-se, por exemplo, que candidatos com nível escolar maior tendem a receber mais votos” (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 127). Nesse sentido, apresentamos a distribuição das candidaturas segundo o grau de instrução na eleição de 2016.

Como podemos observar no gráfico, a grande maioria dos políticos na competição eleitoral de 2016 na cidade do Rio de Janeiro tem no mínimo o ensino médio completo. Do total de candidatos, mais de 80% têm no mínimo o ensino médio completo, sendo que daqueles que acessaram o ensino superior (50%), 39,77% conquistaram o diploma universitário, demonstrando

Gráfico 6: Distribuição das candidaturas por grau de instrução

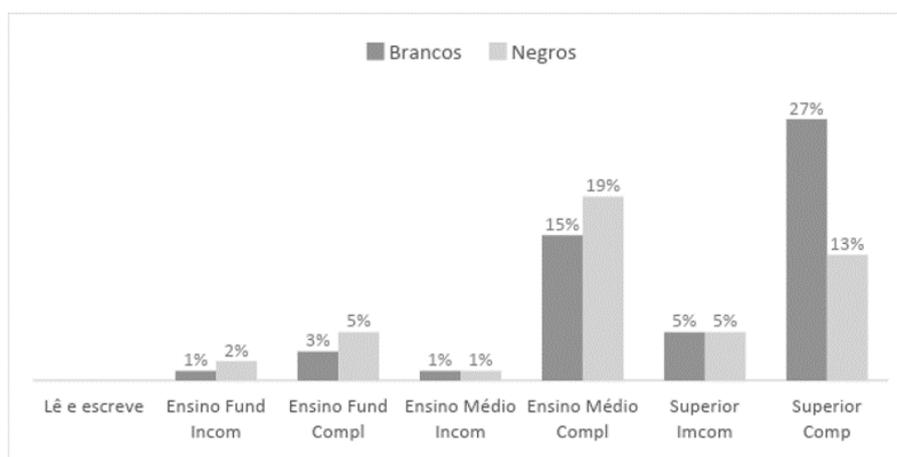


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE (2018).

que a competição eleitoral é dominada por competidores com acesso educacional acima da média da população, conquanto, é preciso observar o peso da raça nessa distribuição.

Quando observado o universo de candidaturas em relação ao grau de instrução e raça, a presença de candidatos que apenas leem e escrevem, possuem ensino fundamental incompleto e completo e superior incompleto, percebe-se que o número de candidatos negros e brancos não apresenta grandes disparidades. Porém, quando observamos apenas o grupo de candidatos que completaram o ensino superior, existe uma discrepância significativa: os brancos são 66% dos candidatos com ensino superior, enquanto os negros são apenas 34%, como podemos visualizar no Gráfico 7.

Gráfico 7: Distribuição das candidaturas em relação à raça e grau de instrução



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE (2018).

Como observado na eleição de 2012 (CAMPOS; MACHADO, 2015), os dados disponibilizados pelo TSE na eleição de 2016 sugerem que os negros têm menos chances eleitorais por possuírem menor grau de instrução. Porém, os dados podem estar apenas apontando um padrão de recrutamento suscitado pelos partidos, cujas lideranças partidárias tendem a optar pelo recrutamento de candidatos com maior nível de instrução. Ao passo que na sociedade negros acessam menos oportunidades educacionais, os partidos tendem a recrutar menos candidatos

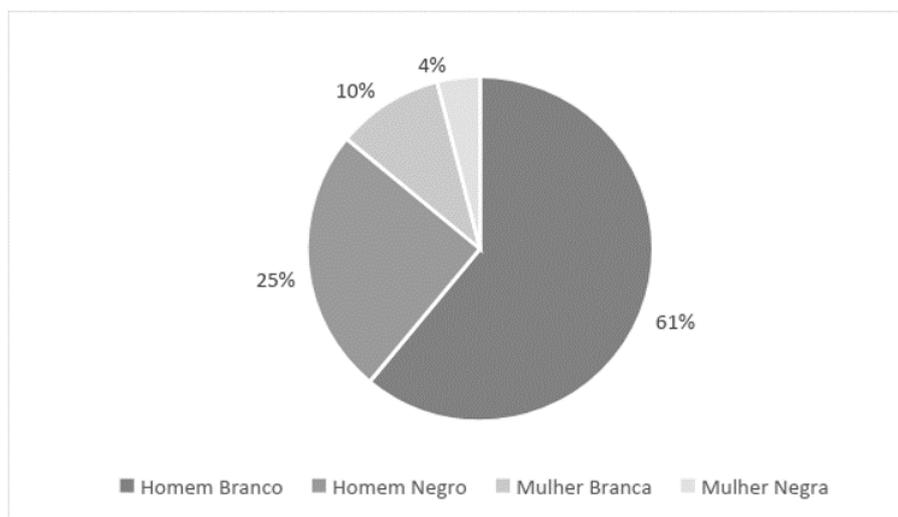
negros com ensino superior (CAMPOS; MACHADO, 2015).

6 Composição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Como dito anteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, ao todo, 3.708.857 eleitores foram às urnas exercer o direito de escolher os representantes para o próximo quadriênio. Contudo, os votos computados como válidos são 2.929.084 (78,98%), sendo 2.663.612 votos nominais e 265.472 votos em legendas partidárias. Desse montante, os votos ficaram distribuídos da seguinte forma: os candidatos brancos receberam 1.868.739 (68%) e os candidatos negros receberam 794.362 (27%) dos votos válidos. Ou seja, os candidatos negros receberam menos da metade dos votos recebidos pelos candidatos brancos, uma diferença de recepção de votos bastante significativa. Em uma hipótese improvável, em que os candidatos negros estariam concentrados em uma mesma lista e os candidatos brancos em outra lista, a votação total dos candidatos brancos possibilitaria a esse grupo ocupar 32 cadeiras na câmara de vereadores, enquanto a votação dos candidatos negros garantiria apenas 13 cadeiras no parlamento, segundo o quociente eleitoral dessa eleição. As outras 6 cadeiras seriam ocupadas pelo “voto em legenda”.

A legislatura de 2017-2020 será composta por 51 candidatos, dos quais 71% são brancos e 29% negros, 86% são homens e 14% são mulheres. Interseccionando raça e gênero, a composição ficou da seguinte forma: 31 homens brancos (61%), 13 homens negros (25%), 5 mulheres brancas (10%) e 2 mulheres negras (4%)¹³. Configura-se uma legislatura dominada por homens, sobretudo homens brancos, com podemos observar no Gráfico 8.

Gráfico 8: Composição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro na Legislatura 2017-2020

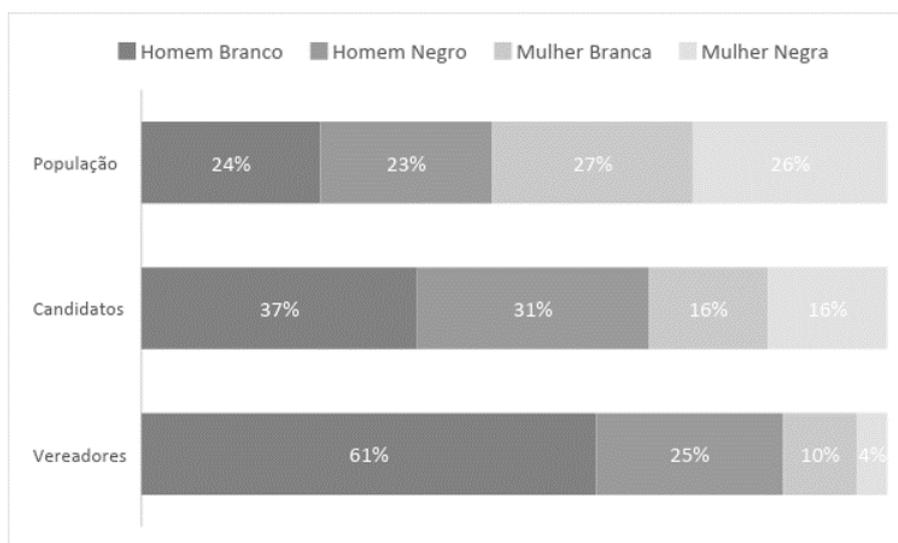


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE (2018).

No Gráfico 9 podemos comparar a composição de raça e gênero na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro em relação ao universo de candidaturas e da população da cidade carioca.

¹³No dia 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco foi executada. O assassinato político da vereadora, que obteve a 5ª maior votação da cidade, com mais de 46 mil, reduziu em 50% a presença de mulheres negras na Câmara de Vereadores. Hoje, a CMRJ conta com apenas uma vereadora negra.

Gráfico 9: Composição racial e de gênero da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em relação às candidaturas e à população



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Censo Demográfico (2010) e de dados do TSE (2018).

Como podemos observar ao longo deste artigo, as informações disponibilizadas pelo TSE permitem a construção de um quadro da participação eleitoral dos negros e negras no processo eleitoral. Combinando os dados sobre raça/cor com informações relacionadas ao gênero, partidos, nível de instrução, votação etc., é possível desbravar novas agendas de pesquisas em torno da sub-representação política com recorte racial.

7 Considerações finais

No contexto brasileiro de estudos sobre a sub-representação de grupos sociais e mobilizações políticas, raça não corresponde a uma clivagem retratada nas instituições de representação e, por isso, não seria politicamente relevante para a mobilização política (BUENO, 2012). Talvez isso ocorra por influência e capacidade política do mito da democracia racial em desconsiderar a influência da raça na dinâmica social (SOARES; SILVA, 1985) ou pela dificuldade quanto ao levantamento de informações sobre raça/cor dos agentes políticos. O consenso é que os estudos acerca do afastamento dos negros da arena política e eleitoral permanecem fora da agenda de pesquisa da Ciência Política/Sociologia Política, acarretando em defasagem de informações capazes de levar à luz os mecanismos sociais e políticos que incidem no processo de exclusão dos negros. Poucos foram os trabalhos que buscaram associar relações raciais e política institucional (RIOS, 2014).

Neste artigo, buscamos apresentar algumas informações sobre o processo eleitoral de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Os dados apontam não existir distinção entre a proporção racial da população e a proporção nas listas partidárias. Contudo, quando interseccionamos raça e gênero, percebemos listas extremamente masculinas e uma presença minoritária de mulheres – brancas e negras. Referentes aos partidos e coligações, negros e brancos aparecem em proporções distintas de acordo com cada agremiação partidária, variações já identificadas em outra pesquisa (CAMPOS, 2015). Tal variação pode ser resultado de distintas estratégias de recrutamento

dos partidos, de modo a ser importante o desenvolvimento de pesquisas que abordem partido a partido, dialogando com cada singularidade organizativa. Na distribuição de candidaturas negras e brancas em relação à magnitude partidária, não existe grande discrepância.

Quando observamos a distribuição de candidatos em relação ao grau de instrução, especificamente os candidatos com acesso ao ensino superior, existe uma presença majoritária de candidatos brancos. Os brancos são cerca de 70% dos candidatos com ensino superior completo. Ainda que sem utilizarmos técnicas mais sofisticadas de inferências estatísticas, testaram-se algumas hipóteses aventadas anteriormente, com objetivo central de apresentar um quadro da eleição de 2016 e sua interação com raça/cor, um quadro que não poderia se construir para períodos anteriores, dada a ausência de informações sobre a raça/cor dos candidatos e das candidatas. Desse quadro, sugerimos um conjunto de possibilidades investigativas, como aquelas de cunho qualitativo originadas de entrevistas com candidatos, lideranças e dirigentes partidários, podendo abordar diferentes dimensões da competição eleitoral – alianças, partidos, financiamento, experiência eleitoral etc.; ou investigações quantitativas aprofundadas e as análises através de técnicas mais sofisticadas, visando a compreender as votações, estratificação na competição eleitoral e outras dinâmicas político-eleitorais.

A inserção da variável raça/cor nas fichas de inscrição de candidatos junto ao TSE coloca os pesquisadores e pesquisadoras diante de um campo imenso de possibilidades investigativas no que toca à relação entre raça e política institucional.

Referências

ADORNO, Luís. Pré-candidato do PSOL diz que partido é racista e não mantém coerência. In: UOL. São Paulo, 23 jul. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PEC 116/2011*. Proposta de Emenda à Constituição. Autor: Luiz Alberto - PT/BA. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=529275>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BUENO, Natália S.; DUNNING, Thad. Race, resource, and a representation: evidence from Brazilian politicians. In: 71st MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Chicago, 2013.

BUENO, Natália S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 187-226, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil Contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 85-116, set./dez. 2016.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 11 – 28, jan./jun. 2019

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, jan./abr. 2015, p. 121-151.

CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? : cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 689-719, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*: Tabela 3175 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#>. Acesso em: 15 out. 2018.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

MELO, Clóvis A. Vieira; SOARES, Kelly C. Costa. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral. *Análise Social*, Lisboa, v. 220, p. 685-719, 2016.

MENEGUELLO, Rachel; MANO, Maíra; GORSKI, Caroline. Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política. In: MENEGUELLO, Rachel et al. (ed.). *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública, 2012.

NICOLAU, Jairo. Sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH*, Suplemento, Salvador, v. 4, p. 94-116, 1991.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 36, p. 49-67, jan./jun. 2002.

PORTES, Wescrey. *Raça e eleições: apontamentos sobre os obstáculos à ascensão política de vereadores negros*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

RIOS, Flavia. *Elite negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 69, jan./mar. 2017.

SOARES, Gláucio; SILVA, Nelson. O charme discreto do socialismo moreno. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p. 163-192, 1985.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas Eleitorais*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 15 out. 2018.

“A VIOLÊNCIA NÃO NOS PERTENCE, NÓS SOMOS VÍTIMAS DESSA VIOLÊNCIA”*: DISCURSOS SOBRE O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA EM RECIFE-PE

“VIOLENCE DOESN’T BELONG TO US, WE ARE
ITS VICTIMS”: DISCOURSES ON THE GENOCIDE
OF THE BLACK POPULATION IN RECIFE-PE

Joyce Amâncio de Aquino Alves[†]

Resumo: A discussão sobre o genocídio da população negra tem sido intensificada a partir da luta antirracista dos movimentos negros no Brasil, que buscam apontar a desigualdade e a violência que os atingem na sociedade. Nessa perspectiva, os discursos sobre o genocídio da população negra aparecem sob a forma de protesto político e a militância antirracista tem buscado evidenciar o fenômeno de violência e exclusão que definem as condições desse segmento na História Brasileira. É a partir da ideia do Mito da democracia racial e de um colonialismo ainda não rompido que a interpretação das estatísticas de mortes das vidas negras e dos índices de acessos à saúde, educação, moradia, entre outros, revelam a condição do ser negro. A nossa pesquisa busca compreender a construção dos discursos sobre o genocídio da população negra no cenário de Recife-PE. A partir dos discursos, identificamos os posicionamentos dos sujeitos sociais através do aporte teórico pós-colonial e da análise crítica do discurso na perspectiva de Teun Van Dijk, analisando os mecanismos mais ou menos sutis pelos quais o sistema de dominação racial é reproduzido. Por meio de entrevistas, foi possível perceber os elementos que compõem e constroem os discursos sobre o genocídio da população negra pautados numa desmistificação da igualdade racial. Aponta-se que os discursos analisados estabelecem duas principais matrizes sociais discursivas: as raízes do Colonialismo português e o Mito da Democracia Racial que se apresentam sob uma rede de significados, denunciando que não rompemos com esses fundamentos e que a democracia racial já tensionada se encontra em crise a partir dos discursos evidenciados no cenário político.

Palavras-chave: Discurso. Genocídio da população negra. Mito da democracia racial

* Trecho da fala de Paulo (Assistente Social e militante do Coletivo Cara Preta, 26 anos). Entrevista semiestruturada concedida à pesquisadora em 2017.

† Professora Adjunta no curso de Relações Internacionais no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no campus Malês-Bahia. (IHLM/UNILAB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: joycealves@unilab.edu.br

Abstract: The discussion about the genocide of the black population has been intensified from the anti-racist struggle of the black movements in Brazil, which seek to point out the inequality and violence that affect them in society. In this perspective, the discourses on the genocide of the black population appear in the form of political protest, and anti-racist militancy has sought to highlight the phenomenon of violence and exclusion that define the conditions of this segment in Brazilian History. It is from the idea of the myth of racial democracy and an unbroken colonialism that the interpretation of black people death statistics and the indices of access to health, education, housing, among others, reveal the condition of being black. Our research seeks to understand the construction of the discourses on the genocide of the black population in the Recife-PE scenario. From the discourses, we identify the positions of the social subjects through the postcolonial theoretical contribution and the critical analysis of the discourse in Teun Van Dijk perspectives, analyzing the more or less subtle mechanisms by which the system of racial domination is reproduced. Through interviews, it was possible to perceive the elements that compose and construct the discourses on the genocide of the black population based on a demystification of racial equality. It is pointed out that the analyzed discourses establish two main discursive social matrices: the roots of Portuguese Colonialism and the Myth of Racial Democracy that present themselves under a network of meanings, denouncing that we do not break with these foundations and that the already stressed racial democracy finds itself in crisis from the discourses evidenced in the political scenario.

Keywords: Discourse. Genocide of the black population. Myth of racial democracy

1 Introdução

Há algumas discussões sobre o uso do termo “genocídio” no contexto brasileiro. O termo tem sido utilizado pela militância antirracista para a definição do fenômeno da morte violenta vivenciada pela população negra no Brasil. O número elevado de homicídios de negros tem despertado o interesse por pesquisas acadêmicas que analisam essa problemática. Alguns autores brasileiros já apontam a denominação de “genocídio” para abordar essa dinâmica tendo em vista a definição jurídica internacional utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, em 1948 (FERREIRA; CAPPI, 2016).

Historicamente, vimos que o precursor da conceituação sobre genocídio no contexto brasileiro foi Abdias do Nascimento (1978), mas, dada a especificidade histórica do uso do termo na nossa conjuntura, autores como Marisa Fefferman (2013), João Vargas (2010, 2016), Felipe Freitas (2015), Ana Flauzina Pinheiro (2014) e Paulo Ramos (2014) também têm realizado pesquisas que visam a abordar em que condições o termo genocídio explica a realidade do nosso país. Esses autores discutem os caminhos analíticos que possibilitam entender como houve e ainda há um genocídio em curso no Brasil.

Os enfrentamentos realizados pelos pesquisadores apontam para a necessidade de aprofundarmos o estudo sobre a utilização do termo genocídio como uma denúncia ao racismo e provocam debates em torno do uso adequado do termo, visto que

As dúvidas e os equívocos instalam-se no momento em que se pensa a transposição de um conceito, formulado originalmente em 1944 na Europa

para enquadrar o extermínio dos judeus após a Segunda Guerra mundial, para a sociedade brasileira do século XXI. As diferenças se situam tanto do ponto de vista do contexto geopolítico e temporal, quanto do ponto de vista do grupo étnico visado (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 554).

A definição jurídica internacional enquadrou com dificuldades políticas e disputas os acontecimentos históricos de morte sistemática de alguns grupos sociais. O caso da população negra no Brasil tem sido pensado a partir dos elementos históricos que caracterizam os limites e possibilidades de refletir sobre o genocídio da população negra a partir da conceituação da ONU. Nesse sentido, a mesma definição presente na Convenção de Repressão do Crime de Genocídio, em 1948, embasou diferentes situações:

O que se nota é que não há um único tipo ou uma única forma de execução. Assim, podemos nos perguntar se o aumento drástico de homicídios de jovens negros e a manutenção desse número ao longo das últimas décadas constitui um fenômeno que possamos chamar de genocídio à luz do conceito apresentado anteriormente (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 558).

O debate teórico e empírico que os pesquisadores brasileiros buscam fomentar é: por que falarmos de um genocídio no Brasil e quais as dificuldades de legitimar esse fenômeno? Diante do caso brasileiro, há a tentativa de “ressignificar a possibilidade de utilização do termo para designar o fenômeno das mortes em ampla escala de jovens negros e pobres no Brasil” (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 559). As discussões têm provocado novas investigações sobre o ativismo antirracista brasileiro e lançado novas narrativas sobre a problemática.

As recentes pesquisas sobre o genocídio da população negra apontam que a utilização da noção de genocídio é útil para compreender de maneira mais profunda a realidade brasileira. Autores como Ana Flauzina Pinheiro (2014) e Ricardo Cappi (2016) afirmam possibilidades dessa designação para esse fenômeno, entendendo que tal caracterização evoca um aprofundamento necessário para a reflexão do tipo de genocídio que ocorre em nosso país, ao ressaltar a ausência da devida atenção por parte do Estado.

É importante percebermos que, a partir dos estudos já realizados, encontramos diálogos comuns como a relação entre a segurança pública e os altos índices de mortes juvenis negras, que pautam a urgência sobre o tema, pois:

Com os dispositivos estatais voltados para a produção de dados estatísticos sobre homicídio, embora estruturados do ponto de vista jurídico e organizacional, carecem, ainda, de instrumentos para aprimorar a leitura racial do fenômeno (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 564).

A seguir, apresentamos como são construídos os discursos da militância antirracista em Recife-PE, que pautam o genocídio da população negra, compreendendo os elementos que os mesmos revelam, a partir da análise teórica pós-colonial de Frantz Fanon e de outros autores como Abdias do Nascimento. Utilizamos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso sob os pressupostos de Teun Van Dijk através dos pontos centrais que evidenciam esse debate.

2 Discursos sobre o genocídio da população negra: vozes da militância antirracista em Recife-PE

A nossa pesquisa é desenvolvida no município de Recife, capital do Estado de Pernambuco, localizada na Região Nordeste do país. Parte do nosso estudo compõe a tese de doutorado em Sociologia que buscou compreender a construção dos discursos sobre o genocídio da população negra no cenário de Recife-PE. Ao estabelecermos alguns contatos iniciais com membros da militância antirracista na cidade, era reforçado que a temática estava “ganhando as ruas”, principalmente a partir dos dados divulgados no Mapa da Violência de 2014¹, que apontavam os alarmantes índices de mortalidade da juventude pernambucana, sobretudo quando caracterizada a cor das vítimas. Pernambuco exerceu um importante papel na economia colonial, sendo reduto de escravos no passado, e muitos bairros da cidade permanecem com a população prioritariamente negra. Peixinhos, bairro de Olinda-PE, tem 75% de seus moradores pretos (SENE, 2015). Juntos, eles somam 3.787 pessoas, das 4.998 que moram no local. Por trás das estatísticas, revela-se o processo de povoamento da capitania. Se Afogados, que hoje tem 60% de seus moradores negros, assim se denomina, foi devido ao grande número de escravos que se afogaram ao tentar atravessar o Rio Cedros, braço do Capibaribe².

Assim, a partir da ótica da militância antirracista, representada aqui pelos membros do Movimento Negro Unificado e pelo Coletivo Cara Preta (ambos de Recife-PE), e enfatizando suas perspectivas que também posicionam o papel ativo da Polícia Militar enquanto instituição que direciona suas práticas para a violência racial, investigamos a configuração do sentido de genocídio usado nas marchas, protestos e audiências públicas ocorridas na cidade do Recife-PE. Observa-se que se utilizou a categoria “extermínio” em alguns desses eventos, como uma forma de caracterizar as altas taxas de homicídios de jovens negros. Sobre a especificidade de Pernambuco e a dinâmica das relações raciais, o sociólogo Francisco Jatobá de Andrade (2012, p. 68) desenvolve sua tese de Doutorado, intitulada *Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão numa universidade pública de Pernambuco*, e traça alguns elementos sócio-históricos da realidade Pernambucana, realçando que

[...] a estrutura de classes em Pernambuco, se constitui, preservando de maneira funcional, formas tradicionais de desigualdade e relações hierárquicas (inclusive racialmente), as quais apresentam certa eficácia no controle de ganhos materiais e simbólicos para o benefício de grupos dominantes.

É importante destacar também que em Recife ocorreram duas audiências públicas sobre o genocídio da juventude negra realizadas em maio de 2015 e agosto de 2016 (AUDIÊNCIA..., 2015; PERNAMBUCO, 2016), envolvendo o Ministério Público de Pernambuco MPPE, a Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Recife com atuação em Direitos Humanos, como também o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais, o Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo (GT-Racismo) e a presença de militantes negros.

¹ Dados sobre o Mapa da Violência disponíveis em Waiselfisz (2014).

² Sobre os dados referentes à Recife, consultar Sene (2015).

Nas referidas audiências, houve debates conceituais, sociais, políticos e jurídicos e vários dados sobre a realidade dos jovens negros de Recife, buscando encaminhamentos sobre a questão racial.

Quadro 1: Eventos sobre o tema do genocídio ocorridos em Recife-PE durante esta pesquisa

Eventos	2015	2016	2017
Audiências públicas	X	X	Nenhum registro
Marchas e Protestos	X	X	Nenhum registro

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das mobilizações em torno da pauta do genocídio, buscamos entrevistar as principais lideranças envolvidas nas marchas e protestos ocorridas entre 2014 e 2017, compostas principalmente pelo Movimento Negro Unificado e pelo coletivo de pauta racial. Entrevistamos cinco dessas lideranças apresentadas no quadro abaixo, com suas identificações realizadas por nomes fictícios. As entrevistas foram realizadas conforme iam sendo referenciadas as principais pessoas que participaram e organizaram diretamente os protestos contra o genocídio da população negra nos últimos anos:

Quadro 2: Militantes do Movimento Negro (MNU³) e do Coletivo Cara Preta⁴

	Maria	João	Luiz	Joana	Paulo
Idade	23 anos	58 anos	68 anos	44 anos	26 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino
Naturalidade	Recife-PE	Recife-PE	Palmeira dos Índios-AL	Recife-PE	Recife-PE
Escolaridade	Superior incompleto	Pós-graduação	Superior Completo	Superior Completo	Pós-graduado
Cor/Raça	Negra	Negro	Negro	Negra	Negro
Instituição	Coletivo Cara Preta	Movimento Negro Unificado-PE	Movimento Negro Unificado-PE	Movimento Negro Unificado-PE	Coletivo Cara Preta
Duração da entrevista	48 minutos e 50 segundos	1h e 01segundos	39 minutos e 12 segundos	30 minutos e 32 segundos	47 minutos e 51 segundos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A questão do genocídio da população negra é analisada aqui a partir dos discursos dos cinco militantes entrevistados. Um ponto em comum nas entrevistas é a ideia de que o genocídio é algo relacionado a fatores processuais e estruturais, como a chegada dos escravos ao Brasil, apontando-o dentro de um contexto no qual a violência é dada como uma continuidade histórica. Ao serem perguntados sobre o que entendem por genocídio, observa-se:

“É um processo de exterminar uma raça, né, um povo assim... é... e é um coisa que acontece desde o Brasil Colônia, né,

⁴ O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização nacional pioneira na luta do povo negro desde 1978.

⁴ O Coletivo Cara Preta é uma organização da juventude negra da cidade de Recife-PE criada a partir de 2016.

desde que o povo negro veio da África que a gente é exterminado sabe... se extermina o povo negro quando se nega acesso à universidade, quando se nega políticas públicas, quando se nega acesso à educação, acesso à saúde. Quando todas essas políticas públicas não chegam nas comunidades, quando não são suficiente. Enfim... quando extermina um povo”. (informação verbal, grifo nosso)⁵.

Verifica-se na fala da entrevistada, a relação estabelecida entre a situação do negro desde o Brasil Colônia até os dias atuais ao mencionar a negação dada a esse segmento em vários âmbitos, como saúde e educação. Frantz Fanon (1968), em sua obra *Os condenados da terra*, teoriza sobre a descolonização e a presença de forças antagônicas existentes entre colonizado e colono, narrando-a sempre como um processo violento que posiciona os sujeitos e que, mesmo na descolonização, tais sujeitos não passam despercebidos. Notamos elementos de continuidade histórica nos quais a colonização não parece rompida nas práticas contemporâneas, na interpretação dos agentes entrevistados.

Sobre as questões históricas na explicação e denominação sobre o genocídio, também observamos outros momentos históricos que foram citados como parte desse processo:

“É uma, é uma... situação bastante delicada pra nós, negros e negras nessa Diáspora... a gente tem um sentimento de que essa ação é uma coisa orquestrada, ela não é desejo individual, é um desejo coletivo... do EXTERMÍNIO, não é nada do jovem negro, mas é vetado essa continuação da população negra a partir desse princípio da reprodução e que... o Extermínio da população negra é uma ação estruturante, né?... que ela vem sendo executada desde que foi constituído, posso assim dizer, o extermínio ele é constituído em 1537 com aquela bula papal do Papa, não sei se é Pedro III, que constitui uma determinação colocando que nós negros não tem alma... como que essa coisa dada como lei e aí abre o espaço para a gente ser exterminado, né?... porque o processo da tirada de nós negros do continente africano né?... dessa forma arbitrária que foi feita, ela tinha esse respaldo, né? e que se constitui até hoje, tá? Então é uma coisa que foi... que é estabelecida de uma forma de ação estruturante para executar, e aí, é... acho que muitos, né, dentro dessa visão, se reporta a essa situação que nos trouxe até hoje”. (informação verbal, grifo nosso)⁶.

A relação com a Diáspora africana é apontada na segunda entrevista como um fenômeno relacionado à discussão de genocídio, no qual autores, como Vargas (2010), esboçam a multiplicidade de processos genocidas antinegros ao se debruçarem sobre a realidade do Brasil e dos Estados Unidos. Nesse contexto, Vargas (2010) aponta a questão da Diáspora e das lutas

⁵ Entrevista semiestruturada concedida por Maria a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 10/03/2017.

⁶ Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

liberatórias que surgiram para resistir ao genocídio. Flauzina (2006), também em perspectiva histórica, acrescenta ao debate sobre o genocídio a legislação acerca da vadiagem. Para a autora, o lugar do senhor, à luz da escravidão antes ocupado individualmente, apareceria agora encarnado na própria figura do Estado, mais particularmente das polícias (FLAUZINA, 2006). Desse modo, as experiências dos negros expõem o problema da morte do corpo negro com uma intensidade não variável, pois ainda se observam as referências históricas do fenômeno.

Consideramos que, na fala do entrevistado acima, o discurso aponta a relação com a história no intuito de realçar a operacionalização política do racismo pelo Estado. Nesse sentido, o caráter histórico do racismo pressupõe o seu desenvolvimento e a sua expansão, além da continuidade desses mecanismos na vida atual, que dá sentido às novas formas de dominação, não tão explícitas, mas legitimadas pelas instituições, fortalecendo os aspectos que indicam o racismo como uma construção histórica, baseada numa ideologia que se difunde a partir de agentes e instituições, desafiando-nos a perceber essas relações assimétricas entre brancos e negros.

Outro entrevistado explicita sua definição do que seja o genocídio da população negra. Ele também compreende que o fenômeno é um processo construído a partir das relações estabelecidas desde a colonização:

“Algo construído... (pausa) só isso, é uma construção.... a questão do genocídio da população negra, e principalmente do jovem negro, isso tá/tá, como é que diz, quase que é uma ligação na história, né?... porque você vem no momento que você traz o negro da África pra escravizá-lo aqui, você começa o processo aí, eu posso pensar na mãe que resolve no navio abortar pra o filho não ser escravo, entendeu? Eu penso muito nessa coisa. Então o genocídio começa aí com a própria negrada ao negar o processo como é... escravocrata... matar o filho! Se matar, que é o pessoal que se jogava no mar e essa coisa toda e aí...”. (informação verbal, grifo nosso)⁷.

Nessa fala, vemos que se repetem os elementos históricos ligados ao regime escravocrata no país, bem como o processo de violência que envolve a mãe negra ao abortar o seu filho para não o submeter à escravidão e de negação da sua condição humana neste sistema de dominação. O elemento colonial é bastante presente nos discursos dos militantes, o que nos faz refletir sobre como Fanon (1968) esmiúça o colonialismo e os seus efeitos, chamando-nos ao esforço de nos descolonizarmos, ao tratar esse contexto como um processo que estrutura a sociedade e que determina a organização política imposta.

“[...] então essa questão do genocídio da juventude, genocídio da população negra no Brasil, ele começa a partir do momento que a gente entra aqui, a partir do momento que a população negra chega aqui nos navios negreiros, né?... é esse processo de genocídio começa desde o momento em que, em que os

⁷ Entrevista semiestruturada concedida por Luiz a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

brancos europeus se sentiram autorizados de tirar os negros de África para escravizar e aí, de lá pra cá, isso só se... instrumentalizou, se sistematizou, se fortaleceu, ganhou novos formatos de existência e de perpetuação, a diferença é essa! Mas, assim, a lógica é a mesma!”. (informação verbal, grifo nosso)⁸.

As considerações sobre a concepção de genocídio repetem os elementos do colonialismo, apresentando-o como uma denúncia ao novo formato de perpetuação. É interessante perceber que os entrevistados fornecem em seus discursos os elementos de origem e a forma como reconhecem os elementos fundantes do processo genocida. Nos discursos, há uma forte aproximação com o colonialismo europeu, sobretudo na organização política, como veremos a seguir:

“Assim, eu penso que o genocídio... é o extermínio da juventude negra, eu acho que é um assunto que não deve sair de pauta de jeito nenhum em todos os espaços que a gente ocupar, a gente tem que falar... eu como mulher negra falar sobre o extermínio, falar sobre esse, esse, como é que eu posso dizer, sobre... que não existe uma educação, a gente... não existe uma igualdade dentro da nossa sociedade e os maiores é... os maiores que construiu isso foi a política, né, porque ela separou uma grande o separação, né?... e quando a gente traz isso a gente tá é dizendo assim, ‘olha, eu estou aqui, eu tô sempre na retaguarda e na defesa de me proteger e proteger quem tá perto de mim’...” (informação verbal, grifo nosso)⁹.

É interessante perceber que os aspectos históricos e políticos que envolvem a construção do discurso sobre o genocídio da população negra passa pelo que Teun van Dijk (2006) analisa e considera como o triângulo discurso-cognição-sociedade, pois, para o autor, o postulado de que há uma ligação direta entre sociedade (sobretudo poder e dominação) e discurso que não pode ser aceito. Em seus termos, precisamos considerar uma interface cognitiva:

Se quisermos considerar o papel do discurso na reprodução do racismo na sociedade, necessitamos obviamente de uma abordagem integrada [referindo-se à integração discurso-cognição-sociedade]. Até onde eu sei, existe, no presente, apenas uma abordagem coerente, explícita e empiricamente garantida/segura que preenche tais condições: uma abordagem sociocognitiva do contexto (VAN DIJK, 2006, p. 163).

Para Van Dijk (2006, p. 209), a situação social determina as estruturas do discurso. Indivíduos, em “determinadas situações sociais”, fariam a “mesma coisa” ou compartilham de uma percepção de “situação igual”, mesmo em diferentes contextos sócio-históricos. Nos termos do próprio cognitivista, há outros modelos mentais envolvidos, pois, para falar “da mesma maneira”, seres humanos, em sua complexidade psicológica, deveriam se encontrar em “situações iguais”. Nesse sentido, o que podemos compreender é que a condição social do negro no Brasil

⁸ Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

⁹ Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

ao longo da história é vista pelos militantes negros como uma “mesma situação”, que faz com que eles verbalizem o mesmo conteúdo (VAN DIJK, 2006, p. 162).

A discussão sobre o genocídio da população negra tem estabelecido conexões políticas entre os membros da militância e outros atores como o Ministério Público de Pernambuco e a Justiça de Defesa da Cidadania do Recife com atuação em Direitos Humanos, como já apontamos anteriormente, sobretudo durante a realização das audiências públicas.

Além do contexto sócio-histórico presente nas falas dos entrevistados, ao denominarem o genocídio da população negra, verificamos também a relação entre esse “passado” junto à atualidade desse processo:

“Então, pô... falar do genocídio negro no Brasil é efetivamente pra mim... quando a gente olha o contexto atual, quando a gente começa a se debruçar nas discussões e de como isso tem ceifado a população brasileira, é... parece, né, academicamente, teoricamente, que isso é um assunto novo... que é um assunto bem recente, né? é... e isso é uma consequência desse próprio sistema racista. A gente tem uma universidade que se constrói numa perspectiva de atender uma população branca, né? Uma população elitizada que precisava ser muito rico para estar nas universidades e obviamente as discussões que a universidade se debruçava vinha para responder às demandas dessa elite branca, então... discussão racial na universidade ela é recente não porque é uma pauta nova, mas porque a universidade agora entendeu que precisa começar a discutir isso e mesmo assim vai a passos MUITO lentos... né?... então se a gente for perceber o cenário atual e for fazer um, um paralelo com o cenário que a gente tinha é... há alguns séculos atrás é... você vai ver que o cenário que é estratégia mesmo, então você pega os negros, né? coloca eles numa situação de subalternidade, tira deles essa subjetividade, desconstrói essa identidade racial”. (informação verbal, grifo nosso)¹⁰.

Podemos compreender na fala do informante Paulo que a discussão sobre genocídio ganha espaços nos debates acadêmicos, mas, ao apontar “parece, né, academicamente, teoricamente que isso é um assunto novo... que é um assunto bem recente, né?”, visualizamos que a universidade vem buscando realizar, através dos intelectuais, um enfrentamento ao entendimento das formas de desigualdade e que o genocídio da população negra tem provocado interesse em estudos. Ainda que não seja algo novo, aprofunda-se sobre como esses processos podem ser decodificados por estudiosos, que é parte da nossa tarefa com esta pesquisa.

Ao dizer que *“se a gente for perceber o cenário atual e for fazer um, um paralelo com o cenário que a gente tinha é... há alguns séculos atrás é... você vai ver que o cenário que é estratégia mesmo, então você pega os negros, né? coloca eles numa situação de subalternidade, tira deles essa subjetividade, desconstrói essa identidade racial”*,

¹⁰Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

Paulo apropria-se de um discurso que se aproxima diretamente dos pressupostos teóricos de Fanon (2008) e Abdias do Nascimento (1978), pois os teóricos delineiam bem como o processo colonizador reduz a subjetividade de determinados grupos como os negros. Abdias do Nascimento (1978), mais precisamente, trata sobre a realidade brasileira que impôs ao negro a aniquilação social e cultural, denunciando esse processo em pleno contexto de ditadura militar em nosso país.

“[...] e a gente vai vendo o nosso povo sendo preso por um lado, perdendo a vida ali nas prisões, morrendo nas mãos dos policiais, não tendo acesso à saúde, não tendo acesso à educação e isso tudo compõe essa teia do genocídio da juventude negra, que na verdade a gente tem uma falsa impressão de que é só quando o cara tá morto, e isso é a expressão mais violenta de todo um processo que começa desde um processo de negação da subjetividade”. (informação verbal, grifo nosso)¹¹.

Destaca-se que o genocídio da população negra muitas vezes aparece com ênfase na juventude. Além disso, nota-se que não se trata do processo de morte como ápice da violência, mas toda uma série de processos de negação às políticas públicas, aos direitos sociais e à subjetividade negra.

É em relação aos efeitos genocidas do racismo institucionalizado, diário e cultural antinegros que as práticas transnacionais se tornam vitais para a sobrevivência das comunidades afrodiáspóricas e como projetos da organização social que sugerem alternativas ao nosso desumanizante, hierárquico e extremamente injusto mundo. É relevante repetir **que tais efeitos genocidas são eles mesmos multifacetados e afetam a existência de indivíduos negros em uma variedade de maneiras: a matança genocida é do corpo, da mente e do espírito**. A urgência que estimula perspectivas mundiais afrológicas atestam **como é vital que estas matanças sejam devidamente abordadas e impedidas. O genocídio cria imperativos teóricos e práticos de transformação radical** (VARGAS, 2010, p. 50, grifo nosso).

Para os militantes negros, o fenômeno do genocídio está representado como nos termos teóricos de Vargas (2010) à medida que citam os elementos que compõem as relações raciais no Brasil e muitas vezes invisibilizam a violência praticada contra a população negra. É perceptível que a militância, em seus discursos, indica, através do seu vocabulário, uma construção sobre o genocídio que perpassa a estrutura social estabelecida e a desafia:

“[...] a questão do genocídio, mas não é a única...e aí você tem a educação dialogando... você tem... porque tudo é território, você tem o reconhecimento das terras quilombolas, né?... você tem a necessidade da saúde específica do povo negro, tem, aí você tem políticas públicas, você tem a necessidade do combate do racismo institucional que é um outro... veja que loucura, você tem o racismo público, né?... esse do cotidiano e você

¹¹Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

tem um racismo praticado com as condições que eu gero, que é o racismo institucional, só que a gente precisa entender que não tem nada de novo nesse racismo institucional, que ele tem um elemento que o baliza nesse resultado contemporâneo.... que é, por exemplo, a atitude que teve Rui Barbosa quando a gente entra no sistema republicano e esse indivíduo vai e diz para o mundo: “precisamos extirpar a mancha negra do Brasil”, e pra extirpar a mancha negra é queimando a minha história, não tem como aferir... porque um monte de documentos aí, né? que é pra nos tornar invisível, né?... só que ele esqueceu que a gente é semente e a gente germina em qualquer terreno”. (informação verbal)¹².

Portanto, a ideia de genocídio nos discursos dos membros da militância antirracista apresenta elementos sócio-históricos que atravessam as condições dadas ao negro no Brasil desde o processo de formação nacional, trazendo diversos componentes a serem destacados, como a violência e o racismo institucional, que sustentam a denúncia do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira. Ao conceituarem o que entendem sobre genocídio, veiculam discursos que demonstram a existência da desigualdade racial e a naturalização da violência racista, sendo reproduzida de variadas formas.

Percebe-se na fala dos entrevistados a compreensão de que denominar o fenômeno da morte da juventude negra como genocídio destaca a atenção necessária para caracterizar o racismo, funcionando como um discurso que reforça a necessidade de diálogos políticos que denotem a reivindicação pelo fim da violência racial.

3 “A violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência”: desafios na luta pelo fim do genocídio

Ao final de cada entrevista com os militantes, pedimos que eles relatassem sobre os limites e os desafios. Observamos vários elementos que descreviam a realidade de se fazer militância em torno da questão racial. Alguns apontam para a própria realidade de ser negro em uma sociedade racista e de pautar questões como a morte da juventude negra na estratégia de dialogar com esse público, fazendo-o perceber a existência de um extermínio:

“Assim, ó... na minha avaliação, tem dois prismas... você tem o prisma dos ativistas negros que aí envolve toda a questão de geração, não é a questão específica da juventude... eu, pessoalmente, não posso falar dos outros, vou falar por mim... acho que a gente consegue aqui provocar o debate, porém, com limitações, as limitações contextual, quando João fala, talvez ele fale a partir de onde ele está e de onde ele veio, né?... e aí eu tenho essa limitação de não conseguir... tô tentando estudar profundamente essa possibilidade... qual é a melhor linguagem para sensibilizar o diálogo com as vítimas diretas. O jovem! Porque esse, como parte interessada

¹²Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

direta, ele ainda não se vê passando por essa situação do extermínio, ele não se vê!”. (informação verbal)¹³.

Nessa entrevista, observa-se que o militante entrevistado destaca o papel de conscientizar o jovem negro, a vítima desse processo, como parte dessa dinâmica violenta que o atinge. Esse posicionamento dialoga com o que Guimarães (2002) reconhece como “política de identidade” nos movimentos sociais negros, que visa a consolidar a identidade negra como elemento de luta política a partir do Movimento Negro Unificado, que surge em 1980.

É importante destacarmos que há a reflexão acerca da necessidade do conhecimento obtido através da educação e da formação para a prática política militante, para que haja uma base que possibilite um enfrentamento, inclusive diante do confronto junto à polícia, ao tratar do ativismo. O agente prossegue argumentando:

“[...] E aí entra nessa coisa do ativismo, e depois e isso é na porrada, porque é eu fico me perguntando... eu já fiz isso... porque é que você vai, tem um bloqueio da polícia e você vai e bota a cara com a bandeira na mão, claro que você tá fodido! Você vai levar porrada! Tá entendendo? Agora se eu chegasse junto do cara e tivesse a chance de conversar e perguntasse primeiro... quem comanda? Tem um comandante, não tem? Do mesmo jeito que tem do outro lado. Então o comando é o senhor, tu tem filho? E coisa e tal... e aí começar a castigar o cara no sensível dele, não é possível que ele não abra... entendeu? Agora, claro, ele vai dizer ‘Não! eu vim aqui pra dar porrada!’. Pronto... tudo bem, então é o seguinte, o jogo é esse? É... então tem que ter um segundo time porque aí a gente parte pra outra coisa... é meu exercício é o seguinte, eu não sou assim empolgado e coisa e tal... eu já fiz e tal, mas não é uma coisa... também tem a história, tô véio, né? Aí eu acho que é fundamental que a gente consiga é... ter oportunidades, por exemplo, um trabalho seu! Porque você vai podendo desenhar o que foi que a universidade produziu...”. (informação verbal)¹⁴.

A questão de estabelecer o diálogo com os “outros” é destacada na fala do informante Luiz, que acredita que a “porrada” não seria o melhor caminho escolhido pela militância. Sua ênfase também é dada para outros elementos importantes como a produção acadêmica sobre o tema, que ele enxerga como oportunidades de preparo. Sobre os caminhos já traçados e os aprendizados, outra militante comenta:

“Eu acho que a gente tá num caminho, né, eu acho que é no caminho de novas formações, novas desconstruções, sabe? E também assim, é uma maneira da gente ter noção como é forte, sabe? O genocídio... e atuar como ativista porque é como a gente diz, a gente é muito perseguido... a gente vive nos terrenos que a gente tem que pisar assim... mas a gente não deve ter medo não, a gente deve encarar mesmo, eu tô aqui porque eu também tenho meu espaço, eu também tenho meu lugar e tenho que

¹³Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

¹⁴Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

dar a minha contribuição e eu acho que quando a gente pode e a gente tem espaço, a gente não tem que ter medo de falar, mesmo que saia uma palavra errada, uma palavra distorcida, mas são essas palavras que muitas vezes dá sentido a outras palavras, sabe? E quando tem alguém que tá ali tendo aquela reflexão e depois a gente vai entender o significado de tudo aquilo que tá ali naquele espaço... então eu aprendo, eu falo nas minhas falas que eu aprendo todos os dias, eu tô aprendendo com você agora...”. (informação verbal)¹⁵.

Nas palavras de Joana, é preciso não ter medo de falar e de ocupar os espaços, pois, em sua visão, é a forma de continuar no caminho, na luta. O aprendizado surge como consequência das interações que se realizam e nas contribuições que são dadas e recebidas. A ideia de carregar a identidade de mulher negra e morar na periferia é centralizada pela entrevistada e contextualizada como desafio em torno da necessidade da atividade de militante das questões raciais:

“Os desafios a gente nunca vai parar porque todos os dias a gente tem um desafio na nossa frente... o desafio que a gente tem que saber lidar com eles e pra mim um grande desafio é ser mulher negra, porque ser mulher negra morando em periferia, pobre! É um desafio muito grande... as pessoas não sabem o que é isso, só a gente... porque todo dia a gente leva uma gracinha... até... não generalizando todos... mas a gente escuta uma gracinha até do próprio negro que convive com a gente, entendeu? Então isso pra mim e pra muitas negras, isso é um grande desafio, mas aí a gente não pode levar isso ao pé da letra e saber dibrar, né? E a gente só pode dibrar descontruindo isso entre a gente mesmo, tipo ó eu não gosto dessa situação, mas a gente tem que saber lidar com isso... e pra mim... eu amo ser negra, não me envergonho de ser negra!”. (informação verbal)¹⁶.

Sobre as perspectivas de desafios, são apresentados aspectos diferenciados que vão desde as estratégias de luta quanto à organização interna no tocante aos elementos externos aos movimentos sociais negros. Do ponto de vista da organização da militância, há percepções sobre a necessidade da união para se fortalecerem no cenário político:

“[...] pra gente que é do Movimento Negro eu acho que a gente tem alguns desafios iniciais pra fazer. Primeiro grande desafio que a gente tem é começar a se unir, né? A gente tem um Movimento Negro que é muito diverso e que é extremamente violento consigo próprio, né? Isso infelizmente é uma realidade do nosso movimento, não é fácil ser militante negro, não é fácil porque é um movimento que ele tá todo pulverizado e isso também é fruto desse sistema racista, quando a gente temos negros que têm consciência da sua negritude muitas vezes e que faz a opção de fazer a sua militância numa perspectiva mais light, mais branda, aí vai e faz, não que seja importante, mas faz uma militância numa perspectiva da cultura,

¹⁵Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

¹⁶Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

*da dança, da musicalidade e aí a gente vê expressões muito grandes dessa negritude e tal e a gente vê a galera preta cantando, dançando e tal, mas que não consegue articular essa questão, esses processos da cultura negra e tal a esse processo racista e de violência não consegue articular uma coisa com a outra, aí acaba que é bonito, mas esvaziado de sentido político e de combate ao racismo efetivamente... a esse ciclo de violência cometido pelo racismo, então acaba que fica frouxo... É preciso articular esses dois processos, eu preciso falar de estética, mas eu também preciso falar desse corpo negro que morre. **Quando um policial olha pra um preto, ele tá olhando um corpo físico e uma estética do cara preto! É dessa estética que a gente tá falando e a polícia mata por uma questão estética! A polícia mata um jovem de terreiro que tá lá nas suas expressões de religião e tal... morre! Né? De intolerância por essa questão de intolerância religiosa, enfim, e é essa uma grande questão que a gente precisa ter, a gente precisa resolver e entender que a gente precisa atingir muitas frentes porque o racismo ele é multifacetado, ele é complexo**”. (informação verbal, grifo nosso)¹⁷.*

Ao destacar a importância da união e a centralidade que envolve a violência racial e a morte negra, o entrevistado identifica que a questão puramente cultural pode esvaziar o sentido político que a questão racial traz em si, problematizando que o ponto em comum é o racismo e o corpo negro que morre a partir de uma lógica racista excludente. Assim, a prática ativista é central na opinião dos ativistas. Na fala de Paulo fica evidente que o importante é entender que o racismo mata e que por suas características físicas e culturais o negro torna-se alvo de um processo violento que faz ser indispensável à militância preparar-se.

*“Bom... o sentimento que tenho é que... o maior desafio que temos e não dá... nesse tema específico que você traz não dá pra gente pensar qualquer ação com o tema específico, ou a gente trata o todo, e aí você desdobra o passo a passo disso, **ou a gente tá fadado a repetir modelos eurocêntricos... nesse aspecto, o que nos incomoda hoje, a gente precisa fazer um ataque é... não na situação do... varejo... a gente tem trabalhado muito no varejo e a gente não consegue encontrar a unidade entre nós da produção coletiva, não conseguiu ainda... não é que não consegue... nesse processo a gente precisa atacar a causa, não os efeitos, e aí a gente tem trabalhado muito a questão dos efeitos, a causa... que nos leva a essa situação de desconforto para o povo negro, ela está no formato dessa democracia eurocêntrica que está aí... enquanto existir... não vou falar no mundo... vou falar no meu pertencimento, que é onde estou, que é Pernambuco, Brasil... enquanto perdurar esse modelo de democracia que tá aí, que é o modelo racista, né, a gente não vai conseguir realmente resolver as nossas necessidades** e aí eu me reporto de novo de trazer o que eu já falei, repetindo de que só vai ter uma saída pra gente atacar é... a causa é a gente construir o projeto do povo negro... se a gente construir esse projeto a gente se encontra preparado pra sentar com o outro... e*

¹⁷Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

aí produzir de fato uma ação que possa dissipar o racismo, enquanto existir racismo, né... a gente não consegue realmente chegar a lugar nenhum...". (informação verbal, grifo nosso)¹⁸.

A questão da união foi algo que questionei a partir da exposição de Paulo durante a entrevista. Perguntei se ele considerava a militância fragmentada e se tinha relação com os formatos distintos de movimentos e coletivos raciais:

"Não, não de formato... porque as pessoas são diferentes e as pessoas escolhem como querem fazer aquilo, mas o que eu falo de união é a união em termos de pauta, o que é que é prioritário pra gente enquanto negro, pra gente enquanto militante negro, pra gente tá dando maior força, maior incidência... a gente precisa tá ampliando as discussões, a gente precisa tá... porque o que é que acontece é tanta coisa pra dar conta que fica tão pulverizado e as discussões ficam tão pulverizadas que as coisas que são mais fundamentais acabam ficando... é, sendo deixadas de lado, né? É importante a cultura? É extremamente importante a cultura, mas assim, eu não consigo ter cultura se eu não tiver vivendo, sabe? Então, o que é que é mais importante agora? O que é que é pauta em que todo mundo, todos os segmentos, todos os coletivos deveriam estar pensando, sabe? Então, é mais essa coisa de direcionamento mesmo, de tipo 'ah, o que é que é prioridade agora, sabe?', é e aí cada um sair um pouco das suas caixinhas e pensar quais são os pontos que nos une, né? Então, o que é que nos une enquanto povo negro? E uma das coisas que nos une é essa coisa, é essa vulnerabilidade que a gente tem que tá sempre submisso, tá sempre sujeito a uma lógica de violência, isso é uma coisa que nos une e isso era uma coisa que deveria tá todo mundo pensando em como barrar, né? Mas não é assim, infelizmente...". (informação verbal)¹⁹.

Nesse sentido, a discussão que Paulo traz é a de que a violência que atinge o negro deve ser a prioridade de pauta da militância antirracista na atualidade, uma vez que todas as outras questões só são possíveis se houver a sobrevivência do povo negro, e que não se constitui como uma preocupação em comum, pois não é dada a devida visibilidade à vulnerabilidade da vida negra.

Diante dos limites e possibilidades da militância percebidos pelos próprios militantes, João, do MNU, explana também sobre as questões da ancestralidade, como lições a serem seguidas e respeitadas:

"[...] tenho também uma visão de perceber de que todo tema é importante pra se somar o todo... mas eu acho que tem ruído na nossa comunicação, né?... e eu tenho o prazer, as oportunidades de dialogar com todos, onde eu sou chamado, vou. Ficar muito no lugar da ancestralidade... ver, perceber e tentar fazer leitura de procedimentos... né... fazer isso, mas o que que eu percebo? E tenho... Hoje, hoje é... talvez a responsabilidade é minha

¹⁸Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

¹⁹Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

tarafa, né?... quando eu falo, falar a partir de um acúmulo, então me escutam, né?... se não me escutam, mas assim... me escutam, né? E aí eu abuso desse direito de poder fazer a defesa que eu acredito... qual é a defesa que eu acredito? É que a gente precisa... os movimentos porque eu escuto eles dizendo o seguinte... tudo começou a partir do MNU, aí não tem moral pra dizer que não é... diga que num é? Porque eu também entendo que o MNU é o que é, porque teve Palmares! Nada aconteceu por acaso, e eu costumo dizer e eu falo com autoridade e tem três fases na caminhada de nós negros no Brasil... tem a fase de Palmares... e aí eu acho que foi uma fase rica porque ele tinha um elemento que a gente não conseguiu colocar no MNU, que é a Frente Negra, que aqui ela consegue exercer um papel mesmo festivo! Era muito festivo... que era os clubes sociais... tinha um elemento perfeito que era a solidariedade, a formação e a educação, tinha a educação como base e... alfabetizar... e... fazia um outro ponto que era a política, aí vem esse momento que é o MNU que gera tudo que tá aí...”. (informação verbal)²⁰.

Para o militante João, a experiência do MNU espelha as vivências de Palmares e da Frente Negra, que, na visão dele, trata-se de fases importantes e pontuais para a militância antirracista. Neste balanço histórico, aponta que a educação e a formação junto aos elementos da festividade e da solidariedade caracterizam a atuação do MNU e compõem a base a reproduzir-se.

*“[...] porque a gente sabe que **a violência não nos pertence, a violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência**, então se a gente traz, se a gente reproduz essa violência que não é nossa, pra o nosso povo, pra os nossos pretos, a gente não sai do lugar, a gente não consegue superar esse ciclo de violência...”. (informação verbal, grifo nosso).²¹*

Observamos que as expressões dos militantes repetem essas categorias e ressaltam a necessidade de fortalecer uma militância centrada no combate ao racismo e aos seus efeitos na sociedade. No sentido de compreender essa violência que “não é nossa”, é cabível perceber que a teoria de Fanon sobre a violência presente nas obras *Os condenados da Terra* e *Pele Negra, máscaras brancas* dialoga diretamente com essa afirmação. Em Fanon (1968, p. 73), a violência é analisada como efeito físico e psicológico da colonização:

O aparecimento do colono significou, sincreticamente, morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos. Para o colonizado, a vida só pode surgir do cadáver em decomposição do colono. [...] Essa práxis violenta é totalizante, visto que cada um se transforma em elo violento da grande cadeia, do grande organismo surgido como reação à violência primordial do colonialista.

Cumprido destacar que, nas palavras de Fanon, a violência se estabelece como um elo entre colono e colonizado. Para Fanon, a violência é intrínseca ao colonialismo e que pode

²⁰Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

²¹Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

transformar-se em revolução, pois enxerga que há também meios violentos para derrubar o colonialismo e vê na violência anticolonial uma práxis totalizante que liberta o colonizado de suas alienações.

O entrevistado reforça a necessidade de não reproduzir a violência, ao dizer que “*a gente vive num sistema racista e que outros pretos não têm culpa de reproduzir racismo e que a gente precisa alcançar essa galera pra começar a dizer ‘Ó, tu é preto também, né?’...*” como uma forma de identificar-se e não assimilar uma violência.

Trata-se da perspectiva de um processo contra-hegemônico que, ao nos reconhecermos inseridos em um sistema racista, podemos mensurar a dimensão do racismo, da violência e do genocídio, sobretudo na compreensão de que este traz a concepção de um processo de racismo ainda pouco reconhecido em nosso país e que o papel da militância em pautar esta bandeira enfrenta entraves, pois, ao exteriorizar e nomear o fenômeno do genocídio ao lado das estatísticas das mortes negras, os militantes e intelectuais são convidados a legitimar que é esse o termo que melhor define a real situação brasileira.

4 Considerações finais

Tratar do genocídio da população negra não é uma tarefa simples se não o atrelarmos à compreensão do racismo no Brasil, vinculando a isso a especificidade das nossas relações raciais. Isso porque a formação histórica dos movimentos sociais negros e a denúncia das desigualdades raciais permearam o debate no cenário político e contaram com a reivindicação desses movimentos junto ao Estado nas últimas décadas.

Observamos que nos discursos dos ativistas entrevistados os fenômenos do racismo e da violência estão interligados e refletem a situação da população negra no Brasil nos mais variados aspectos, como educação, saúde, segurança e moradia. As intensas mobilizações dos movimentos sociais negros apontam desde cedo as contradições raciais vivenciadas por esse segmento populacional, posto que o “racismo à brasileira” foi o principal obstáculo para avançarmos em igualdade e ainda orbita nas instituições e no nosso cotidiano.

Observamos que, nos últimos anos, os movimentos sociais negros intensificaram as mobilizações pelo fim do genocídio da população negra e protagonizaram as denúncias em todo o país. Em Recife, essas mobilizações ocorreram principalmente entre 2014 e 2016 e estavam relacionadas, em sua maioria, com os casos de mortes de jovens negros da periferia em nível nacional e local. Essas mobilizações reuniram gerações de militantes e pontuaram questões que podem ser traduzidas nos dizeres: como “a polícia mata preto todo dia!”, “Vidas negras importam” e “Contra o extermínio da juventude negra”.

Na luta por igualdade racial, os movimentos sociais negros buscam a participação política com os termos que acreditam ter força, pois, ao longo da história, o negro sempre foi alvo de expressões negativas como “é coisa de preto!”, “só podia ser negro” e outras mais. O compreensível é que os movimentos sociais negros construam os termos que acharem necessários para descrever a sua realidade. Aos poucos, tem crescido o esforço de reinterpretar as relações raciais no Brasil e as categorias “racismo” e “genocídio negro” respaldam discursos e práticas

que não são difíceis de comprovar no cotidiano. Um dos obstáculos permanece sendo o mito da democracia racial e as suas ramificações no debate público. Em nossa compreensão, o mito da democracia racial explica a perpetuação da especificidade do genocídio negro no Brasil e contribui para a sua ocorrência, pois é um mito que se mantém e que ainda não foi desconstruído, tornando necessário que os discursos sobre genocídio sejam sustentados de forma material e simbólica, pois expressam o teor antirracista de forma explícita.

O genocídio se apresenta como um discurso que evidencia o processo racista de morte institucionalizado, compondo a agenda política da militância antirracista como um projeto de resistência e de denúncia pública. Ademais, no tocante ao que propomos aqui – uma tentativa de compreender o que os discursos sobre o genocídio da população negra nos revelam –, quando realizamos as entrevistas com a militância antirracista sobre como percebiam o genocídio e como viam o desafio de enfrentá-lo, como respostas observamos um certo padrão que girava em torno de três termos: colonialismo, violência e mito da democracia racial. Então, o que nos inquietou foi tentar entender como se configuram os discursos imersos em outros conceitos.

No que concerne aos discursos sobre o genocídio da população negra, a compreensão apenas do termo jurídico internacional não auxilia a compreender a especificidade do genocídio no Brasil, porquanto o nosso genocídio se impõe historicamente. Porém, levando em consideração o diálogo global que o termo carrega, podemos notar que caracteriza pontualmente a mortalidade negra marcada por números expressivos. Os discursos sobre o genocídio da população negra analisados na pesquisa se apresentam da seguinte forma:

- a) duas matrizes sociais discursivas: a experiência dos negros revela as formas de violência a partir das raízes do Colonialismo e do mito da democracia racial, que se apresentam como “nó” de uma rede de significados e como uma maneira de denunciar que não rompemos com o Colonialismo e que o mito da democracia racial impede a legitimidade de tratar dessa dinâmica de violência racializada;
- b) a expressividade do genocídio da população negra não é algo novo no cenário político, pois é denúncia dos movimentos sociais negros desde a década de 1970, conforme aponta Abdias do Nascimento (1978), todavia destaca-se a relação com a violência letal na contemporaneidade, distinto do debate travado pelo autor. Dessa forma, constatamos ser um elemento de continuidade na estratégia de discurso e de mobilização, mas que é endossado pelas estatísticas da morte dos jovens negros no presente contexto;
- c) consideramos que a pauta racial da militância antirracista em Recife-PE acompanha uma dinâmica que tem crescido sobre a temática do genocídio da população negra e que emerge em todo o país a partir de 2013 com reivindicações ainda iniciais sobre essa agenda, mas que a partir dos discursos têm ampliado o debate diante de outros atores políticos como o Estado, Ministério Público, a universidade e a sociedade civil.

Portanto, só conseguimos compreender e especificar o discurso sobre o genocídio da população negra ao contemplar o antirracismo que formula uma luta por emancipação enquanto

forma de interpretar a desigualdade que vivenciam. Nessa acepção, a partir dos discursos, vimos que a maior teia de sentidos aponta para o entendimento do genocídio como estratégia discursiva para evidenciar o racismo e a violência direta estatal institucionalizada e cotidiana contra a população negra e compõe um fenômeno no cenário político não apenas específico de Recife-PE, mas do país no atual contexto, a partir da dinâmica da militância que pauta a desigualdade racial.

Referências

ANDRADE, Francisco Jatobá. *Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.

AUDIÊNCIA será nesta quarta-feira (6 de maio), no Recife. CEERT, 06 maio 2015. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/6877/audiencia-sera-nesta-quarta-feira-6-de-maio-no-recife>. Acesso em: 11 jun. 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução de José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEFFERMAN, Marisa. A luta contra o genocídio da juventude negra: reflexões sobre a realidade brasileira. In: 1807-0310; CRISIS Y Emergencias Sociales, 2013, Santiago. *Anais do 1807-0310*, 2013.

FERREIRA, Poliana da Silva; CAPPI, Riccardo. Contando as mortes de jovens negros: narrativas de um real insustentável. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 543-467, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Direito Unb*, jan./jun., v. 1, n. 1, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREITAS, Felipe Silva. *Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela vida” do Estado da Bahia (2011-2014)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PERNAMBUCO. Câmara Municipal de Recife. *Isabella debate genocídio da juventude negra*. 23 ago. 2016. <http://www.recife.pe.leg.br/noticias/isabella-debate-genocidio-da-juventude-negra>. Acesso em: 11 jun. 2017.

RAMOS, Paulo César. “*Contrariando a estatística*”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SENE, Adaíra. Segregação racial persiste na ocupação do Recife. *Jornal Diário de Pernambuco*, 19 nov. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/11/19/interna_vidaurbana,611257/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.shtml. Acesso em: 10 jun. 2017.

VAN DIJK, Teun A. Discourse, context and cognition. *Discourse studies*, v. 8, 2006. Disponível em: www.discourses.org. Acesso em: 10 jan. 2006.

VARGAS, João da Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, v. 1, n. 2, p. 31-65, jul./out. 2010.

VARGAS, João da Costa. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e Antagonismo Estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83-105, jul./dez., 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf. Acesso em: 27 jun. 2017.

O FEMINISMO NEGRO NA ERA DOS ATIVISMOS DIGITAIS

BLACK FEMINISM IN THE AGE OF DIGITAL ACTIVISM

Dulcilei da Conceição Lima*

A internet é o espaço que as mulheres negras encontraram para existir, já que a mídia hegemônica nos ignora.

(Djamila Ribeiro).

Resumo: Um conjunto de fatores como a expansão e popularização do feminismo, a ampliação da inserção de estudantes negros no ensino superior, bem como o desenvolvimento e expansão da Web 2.0 com as ferramentas de produção descentralizada de conteúdo através de blogs e redes sociais como o Facebook e o Twitter abriu caminho para que mulheres negras feministas rompessem a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia que impactam negativamente as subjetividades e autoestima da população negra através da produção de textos, imagens e tutoriais que valorizam as trajetórias, conhecimentos e estética da população negra. Os feminismos em atuação na web, em particular o feminismo negro, vêm buscando não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade, espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários frequentemente não encontram na grande mídia. As mídias digitais possibilitaram ao feminismo ampliar seu alcance, apresentação e público que pode acessar discussões que, na era pré-internet, estavam limitadas a nichos específicos.

Palavras-chave: Feminismo negro. Mulheres negras. Internet. Interseccionalidade.

Abstract: A set of factors such as the expansion and popularization of feminism, the expansion of the insertion of black students in higher education, as well as the development and expansion of Web 2.0 with the tools of decentralized production of content through blogs and social networks, e.g. Facebook and Twitter, paved the way for black feminist women to break the absence of positive representations of black men and women in the media that negatively impact subjectivity and self-esteem of the black population through the production of texts, images and tutorials that value the black population's trajectories, knowledge and aesthetics. Feminism on the Web, particularly black feminism, has been seeking not only a space of sharing and

* Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na UFABC. Mestra em Educação, Arte e História da Cultura pela UPM. Bacharel em História pela USP. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. E-mail: d.lima@ufabc.edu.br.

exchange, but mainly forms of participation and intervention in the political agendas of society, space of participation and visibility that minority groups often do not find in the mainstream media. Digital media enabled feminism to broaden its reach, presentation and audience that can access discussions that, in the pre-Internet era, were limited to specific places.

Keywords: Black feminism. Black women. Internet. Intersectionality.

1 Introdução

Ao longo da década de 1990, os feminismos latino-americanos expandiram seu campo de ação abarcando novas arenas culturais, sociais e políticas. Os movimentos se transversalizaram e se estenderam em direção a diferentes esferas, atingindo uma ampla diversidade de classes e movimentos sociais. Organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram consideravelmente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. Essa disseminação das concepções feministas tem produzido resultados positivos em políticas públicas e aos poucos se inserido no imaginário e cultura popular, gerando, ao mesmo tempo, uma diluição das resistências ideológicas em relação ao feminismo por determinados setores mais progressistas da sociedade brasileira e, por outro lado, alavancando uma forte reação de setores mais conservadores (MATOS, 2010).

Nesse contexto temos o feminismo negro, movimento de mulheres atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista, definido por Ana Sebastião (2010, p. 66) como “movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas”. Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 118), fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra,

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Surgido no final dos anos 1970, o feminismo negro se insere no processo de abertura política que permitiu a reorganização de movimentos sociais como o sindicalista, o estudantil, o movimento negro e feminista, ganhando efetivamente projeção nacional e identidade própria apenas em 1986 (LIMA, 2011; RIOS, 2017). Encontros, marchas feministas e protestos antirracistas ofereceram

[...] as oportunidades políticas e culturais propícias para o aumento das organizações de mulheres negras no país. Mais do que o crescimento em termos numéricos, a presença de coletivos feministas negros em outros estados, especialmente nos do Norte e Nordeste, marca também a expansão do ativismo (RIOS, 2017, p. 239).

A inserção de mulheres negras nas universidades também colaborou para o nascimento do feminismo negro, uma vez que tais espaços propiciavam tanto as reflexões quanto o engajamento

em atividades políticas. Nos espaços acadêmicos se destacavam nomes como os de Matilde Ribeiro, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Thereza Santos e Edna Rolland (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Concomitantemente, surgia, na cidade de São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), uma iniciativa de militantes de São Paulo e do Rio de Janeiro como protesto contra a discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Regatas Tietê e contra a tortura e assassinato de Robson Silveira da Luz, taxista negro, ocorrida em 1978 numa delegacia de Guaianazes, na cidade de São Paulo (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Ativistas negras como Lélia Gonzalez e Neusa Maria Pereira compuseram o grupo fundador do MNU. Diferentemente de outros momentos do movimento negro brasileiro, o MNU nasceu já com pautas sobre as mulheres inseridas em seu projeto inaugural. Dessa forma, questões de interesse da mulher negra tais como planejamento familiar, denúncia à violência contra a mulher, melhoria de condições e oportunidades de trabalho compunham a agenda de discussões do Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2009).

A postura engajada nas questões de gênero adotada pelas militantes do MNU, considerada por Moreira (2007, p. 75) como uma “tomada radical de consciência de sua subjetividade feminina negra”, resultou no reconhecimento de seus pares masculinos da necessidade de ações específicas voltadas para as mulheres. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado se propôs a denunciar a discriminação e desigualdades que afetavam as mulheres negras, intervindo junto a organismos reguladores do trabalho e da saúde pública. Em junho de 1979, em comunhão com entidades feministas, o MNU organizou outra manifestação também no Teatro Municipal de São Paulo seguida de uma passeata, dessa vez para denunciar a discriminação contra as mulheres negras, homossexuais e prostitutas (LIMA, 2011).

Apesar do reconhecimento quanto às especificidades da condição feminina negra, foi fundamental a organização de grupos de reflexão capitaneados pelas mulheres que discutissem tais questões, de modo a esclarecer aos homens do movimento a reprodução de mecanismos de desigualdade e discriminação de gênero presentes no grupo. Hanchard (2001) afirma que, embora apregoassem a igualdade de gênero, os homens do movimento negro esperavam que as ativistas do sexo feminino se ocupassem das tarefas domésticas (como donas de casa tradicionais), enquanto eles se envolviam efetivamente nas atividades políticas do grupo.

As ações internas promovidas pelas mulheres do MNU visaram a ampliar sua visibilidade e tirá-las da situação de coadjuvantes que haviam ocupado até então dentro das organizações de luta contra discriminação. Embora a presença feminina já fosse significativa nas organizações negras desde o início do século XX, persistia o pressuposto de que às mulheres cabia o papel de futuras esposas e mães, razões pelas quais, era vetada a elas, por exemplo, a ocupação de cargos de liderança dentro das organizações (DOMINGUES, 2009).

Apesar da ampliação das questões de gênero nas pautas do movimento negro, persistia a concepção de que a discriminação racial não distinguia gênero. Nesse aspecto, o feminismo negro foi fundamental ao trazer para o centro das discussões o sexismo como fator qualificador do racismo. Inicialmente, essas ativistas foram acusadas de desviar o foco da luta antirracista,

causando fissuras nas organizações ao colocar hipoteticamente homens e mulheres em posições opostas (DOMINGUES, 2009).

Gradativamente as mulheres ampliaram sua participação dentro das associações negras, passando a ocupar cargos de liderança e protagonizando discussões que entrecruzavam as questões raciais e de gênero, conquistando, dessa forma, o reconhecimento das especificidades da condição feminina negra, conseguindo colocar em pauta assuntos como planejamento familiar, aborto e violência contra a mulher. De acordo com Petrônio Domingues (2009, p. 46),

Na medida em que se inscreveram, no panorama político, as contradições de raça e gênero, as mulheres negras catalisaram as bandeiras de insurgência edificadas historicamente pelos movimentos negros e das mulheres no Brasil, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, impulsionando a feminização das propostas e aspirações do Movimento Negro.

As discussões acerca do papel da mulher e de sua participação dentro das organizações se acirravam. Embora reconhecessem a discriminação contra as mulheres, os ativistas do sexo masculino não aceitavam a ideia de que eles próprios seriam agentes de tal opressão. Os desentendimentos entre as partes geraram situações como boicotes às reuniões feministas. Segundo Barreto, o ambiente hostil levou as mulheres a se questionarem se “deveriam permanecer no movimento ou estar fora” (BARRETO, 2005, p. 55-56).

Muitas dessas mulheres, como Lélia Gonzalez, atuavam também em organizações do movimento feminista para onde levaram o debate racial e a necessidade urgente de discutir a condição das mulheres negras. Lélia Gonzalez foi uma das principais responsáveis por introduzir as discussões de gênero no movimento negro e raciais no movimento feminista (BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

A inserção de mulheres negras em órgãos como o Conselho da Condição Feminina (São Paulo) e o Conselho Nacional da Mulher (DF), que teve em seus quadros ativistas como Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Sueli Carneiro e Thereza Santos, colaborou para a disseminação das “propostas do movimento de mulheres negras” e permitiu a “elaboração de indicadores de desigualdades educacionais, no mercado de trabalho e nos rendimentos” (RIOS, 2017, p. 240-241) que traduziram em números a realidade profundamente desigual de mulheres negras em comparação com as brancas.

Inseridas em espaços feministas no contexto da década internacional da mulher, promovida pela ONU entre 1975 e 1985, as ativistas negras expandiram seu campo de ação abrangendo as conferências internacionais, o que permitiu a formação de alianças com feministas de várias partes do globo (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Simultaneamente, as mulheres negras estadunidenses começaram a desenvolver análises críticas sobre o feminismo, bem como em relação ao movimento pelos direitos civis e o movimento Black Power. Tais críticas focalizavam a inabilidade desses movimentos em tratar as questões das mulheres negras. Nesse momento, essas ativistas recuperaram críticas feitas por mulheres negras do século XIX, como Sojourner Truth, Mary W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-

Barnett, mulheres que já discutiam as peculiaridades da condição feminina negra (CALDWELL, 2010).

Segundo Garcia (2011), a década de 1980 marca uma grande mudança no movimento feminista internacional. Surgem novas formas de organização política, o movimento adquire maior visibilidade, as pautas feministas alcançam o espaço acadêmico onde se multiplicam as disciplinas, centros de pesquisa e estudos sobre as questões de gênero e das mulheres. As críticas desenvolvidas pelas feministas negras estadunidenses, por exemplo, deram origem, nos anos 1980, aos Black Women's Studies (CALDWELL, 2010).

O feminismo dos anos 80 se centra no tema da diversidade entre as mulheres. Esse feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria mulher e se centra nas implicações práticas e teóricas da diversidade de situações em que vivem as mulheres. Essa diversidade afeta as variáveis que interatuam com a de gênero, tais como país, etnia e preferência sexual. Apesar dos diferentes rumos que foi tomando, a maior força do feminismo e de sua longa história nasce, em primeiro lugar, por ser uma teoria sobre justiça, legítima e em segundo por ser uma teoria crítica: o feminismo politiza tudo o que toca. (GARCIA, 2011, p. 94).

A anistia trouxe de volta ao Brasil mulheres que durante o exílio estiveram em contato com movimentos feministas estrangeiros. Ao aportar no País, essas mulheres compartilharam com as companheiras de ativismo perspectivas novas que diversificaram visões e práticas das feministas brasileiras.

Assim, temas como aborto, contracepção e seus direitos, bem como prazer – que antes eram da seara do privado e, por conseguinte, não abordados publicamente – tornaram lugar de referência na sociedade. Todos incentivados a partir de uma nova visão apresentada notadamente pelo feminismo internacional. (PEREIRA; SILVA, 2014, p. 18).

A questão racial, no entanto, ainda não encontrava lugar central nessa nova agenda feminista brasileira e conseqüentemente a relação entre feministas brancas e negras era constantemente permeada por conflitos. De acordo com Moreira (2007), o movimento feminista do Brasil era composto basicamente por mulheres intelectualizadas e de classe média, que pregavam o pressuposto de igualdade universal entre mulheres. A aproximação com ativistas de grupos sociais distintos (entre as décadas de 1970 e 1980) não só propagou os ideais feministas dentro desses grupos, como levou para dentro do feminismo o questionamento acerca da perspectiva monolítica da categoria mulher. A esse respeito Sueli Carneiro faz a seguinte observação:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de

gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003b, p. 119).

As ativistas negras denunciavam o fato de que o movimento feminista não havia superado o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, de modo que não entendiam a necessidade de uma discussão racial (BARRETO, 2005).

As feministas negras argumentavam que problemas enfrentados, de modo geral, pelas mulheres – como a dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a desigualdade salarial – eram acentuados pela discriminação racial. Por conta disso, as conquistas das feministas, nesses setores, não teriam sido sentidas da mesma maneira pelas mulheres negras:

Nesse sentido, é mister apontar que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho. Malgrado (sic) se constituírem em grandes avanços, não conseguiram dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advêm, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro (CARNEIRO, 2003b, p. 120-121).

As mulheres negras também acusavam o feminismo tradicional de banalizar suas demandas, que em muitos casos estavam ligadas a aspectos da vida cotidiana como as reivindicações por creches para as mães trabalhadoras: “Quando nós reivindicávamos creche, o movimento feminista falava: ‘isso não é feminismo; por que mulher tem que estar ligada à criança?’ Claro, as crianças delas têm babá!” (MOREIRA, 2007, p. 62).

Outra questão que apresentava notáveis divergências entre ativistas negras e brancas era o tratamento conferido ao corpo e à sexualidade. No período em que as discussões sobre o pertencimento ao corpo ganhavam centralidade no movimento feminista (o direito ao prazer, ao controle de natalidade, ao aborto), as negras preocupavam-se com as necessidades básicas de seus corpos como a garantia de alimentação e tratamento de saúde, com as marcas discriminatórias como aquelas oriundas do racismo e estereótipos (BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Segundo Moreira (2007, p. 16), a “mulher negra não ocupa um lugar positivo no imaginário brasileiro”, esse imaginário incide sobre seus corpos e acarreta prejuízos materiais e simbólicos. Situação exemplar eram os obstáculos enfrentados no acesso ao mercado de trabalho, além das dificuldades acarretadas pela baixa escolarização, as mulheres negras também se deparavam com a exigência de “boa aparência” nos classificados de ofertas de emprego, corruptela para escamotear o racismo por trás da prática de preterir mulheres negras para postos de trabalho mais valorizados¹ (GONZALEZ, 2017).

Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as

¹ De acordo com Damasceno (2013), predominou nos anúncios de jornais de 1930, 1940 até meados de 1950 a condição racial dos candidatos como pré-requisito nas ofertas de emprego. A partir dos anos 1950, ocorre o deslizamento do enunciado racializado para um menos explícito, mas que trazia em si o mesmo recorte racial, porém sob a rubrica de “boa aparência”.

aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário. (CARNEIRO, 2003b, p. 121)

Moreira (2007, p. 19) retoma Gilberto Freyre ao afirmar que à mulher negra estaria reservado o papel de trabalhadora braçal, enquanto à mulata caberia o papel de “um ser-corpo sexualizado pronto para satisfazer os desejos sexuais de outros”. Desse modo, a autora considera que, embora tanto mulatas quanto negras sejam estereotipadas, a mulata de certa forma corresponde a um ideal de mestiçagem presente no imaginário da sociedade brasileira, enquanto nesse mesmo imaginário o “papel social dado à mulher negra, que não se encaixa no padrão da mulata, está restrito à servidão, isto é, são essas mulheres que serão classificadas como a grande “mãe preta”, aquela que a todos acolhe [...]” (MOREIRA, 2007, p. 21).

O direito a uma imagem positiva tem sido uma das linhas de batalha do feminismo negro desde seu início. Sueli Carneiro (2003) trata a imagem ou representação estereotipada como uma forma de violência comparada à doméstica e sexual. A autora afirma que tal violência causa prejuízos à autoestima, dificulta o acesso ao trabalho, cerceia as possibilidades de encontro no mercado afetivo e cria barreiras para o desenvolvimento da sexualidade pelo peso dos estigmas. As mulheres negras lutam contra o que Fraser (2006) nomeia como injustiça cultural e simbólica. São exemplos desse tipo de injustiça

[...] a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

Os meios de comunicação, como perpetuadores de estereótipos na representação feminina negra, tornaram-se pauta de discussões e local privilegiado de ações por parte das ativistas negras:

Se partirmos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstruem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento. A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados nesse aspecto (CARNEIRO, 2003b, 125).

Outros fatores, além dos já expostos, desencadeavam atritos entre feministas brancas e negras como a afirmação feita pelas negras de que a emancipação social e econômica obtida pelas mulheres brancas no Brasil se devia à exploração do trabalho doméstico exercido por mulheres negras.

As negras, como assinalaram diversas afro-brasileiras entrevistadas, têm sido as pessoas que cuidam das famílias brancas. Essa vantagem estrutural na relação entre negras e brancas permitiu que estas últimas adquirissem instrução e buscassem oportunidades de carreira, o que de outro modo não teriam conseguido fazer, no contexto de uma relação heterossexual convencional, em que se espera que as mulheres cuidem da casa e da família. (HANCHARD, 2001, p. 155).

Tais posicionamentos legaram às feministas negras a imagem de mulheres agressivas e criadoras de caso (BARRETO, 2005). Ao descrever um encontro feminista realizado no Rio de Janeiro em meados dos anos 1980, Lélia Gonzalez (2016, p. 410-411) faz um breve relato sobre a recepção de discussões propostas por mulheres negras:

[...] nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Núbia Moreira (2007) está de acordo com a afirmação feita pelas ativistas negras de que o feminismo tradicional não compreendia suas demandas, contudo acredita que as feministas negras, em determinadas circunstâncias, também não compreendiam algumas das propostas do feminismo. Entretanto, a autora considera que esse cenário ficou restrito à década de 1980. A partir dos anos 1990, o feminismo *mainstream*, sob o impacto da atuação das feministas negras, teria incorporado à sua agenda a questão racial, reconhecendo o racismo estrutural como elemento essencial para compreensão da realidade da mulher negra brasileira e a impossibilidade de pensar os direitos dessas mulheres distante da luta por igualdade racial.

Compreendendo as limitações de mobilização dentro das organizações feministas e negras tradicionais e diante da urgência em pautar os prejuízos decorrentes do entrecruzamento entre racismo e sexismo, as feministas negras decidiram organizar grupos independentes, nos quais poderiam protagonizar a luta antirracista associada à de gênero. Nasceram, dessa maneira,

os Coletivos de Mulheres Negras. Os primeiros grupos surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo (ver Tabela 1). Raquel Barreto (2005, p. 27-28) define os coletivos da seguinte maneira:

O coletivo se estruturava com um trabalho político baseado nos campos de atuação das suas militantes, as quais eram ligadas às associações de moradores, um movimento com muita expressão na época. Atuavam lá as que estavam ligadas a outros campos, e atuavam em outros espaços. As atividades eram definidas como frente de trabalho, onde cada um se desenvolvia onde se sentia mais preparado e livre.

Coincidindo com as mudanças no feminismo internacional, a ascensão do feminismo negro estadunidense e com o processo de redemocratização no Brasil, certas de que “a reconstrução da democracia do país passava pelo enfrentamento das desigualdades de raça e gênero” (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.), as feministas negras se organizaram em inúmeras associações que eclodiram pelo país a partir dos anos 1980. Através desses coletivos, as ativistas negras buscaram estabelecer “alianças políticas com os movimentos sociais feministas, negros, sindicais e até organizações partidárias” (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.). As mulheres negras desenvolveram linhas de atuação através de fóruns, conferências, encontros, boletins, revistas, jornais e mais recentemente em *sites*, *blogs* e redes sociais na internet (BARRETO, 2005).

Nesse mesmo período, o feminismo negro brasileiro continuou avançando por todo o país com novos coletivos surgindo em várias regiões. De acordo com Rios (2017), os movimentos sociais, de modo geral, passaram por um processo de grande institucionalização. Os coletivos negros não foram exceção nesse contexto. Muitos dos coletivos se tornaram ONGs e apoiaram suas ações na ajuda financeira de entidades privadas, especialmente as estrangeiras. Os anos 2000 (gestões petistas) trariam uma alteração nesse quadro. Os movimentos sociais se moveram em direção ao Estado e ali se fixaram (RIOS, 2017).

O ponto alto desse momento foi a articulação das mulheres negras para participar da III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Intolerâncias correlatas que se realizaria em Durban (África do Sul) no ano de 2001. Se valendo da ramificação dos coletivos feministas negros país a fora, reuniões preparatórias e debates foram realizados em todo o território brasileiro. A Conferência de Durban marcou a “maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional” (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007, p. 374).

Como resultado da Conferência, a feminista negra Edna Rolland tornou-se a primeira brasileira a ocupar o cargo de relatora da ONU, permitindo assim o “estreitamento das relações políticas entre atores da sociedade civil e agentes do governo brasileiro” (RIOS, 2017, p. 244). Tal aproximação contribuiu para a criação de políticas públicas mais assertivas no âmbito das questões étnico-raciais como as políticas de ação afirmativa, a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, entre outras. Nesse mesmo contexto, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que viria a ser presidida (em diferentes gestões) pelas feministas negras Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes (RIOS, 2017; COSTA, 2017).

A partir das atividades preparatórias para Durban e como consequência da Conferência, em setembro de 2002, surgiu a Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB que promoveu, em novembro de 2015, a I Marcha Nacional das Mulheres Negras.²

A articulação para a Conferência de Durban já contou com as mídias digitais, especialmente a troca de *e-mails* para agilizar as trocas de informações entre ativistas em pontos distantes do território nacional e promover os eventos preparatórios que elencaram as principais demandas que seriam abordadas na África do Sul (RIOS, 2017).

2 Feminismo e ativismos digitais

No contexto de disseminação do feminismo, vemos ampliar-se o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos feminismos contemporâneos – ou novos feminismos –, marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e o uso das TICs (GARCIA, 2015b).

A Web 2.0 facilitou a criação e consolidação de redes entre coletivos e organizações feministas, permitiu o surgimento de novos grupos (como os que estão em atuação no ambiente virtual através do Twitter, Facebook, Youtube, mas também por meio de blogs como Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Transfeminismo, Que nega é essa?, Não me Kahlo, Escreva Lola Escreva e outros), bem como colaborou com o desenvolvimento de novas estratégias e áreas de atuação, impulsionando o processo de popularização dos feminismos iniciado nos anos 1990. Hoje, em uma rápida navegação na web, é possível encontrar um grande número de mulheres cis e trans (seja em ação individual ou coletiva) produzindo reflexões, promovendo debates, desenvolvendo textos, imagens, sons e campanhas de conteúdo feminista em suas várias vertentes (FERREIRA, 2015; NATANSOHN, 2013).

Sob o desígnio de ciberfeminismo, os primeiros coletivos feministas a atuar em ambiente virtual mobilizaram um conjunto de estratégias que articulava estética, política e comunicação utilizando a tecnologia digital e a internet como ferramentas para emancipação e empoderamento das mulheres (FERREIRA, 2015; LEMOS, 2009; NATANSOHN, 2013). Conforme Graciela Natansohn (2013, p. 23-24),

Nos anos 90, consciente dos limites, mas também das imensas potencialidades das redes digitais, suas contradições e complexidade e de sua natureza mais política que técnica, os movimentos das mulheres e diversos grupos feministas se lançam na disputa política na área tecnológica com

² Em 25 de julho de 2014, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, o Comitê organizador da Marcha das Mulheres Negras publicou um manifesto com suas principais reivindicações. Alguns dos principais pontos se referiam ao fim do feminicídio (que atinge mais as mulheres negras), bem como a investigação e punição dos responsáveis por essas mortes e pelos casos não letais de violência doméstica. Exigiu-se o fim da violência simbólica que resulta do racismo e sexismo veiculados pelos meios de comunicação. Foram destacadas, ainda, as práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho, as violências cometidas contra mulheres encarceradas e durante as revistas em presídios, reivindicou-se o acesso à saúde de qualidade e a penalização da discriminação no atendimento dos serviços públicos. A regulamentação das terras quilombolas, a intolerância religiosa e o acesso efetivo à vida pública também foram pontos valorizados no manifesto (MANIFESTO Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver, 2014).

maior ou menor êxito. O movimento das mulheres começou a dar atenção às questões das TIC's há pouco mais que 20 anos. [...] marco inicial da reivindicação da comunicação como direito humano básico foi a Conferência da Mulher, em Beijing (em 1995), quando foi incluído nas conclusões finais o ponto J, que destaca a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres e o uso estratégico das tecnologias [...]. Em Beijing, se percebeu a necessidade de desenvolver políticas e programas para que as mulheres, especialmente as mais jovens, se constituam como um grupo com real potencial de conectividade às, naquela época, novas tecnologias (MELO, 2000). Aconselhavam o apoio a estudos e análises das estratégias usadas pelas mulheres para aumentar o acesso às TIC's, observando o impacto na inserção destas na educação e no trabalho. Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas.

A associação entre teorias, práticas políticas e cultura digital abriu espaço para discussões sobre a relação entre mulheres e as tecnologias de informação e comunicação que associadas com outros marcadores, como geração, apontam para as múltiplas possibilidades oferecidas pelas TICs como campo privilegiado para atuação dos feminismos (FERREIRA, 2015; NATANSOHN, 2013).

O *blog* foi inicialmente a principal ferramenta de discussão utilizada pelos feminismos em atuação na *web*. Isso se deveu à facilidade de manuseio da ferramenta. Segundo Amaral, Recuero e Montardo (2009, p. 28),

Foi [...] o surgimento das ferramentas de publicação que alavancou os weblogs. Em 1999, a Pitas lançou a primeira ferramenta de manutenção de sites via web, seguida, no mesmo ano, pela Pyra, que lançou o Blogger. Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos sites, que não mais exigiam o conhecimento da linguagem HTML e, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos. Além disso, a posterior agregação da ferramenta de comentários aos blogs também foi fundamental para a popularização do sistema.

Os *blogs* surgem no fenômeno da Web 2.0, segunda geração de serviços on-line que ampliam as possibilidades de interação, e têm como “principais objetivos potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações” (PRIMO, 2008, p. 63). As práticas cooperativas e a interação mútua ocupam, portanto, o eixo central da Web 2.0. Essa configuração permite que pequenas redes de amigos ou alguns nichos com interesses específicos se interconectem gerando “significativos efeitos em rede” (PRIMO, 2008, p. 64).

As novas tecnologias e suas ferramentas de comunicação e interação fornecem aos feminismos a possibilidade de criação e ampliação de narrativas contestadoras do discurso dominante. Tais narrativas potencializaram o surgimento de múltiplas e infinitas subjetividades

(LEMOS, 2009). Nesse mesmo cenário, assumem papéis centrais estratégias como “a produção de imagens, a guerrilha da comunicação, as inter-relações entre arte e política, [...] como possibilidades de reinventar as identidades por meio das novas tecnologias” (GARCIA, 2015b, p. 55).

Pesquisadoras como Collins e Bilge (2016), Jónsson (2013), Ferreira (2015), Natansohn (2013) e Steele (2016) afirmam, sobre o impacto das TICs no pensar e fazer de feministas negras, que estas encontram nas ferramentas *on-line* um espaço possível de manifestação, articulação e visibilidade, diferentemente do que ocorre com os meios tradicionais de comunicação, geralmente interditados a esse mesmo grupo (conforme exemplificado através da epígrafe que inicia esse texto).

Os *blogs*, as redes sociais e a descentralização da produção de conteúdos promovida pela web 2.0 abriram uma via de contestação ao racismo epistêmico e a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia. A negatização da população negra na grande mídia pela ausência ou representações pejorativas impacta nas subjetividades e na autoestima dos cidadãos afro-brasileiros pela veiculação de estereótipos e discursos que deformam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades dissonantes (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

Ao mobilizarem reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia), a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e estadunidenses, as mulheres negras que utilizam as ferramentas da internet como meio de atuação têm desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica, constituindo contranarrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. Essa produção, pautada principalmente em narrativas próprias, tem “ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57).

Cabe esclarecer que ao usar o termo “redes sociais” me refiro a *sites* como Facebook, Twitter, Youtube e similares. Ellison e Boyd (2013, p. 158 apud RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 26) definem esses *sites* como

[...] uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes 1) possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários, e/ou dados fornecidos pelo sistema; e) podem ser vistas e cruzadas por outros; e 3) podem consumir; produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por usuários fornecidos por suas conexões no site.

As redes sociais, na internet, segundo Recuero *et al.* (2015), constituem uma estrutura mais ampla que incorpora também os *sites* de rede social sem se limitar a eles.

As redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais. Elas são constituídas pelas relações entre os indivíduos e vão servir como estrutura fundamental para a sociedade. [...] As chamadas “redes sociais” na Internet são traduções das redes sociais dos espaços off-line dos indivíduos, de suas conexões sociais. No espaço on-line, essas redes

sociais são demarcadas não somente pelos rastros deixados pelos atores sociais e pelas produções, mas também pelas suas representações. [...] Essas redes são representadas, principalmente, através dos sites de rede social e de outras ferramentas que permitiram sua apropriação desse modo (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 23).

Nas redes sociais, multiplicam-se, por exemplo, textos, imagens e tutoriais que valorizam uma estética negra através do incentivo ao abandono do alisamento dos cabelos, maquiagem para peles negras, vestuário que tem inspiração na cultura africana e mesmo o surgimento e ampliação de espaços de lazer e cultura voltados especificamente para a juventude negra.

Desde o início dos anos 2010 se disseminou via redes sociais um movimento de valorização do cabelo crespo natural. Uma busca numa das redes sociais mais utilizadas pelo brasileiro, o Facebook, revela a existência de vários grupos dedicados a trocar dicas de produtos, cortes, coloração e penteados para a realização do processo de transição capilar e manutenção do cabelo crespo. (LIMA, 2017, p. 32).

Esse movimento é marcado por posicionamentos políticos quanto a outro lugar que a população negra almeja na sociedade brasileira, um lugar que não esteja fundado na subalternidade. Como exemplo, temos a realização da Marcha do Empoderamento Crespo³ realizada em várias cidades brasileiras, cuja mobilização foi toda articulada via redes sociais. A marcha tinha como mote uma discussão antirracista via estética negra (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

A afirmação do cabelo crespo, protagonizada pelas mulheres negras por meio de *blogs* e redes sociais, foi rapidamente absorvida pelo mercado de produtos cosméticos. Sodré (2015) vê com reservas essa movimentação em torno do cabelo e interpreta o discurso da mídia negra contemporânea como algo “mais estético do que político, doutrinário ou ético”. O autor classifica esse fenômeno como uma “obsessão contemporânea” e avalia que o “cabelo parece constituir uma espécie de índice semiótico da revalorização identitária” (SODRÉ, 2015, p. 288-289).

Através das ferramentas fornecidas pela internet, as feministas negras também retomaram demandas e reanimaram campanhas criadas pelo Movimento Negro Unificado nos anos 1980, como a campanha *Reaja ou será morto, Reaja ou será morta*, que denuncia a violência policial e o genocídio da juventude negra.

[...] através das redes sociais, os discursos e narrativas desse segmento têm saído da invisibilidade, ganhado notoriedade entre os mais diversos públicos, e com isso tornado visíveis as suas demandas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo cotidiano. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Por meio das plataformas digitais, as mulheres negras têm conseguido maior atenção da grande mídia às questões raciais e de gênero. Para mencionar um exemplo recente, em 2017,

³ Marcha do Empoderamento Crespo: ver página do coletivo sob o mesmo nome no Facebook. Trata-se de um coletivo de Salvador - BA, dedicado a promover ações de valorização do cabelo crespo e enfrentamento ao racismo. Há coletivos similares em outras regiões do Brasil como “Manifesto Crespo” e “Coletivo Encrespa” de São Paulo e o “Meninas Black Power” do Rio de Janeiro.

nos deparamos com a mudança na vinheta da Globeleza, que trouxe uma mulher negra mais “coberta” e acompanhada de outros dançarinos que apresentaram distintos ritmos carnavalescos brasileiros, tirando finalmente o foco do corpo da mulher negra. A mudança foi bem recebida pelas feministas em geral, mas especialmente pelas feministas negras que há muito criticavam a excessiva exposição do corpo feminino negro, marcado na vinheta como um corpo-sexo. Multiplicaram-se as capas de revistas com modelos e atrizes negras, bem como a presença de mulheres negras influentes nas redes sociais em programas televisivos como o *Encontro com Fátima Bernardes*, da Rede Globo de Televisão.

A recém-conquistada visibilidade proporcionada, sobretudo, pelas redes sociais⁴, a partir do fenômeno da *Primavera Feminista*⁵, promoveu a emergência de figuras tidas como “influenciadoras digitais” que viriam a se tornar referências nas discussões sobre feminismo dentro e fora das redes (TEIXEIRA; ZANINI; MENESES, 2017).

Embora, conforme Sodré (2015), os profissionais da notícia funcionem como um grupo técnico de imagina o que absorve, reelabora e retransmite um imaginário coletivo racista compatível com a conforma o ideológica das elites políticas, econ micas e culturais, não foi possível ignorar essa movimenta o e inúmeras matérias e programas de televisão se valeram das “influenciadoras” para atrair para a televisão o público da internet e apresentar os assuntos discutidos nas redes sociais a um público que não está necessariamente presente nelas.

Autoras como Malta e Oliveira (2016) e Maciel e Rios (2018) concordam que a mobiliza o de feministas negras na *web*, se deve, ainda,   maior presença da popula o negra nas universidades e ao desejo desse grupo, que teve acesso ao ensino superior, de narrar a história a partir de uma perspectiva própria.

Outra característica marcante das negras jovens feministas   o seu vínculo com as universidades privadas e públicas do Brasil, onde formam parte de seu público e onde está a base social da sua atua o. Assim, em certa medida, sua emergência também pode ser explicada pelo processo de democratiza o do acesso ao ensino superior, que alterou o perfil do

⁴ Uma matéria da jornalista Mariana Diniz, na Agência EBC, em 8 de março de 2016, revela que “de janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo ‘feminismo’ no Google aumentou em 86,7% no Brasil – passando de 8.100 para 90.500 buscas” (DINIZ, 2016).

⁵ *Primavera feminista* foi como ficou conhecida a série de campanhas ocorridas nas redes sociais em 2015, influenciadas pela Marcha das Vadias, em 2011; as Jornadas de Junho, em 2013; os atos contra Eduardo Cunha e a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em 2015 (TADINI, 2016). Em outubro de 2015, um popular programa culinário de televisão que trazia competidores infantis protagonizou uma pol mica no Twitter: homens adultos faziam comentários sexuais sobre uma participante de apenas 12 anos. Os tuítes carregados de insinua es de estupro e pedofilia geraram revolta e inspiraram o coletivo feminista Think Olga a desenvolver a campanha #MeuPrimeiroAss dio. Por meio da *hashtag*, milhares de mulheres compartilharam denúncias de assédio e estupro vivenciados desde a primeira infância. Iniciada no Twitter, a campanha ganhou outras redes sociais como o Facebook e promoveu um largo debate sobre as situa es de violência que resultam do machismo (TEIXEIRA; ZANINI; MENESES, 2017). No mês seguinte, o coletivo feminista *Não me Kahlo* protagonizou uma nova campanha que se disseminou pelas redes sociais, a #meuamigosecreto. A *hashtag* foi criada em novembro de 2015 a partir da publica o de um microrrelato no Facebook do coletivo *Não me Kahlo* com o uso da expressão “meu amigo secreto” em referência   tradicional brincadeira de fim de ano. O objetivo era chamar aten o para o machismo cotidiano de pessoas próximas, de modo a se contrapor   ideia de que os agressores são sempre desconhecidos. Do Twitter a iniciativa foi para o Facebook, e, após a primeira postagem, seguiram-se milhares. A #meuamigosecreto recebeu a adesão maciça de mulheres que compartilharam relatos de abusos vividos por si mesmas ou por amigas, familiares, vizinhas.

quadro discente, particularmente após a implementação das cotas raciais nas instituições públicas e das bolsas para ingresso e manutenção nas instituições privadas. (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.).

Embora, nos anos 1980, já tenhamos um cenário de ativistas negras acessando o ensino superior, como é o caso de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, trata-se de uma realidade que difere substancialmente do fenômeno recente pelo número expressivo (em comparação com as décadas anteriores) de estudantes negros que chegam à universidade a partir de 2005 por meio de políticas públicas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e a implementação de cotas raciais em universidades públicas federais (ALMEIDA, 2017).

Paralelamente à ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior, ocorreu a expansão do uso da internet por meio de computadores pessoais e *smartphones*. Segundo o IBGE (2016), a maior utilização da internet se relaciona diretamente com os índices de escolarização. Entre a população com 15 anos ou mais de estudo, o que equivale ao ensino superior, o percentual de uso da internet é de aproximadamente 90%.

Spyer (2017), ao analisar o uso da internet por pessoas de baixa renda no Brasil, faz uma observação interessante quando relaciona o aprimoramento da alfabetização como uma consequência inesperada do uso das mídias sociais. De acordo com o autor, a educação é “um elemento de distinção nas mídias sociais”, o que leva, especialmente os usuários mais jovens, a se sentirem pressionados a escrever corretamente e a “ter vergonha de parentes adultos que não valorizam a educação” (SPYER, 2017, p. 193 e 71).

O antropólogo argumenta que o crescente interesse da população de baixa renda pelas TICs guarda um atributo de prestígio. Possuir e saber manusear computadores e *smartphones*, símbolos de modernidade e progresso, significam assumir esses mesmos atributos para si e projetam a percepção de melhor condição socioeconômica e formação educacional (SPYER, 2017).

Então, se olharmos para o simbolismo associado às mídias sociais, diz respeito à demonstração de realização econômica – e, em alguns casos, distinção de classes socioeconômicas – que é frequentemente acompanhada pela adoção do cristianismo evangélico, pela escolha de unidades familiares nucleares e pelo investimento em educação. No entanto, as práticas relacionadas às mídias sociais são predominantemente uma extensão das formas de comunicação que existiam antes da chegada da mídia digital (SPYER, 2017, p. 197).

A expansão do acesso da população de baixa renda à internet teria se dado a partir de meados dos anos 2000, período de relativo aquecimento econômico que aumentou o poder de consumo e o acesso ao crédito pelos setores mais pobres e mesmo período em que ocorreu a ampliação e diversificação da conectividade comercial e a popularização do Orkut no Brasil. Com essas possibilidades em mãos, muitas famílias adquiriram seus próprios computadores (substituindo aos poucos o uso das Lan Houses) e encontraram formas alternativas de conexão como a banda larga transmitida por sinais de rádio. O barateamento dos *smartphones* combinado

com a popularização de ferramentas como o Facebook e o WhatsApp, oferecidos gratuitamente nos planos de dados das operadoras, ampliaram consideravelmente o acesso das camadas mais pobres da população à internet (SPYER, 2017).

Infelizmente ainda não existem dados precisos sobre o acesso da população negra às tecnologias e às ferramentas fornecidas pela internet, tampouco sobre seus hábitos de uso. Sobre exclusão digital a pesquisa *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (SIS), de 2016, produzida pelo IBGE, revela que 60,8% da população classificada como preta e parda não tinha acesso à internet em seu domicílio no ano de 2013. A SIS publicada em 2017 fez a divisão por sexo e raça, onde se constatou que 37,3% das mulheres pretas e pardas e 39,1% dos homens pretos e pardos não tinham acesso à internet, contra 24,5% das mulheres brancas e 24,7% dos homens brancos. Pesquisas como a *PNAD – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal ou a TIC domicílios* não fazem recorte de raça.

De acordo com Malta e Oliveira (2016), a ampliação da população negra no ensino superior fortaleceu o desejo dessa camada populacional em se ver representada positivamente em narrativas e espaços onde ainda hoje são invisíveis, como a história oficial, a mídia, os lugares legitimados de produção do conhecimento etc. A internet e suas ferramentas de produção de conteúdo, portanto, se tornaram um meio acessível para que negros e negras atuassem na reivindicação do protagonismo de suas próprias histórias.

[...] milhares de mulheres negras, principalmente jovens, têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias sobre a presença do racismo e do machismo em suas vidas: são blogs, sites, twitter, canais de youtube e páginas de facebook que têm ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57).

Steele (2016), ao analisar blogs escritos por mulheres negras, afirma que grupos excluídos do discurso público sempre buscaram meios alternativos para se envolver na sociedade democrática. Dessa forma, as novas mídias *on-line* se tornaram um importante espaço de atuação para tais grupos. A autora defende a necessidade de pesquisas que aprofundem as análises sobre o uso que indivíduos oriundos de grupos minoritários, como as mulheres negras, fazem das mídias *on-line* como espaço político.

Por tratar-se de uma produção que se opõe à ideologia dominante, ao focalizar as experiências e pontos de vista de indivíduos subalternizados, Steele (2016, p. 75) afirma que mesmo os *blogs* que não se definem como de natureza política podem ser lidos a partir da perspectiva de uma atuação política, e “[...] neste contexto, uma comunidade pode reunir-se e discutir e desafiar a opressão, tanto através da escrita como através da sua existência fora do controle da mídia popular”.

Através de *blogs* e redes sociais, as mulheres negras não apenas narram suas experiências com o racismo e o machismo, mas também contestam o “cenário político, organizações e instituições sociais”. Steele (2016, p. 74) considera que “o ativismo por parte das blogueiras

é revolucionário porque cria novos espaços de oposição que transformam a vida cotidiana e o discurso”.

Segundo Steele (2016, p. 79 e 80) as mídias on-line fornecem um meio pelo qual as mulheres negras podem contestar livremente o discurso dominante e, dessa forma, rejeitar “as rotulações negativas e as representações opressivas”, oportunizando, por meio de narrativas em primeira pessoa e estratégias retóricas, que tanto autoras quanto leitores “criem e articulem significado para si mesmos, fora das restrições da grande mídia”.

Recorrendo a autoras como Audre Lorde e Alice Walker, Steele (2016, p. 90) defende que os escritos das blogueiras negras sejam considerados “parte do legado histórico das escritoras negras marginalizadas” e classifica a atuação das mulheres negras em ambiente *on-line* como “agente de inovação em novo contexto de mídia” por utilizarem a blogosfera e outras ferramentas *on-line* para discutirem “sistemas e estruturas das quais são excluídas ou exploradas”.

Na última década, os feminismos em atuação na internet contribuíram com o debate sobre interseccionalidade, dando novo fôlego ao conceito que em linhas gerais podemos definir como a articulação entre diferentes marcadores sociais, tais como raça, gênero, sexualidade, classe, que produz circunstâncias específicas que marcam a experiência dos indivíduos. É comum situar o surgimento do conceito em fins dos anos 1980 como fruto das reivindicações feitas por mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero que deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas. Interseccionalidade emerge como resposta à rejeição da categoria *mulher* e à prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não ocidentais (PISCITELLI, 2008).

O debate sobre interseccionalidade em ambiente digital é ainda pouco explorado entre teóricos que discutem o conceito. Um dos poucos trabalhos a abordar esse aspecto é o livro de Collins e Bilge (2016), intitulado *Intersectionality*. Nele, as autoras destacam a notável presença do conceito de interseccionalidade nas esferas digitais, principalmente nas plataformas de mídia social onde é possível produzir conteúdo. Ao observarem *blogs* escritos por mulheres negras, as autoras concluem que é possível notar a vitalidade e relevância da interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e de ferramenta emancipatória em projetos de justiça social. Entretanto, como apontam, têm crescido as críticas à interseccionalidade por certos nichos feministas, especialmente o de mulheres brancas, que alegam se tratar de um conceito não democrático, já que estaria pautado na garantia de privilégios a determinados grupos de mulheres dentro do movimento feminista. As feministas que fazem tais críticas sugerem que se abandone a interseccionalidade como forma de se fazer avançar o movimento feminista como um todo.

Pesquisadores que trabalham com a perspectiva interseccional, como Collins e Bilge, discordam dessa premissa de que o conceito não é democrático. Pelo contrário, acreditam que as análises interseccionais desempenham um papel essencial no desenho de políticas públicas e no impulso a transformações intelectuais mais consistentes (REISZ, 2016). Collins e Bilge (2016) afirmam ainda que a internet mudou o perfil do feminismo, que conta hoje com forte presença

de mulheres jovens, inclusive adolescentes. Há também a coletânea *The intersectional internet: race, sex, class, and culture online*, organizada por Safiya Ummoja Noble e Brendesha M. Tynes, que reúne um conjunto de textos cujos autores abordam temas como blogs de fofoca escritos por mulheres negras, as ações de hashtags como #BlacksLiveMatter e outros.

Segundo Jónsson (2013), as mídias digitais mudaram completamente o feminismo em vários sentidos, incluindo seu alcance, apresentação e público leitor que pode acessar discussões que, na era pré-internet, estavam limitadas a grupos específicos. Nessa esteira, a ampliação da presença de feministas negras na internet ampliou os debates sobre interseccionalidade, especialmente em *blogs* escritos por mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2016). Já Daniels (2016, p. 51) afirma que “o ativismo digital é o avanço mais importante do feminismo em 50 anos”. Jónsson (2013) conjectura que o feminismo on-line pode ter inaugurado a 4ª onda do feminismo, pois, ao ganhar as redes digitais, ele se popularizou e se diversificou de forma inédita, abrangendo grupos e temáticas até então pouco tratadas pelo feminismo como a situação das mulheres transexuais.

As mulheres negras autodenominadas feministas buscam na internet não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente um espaço que possibilite formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade. Um espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários nem sempre conseguem por vias tradicionais.

3 Considerações finais

Embora nas redes sociais o feminismo negro tenha ares de novidade e pouco se discuta ou se apresente sua trajetória, o fato é que se trata de um movimento que no Brasil já conta com quatro décadas de história, produção teórica já bastante sólida e nomes que se tornaram referência na cena da luta antirracista, como Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, as duas primeiras ex-ministras da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

A internet e suas ferramentas, como os blogs e as redes sociais, abriram um novo campo de ação para diversos segmentos sociais que tinham pouco ou nenhum acesso aos meios de comunicação tradicionais e seus discursos não alcançavam relevância nos debates da esfera pública.

A entrada no mundo digital, seja por meio das redes sociais ou por meio dos blogs, vem possibilitando que ciberativistas negras utilizem o ambiente virtual como um espaço repleto de possibilidades de gerar, compartilhar e dar visibilidade às suas próprias narrativas. Mulheres negras, lésbicas, transexuais têm feito uso regular das narrativas contra hegemônicas no intuito de ampliar seu acesso a direitos e oportunidades, modificar a imagem estereotipada que a sociedade brasileira tem desses grupos e favorecer, dessa forma, condições para uma vida mais digna. Esses discursos são ainda fundamentais na reorganização da própria subjetividade por apresentarem de forma positiva e potente as vivências de indivíduos subalternizados.

Desde o surgimento da internet e a partir da Web 2.0 o território virtual se constituiu num espaço privilegiado para o desenvolvimento, articulação e disseminação dessas contranarrativas,

dada a possibilidade de criação e veiculação direta de conteúdo sem a necessidade de um intermediário.

Apesar de apresentar um ponto de vista positivado sobre a internet como campo de ação dos grupos subalternizado é notório o crescimento de grupos de ódio que investem contra os blogs e páginas feministas (antirracistas, pró-lgbtqi, de direitos humanos) em ações organizadas que se constituem em verdadeira guerrilha virtual. São ainda desafios dos feminismos na web a limitação de acesso à internet e a insuficiência de escolarização e letramento digital, numa perspectiva interseccional ou de articulação de diferenças sociais. Dessa forma, devemos considerar além de raça e gênero, classe, escolarização e região na análise sobre os feminismos na internet.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. ProUni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, jan./abr. 2017.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (org.). *Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento editorial, 2009.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma (org.). *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista ABPN*, v. 1, n. 1, mar./jun. 2010. Disponível em: www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/304/282. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Revista Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, set./dez., 2003b.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. E-book. Toronto: Wiley, 2016.

COSTA, Carmen C. Lustosa. *A Secretaria*, 20 jul. 2017. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DINIZ, Maiana. Com internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista. In: AGÊNCIA Brasil. Brasília, 08 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-Internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em: 16 abr. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina (org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

FERREIRA, Carolina Branco C. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Ed. Claridade, 2015a.

GARCIA, Carla Cristina. Os novos feminismos e os desafios para o século 21. *Revista Cult*, n. 199, p. 52-55, 2015b. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/03/os-novos-feminismos-e-os-desafios-para-o-seculo-21/>. Acesso em: 21 set. 2015.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla, RAMOS, Tânia, BORGES, Luciana (org.). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1946-1988)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JÓNSSON, Ragnar. Is the 4th Wave of Feminism Digital? *Bluestockings Magazine*, 19 ago 2013. Disponível em: <http://bluestockingsmag.com/2013/08/19/is-the-4th-wave-of-feminism-digital/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

LE MOS, Marina Gazire. *Ciberfeminismo: novos discursos do feminismo em redes eletrônicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, Dulcilei da Conceição. *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo Negro*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Tá na cabeça! Tá na web. Significados simbólicos e historicidade do uso do turbante no Brasil. *Revista D'Obras em nuvens*, v. 10, n. 22, nov. 2017. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/viewFile/633/462>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 49 – 70, jan./jun. 2019

MACIEL, Regimeire; RIOS, Flavia. Feminismo Negro em três tempos. *Revista Labrys*, jul. 2017/jun. 2018. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. *Revista Gênero*, Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, 1º sem. 2016. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MANIFESTO da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo Bem Viver. In: GELEDÉS. 27 jul. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>. Acesso em 13 out. 2017.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e em São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

NATANSOHN, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: NATANSOHN, Graciela (org.). *Internet em código feminino: teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía ediciones, 2013.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina (org.). *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PRIMO, Alex. Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela (org.). *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

REISZ, Matthew. Intersectionality: “the most exciting theory in the world”. *The World University Rankins*, Zürich, Switzerland, 19 maio 2016. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/news/intersectionality-most-exciting-theory-world>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lucia (ed.). *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Por que o ativismo das mulheres negras incomoda tanto? [Entrevista cedida a] OLIVEIRA, Regiane. El País, 10 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481308817_062038.html. Acesso em: 14 ago. 2019.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SPYER, Juliano. *Social Media in Emergent Brazil*. London: UCL PRESS/University College London, 2017.

STEELE, Catherine K. Signifying, bitching and blogging: black women and resistance discourse online. In: NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha M. *The intersectional internet: race, class, and culture online*. New York: Peter Lang Publishing, 2016.

TEIXEIRA, Ana Claudia; ZANINI, Débora; MENESES, Larissa. O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41. *Anais eletrônicos [...]*. Caxambu, 2017. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt02-25/11055-o-fazer-politico-nas-midias-sociais-aproximacoes-teoricas-sobre-acao-coletiva-em-rede-1/file>. Acesso em: 15 jun.2018.

“NÓS NEGROS E LGBT ESTAMOS AQUI!”: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA AÇÃO POLÍTICA EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

“WE BLACK AND LGBT PEOPLE ARE HERE!”: RACE, GENDER AND SEXUALITY IN POLITICAL ACTION AT BRAZILIAN UNIVERSITIES

Stephanie Lima*

Resumo: A última década vem sendo marcada por um conjunto de implementações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, resultando num crescimento contínuo de sujeitos nesses espaços. A pesquisa de doutorado que dá origem a este artigo tem como objetivo geral explorar as transformações nas táticas e estratégias políticas nesse contexto, considerando a emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras e os próprios processos de emergência e de produção de novos sujeitos políticos. Apresento algumas reflexões a partir da etnografia em dois encontros nacionais universitários: o I EECUN (Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários) e o XIV ENUDSG (Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero), realizados em 2016. Por fim, considero que a pesquisa de campo realizada nestes dois encontros nacionais, que reúnem e reuniram um considerável número de participantes e que contaram com diversos atores envolvidos na organização, permite pensar as articulações entre esses atores para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade – como o movimento estudantil, feminista, negro e LGBT.

Palavras-chave: Raça, Gênero e Sexualidade. Coletivos Negros Universitários. EECUN. ENUDSG.

Abstract: The last decade has been marked by a set of affirmative policies implementations at Brazilian universities, resulting in a continuous growth of subjects in these spaces. The doctoral research that originated this article has as a general goal to explore the transformations in political tactics and strategies in this context, considering the emergence of recent forms of collective action at Brazilian universities and the processes of emergence and construction of new political subjects itself. I present some considerations based on the ethnography of two national university meetings: the I EECUN (Meeting of Black Students and University Collectives)

* Mestre em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Doutoranda no programa de pós-graduação em ciências sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu; coordenadora do Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP e do Catálogo Nacional de Pesquisadores Negras, Negros e Indígenas das Ciências Sociais. E-mail: lima.p.stephanie@gmail.com.

and the XIV ENUDSG (National Meeting at Universities on Sexual and Gender Diversity), both held in 2016. Finally, I consider that the field research carried out at these two national meetings, these which gather and gathered a reasonable number of participants and had various actors involved in the organization, allows us to reflect upon the articulations between these actors beyond the tensions regarding the relations between the various movements placed at the university – students movement, feminists, black people, LGBT.

Keywords: Race, Gender and Sexuality. University Black Collectives. EECUN. ENUDSG.

1 Introdução

Este artigo é parte da pesquisa empírica e documental em desenvolvimento para a minha tese de doutorado acerca da emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras. O objetivo geral é explorar as transformações que a proliferação de determinados sujeitos na universidade vem gerando nos processos de produção de sujeitos políticos e de táticas e estratégias políticas. Com a proposta metodológica, tomo como lócus privilegiado de observação grupos e coletivos autoidentificados como negros/negras, por mobilizarem o contingente de pessoas que mais cresce quantitativamente nas universidades brasileiras (BRASIL, 2016). Buscarei neste artigo, portanto, apresentar algumas reflexões a partir da observação de dois encontros nacionais universitários realizados no ano de 2016.

É importante ressaltar que a escolha desses grupos e coletivos se deu a partir da percepção de que, em meio ao emaranhado de pautas, grupos e reivindicações que perpassam o “movimento universitário”¹, o questionamento e/ou a centralidade na questão racial vêm tomando protagonismo nos últimos anos (LIMA, 2016). Dessa forma, parto da hipótese de que o aumento de pessoas negras nas universidades e a proliferação de sujeitos políticos negras e negros configuram um contexto que (re)organiza as fronteiras entre “campos políticos” e “acadêmicos”. Tal postulado que venho tentando construir encontra respaldo nas análises propostas por Sonia Alvarez (2014) de que os movimentos sociais são “campo(s) discursivo(s) de ação” que conectam vários atores. Em outras palavras, fazer parte de um campo deriva de um processo anterior de reconhecer-se como parte dele e interagir com os outros atores sociais. Isso posto, essa noção abre caminho, portanto, para examinar de forma mais cuidadosa o acionamento e os limites do que possa ser fazer parte de um espaço político.

Desse modo, refletir sobre aspectos que apareceram nos dois encontros que abordarei a seguir permite-nos pensar para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade – movimento estudantil, negro, LGBT e feminista. Além disso, possibilita explorar o modo como ocorrem as articulações entre diversos atores, manejadas nos processos de formação desses sujeitos políticos e de suas táticas e estratégias. Por fim, considero que as observações nesses dois encontros nacionais, responsáveis por reunir

¹ As primeiras observações no campo, em conjunto com trabalhos anteriores, apresentam uma disputa entre o termo “universitário” e “estudantil” para esses atores. Portanto, para este trabalho será utilizada a categoria “movimento universitário” em referência a todo o conjunto de grupos e atores envolvidos com ações políticas na universidade, por compreendê-la como mais ampla. Ver Lima (2018).

um considerável e diverso número de participantes, permitem apontar para reflexões iniciais em torno do processo recente de transformação na ação política no movimento universitário brasileiro.

2 A emergência do sujeito político negro universitário

“Nós negros e LGBT estamos aqui e estamos conquistando nosso espaço. Atura ou surta!”. Essa frase, repetida em formato de “jogral”² no Ato Público do XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG)³, em 2016, foi lida por uma participante negra, com suas tranças coloridas, ao lado de outras participantes negras com os seios à mostra, e mais “enudianos”⁴ seminus no “bandejão”⁵ da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

O uso do corpo (com o nu), da estética (pelas tranças coloridas) e a ênfase na autonomia (no uso do “microfone-humano”) conformam uma série de elementos presentes na cena apresentada, que se relacionam com um processo de transformação política recente. O uso dessa estética, por exemplo, tem sido ressaltado em observações de ações políticas contemporâneas como a Marcha das Vadias e as Jornadas de Junho de 2013⁶. Dessa forma, proponho refletir, inicialmente, sobre o presente contexto que envolve os encontros que serão tratados neste artigo, sendo eles: o I Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários (EECUN) e o XIV Encontro Nacional em Universidades de Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG).

Os estudos sobre movimentos sociais acompanham mudanças que nos conduzem ao contexto mais recente. A pesquisa pioneira desenvolvida por Regina Facchini (2005) reconstrói a formação e modificação do movimento LGBT, contextualizando um processo comum a outros movimentos que surgem ainda nos anos 1970, mas apenas com o pós-redemocratização passam a reivindicar-se como sujeitos de direito. Através da história do movimento LGBT, Facchini nos apresenta a apropriação da organização em formatos institucionalizados, as ditas organizações não-governamentais (ONG), a partir dos anos 1990, o que marcou um processo de mudança, no sentido da institucionalização e da ocupação e pressão pela criação de espaços de articulação socioestatal. Também Lia Zanotta Machado (2010), em pesquisa sobre o movimento feminista,

² Jogral é uma forma comumente usada em manifestações políticas com ausência de equipamentos de som. Ele também é conhecido como “microfone humano”, em que uma pessoa fala e todos os presentes repetem, para assim fazer volume ao que está sendo dito.

³ A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o encontro que antes recebia o nome de Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero.

⁴ O termo “enudiano” é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS, o termo começa a aparecer, também, como “enudianx” ou “enudian@”. Neste artigo será usado “enudiano” para referência aos participantes do Encontro.

⁵ “Bandejão” é o termo usual para Restaurante Universitário.

⁶ Após uma série de manifestações de rua que ocorreram no ano de 2013, autores que se dedicam a refletir sobre movimentos sociais nomearam essas movimentações como “Jornadas de Junho”. O caráter, aparentemente autônomo, dessas manifestações passa a ser ressaltado pelos autores como meio de marcar a diferença entre essas manifestações e as anteriormente utilizadas pelos movimentos estudados. Além disso, outras marchas, como a Marcha das Vadias, que ocorre pela primeira vez no Brasil em 2011, vêm sendo trabalhadas como mais um exemplo de formas contemporâneas de manifestação, também, principalmente, pelo seu caráter “autônomo”. Ver: Gomes e Sorj (2014) e Albuquerque *et. al.* (2014).

observou que nesse momento o movimento passou a ser chamado a participar da construção e avaliação de políticas públicas.

Posteriormente, trabalhos como: Aguião (2014), Rios (2008; 2014), Heredia e Leite Lopes (2014) e Carvalho e Carrara (2013) debruçaram-se sobre as características e dinâmicas no adensamento entre o movimento social e as gestões federais que se deram a partir do início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que passou a ter como fonte de desenho de políticas públicas as Conferências Nacionais⁷. Esses trabalhos, diferentes das produções anteriores, focalizam não apenas a relação dos movimentos com o Estado, mas com o processo dos movimentos sociais de “fazer[em]-se no Estado” (AGUIÃO, 2014), ao mesmo tempo em que o Estado se faz na relação com os movimentos.

Em dissertação acerca do processo de institucionalização do movimento negro, Flavia Rios (2008) aponta que, no início do governo Lula, observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003⁸. Além disso, o movimento e o governo assumem compromissos públicos e tornam-se aliados políticos. Segundo Carvalho (2006), a principal política que o governo Lula afirmou com o movimento foi a de democratização do ensino superior. Assim, foram criados programas de extensão para o setor privado, como o Programa Universidades para Todos (PROUNI)⁹, e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). É importante frisar que mesmo antes da lei de cotas (12.711/2012), sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia declarado a constitucionalidade da reserva de vagas para negros. Essas ações tornam-se as políticas que diretamente contribuem para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras.

O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e sua permanência, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e *campi* (BRASIL, 2017). De acordo com Facchini *et al.* (2013), um impacto positivo provocado pelo Reuni foi alocar pesquisadores em instituições

⁷ O trabalho de Heredia e Leite Lopes (2014) apresenta os vínculos do plano governamental pós-2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e as formas de organização política nesse contexto. A inclusão crescente através de conselhos e conferências cria uma nova organização de tempo de trabalho militante dos representantes e um aprendizado de novas técnicas, fazendo-os, aparentemente, “afastarem-se de suas bases”. Por conseguinte, a relação com os espaços de conselhos e conferências afeta o conjunto das relações no interior do(s) próprio(s) movimento(s) (HEREDIA; LEITE LOPES, 2014). Ainda nesse livro, baseados em pesquisas socioantropológicas realizadas em conselhos e conferências nacionais, os autores veem como positivo o diálogo que, através dessas instâncias, diferentes movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, rural, LGBT, de juventude, entre outros, passam a estabelecer com “instâncias estatais”.

⁸ Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sancionada a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

⁹ O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos (BRASIL, 2017).

espalhadas por regiões mais distantes do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, vários dos quais com pesquisas sobre sexualidade, gênero e raça, descentralizando e expandindo esse campo científico brasileiro. Outra consequência desse processo, apontada por Marcia Lima (2018), foi a diversificação no corpo discente e, por conseguinte, uma redefinição nas agendas de pesquisa.

Segundo Daflon *et al.* (2013), apesar de as universidades estaduais terem sido pioneiras na implantação de políticas afirmativas¹⁰, a entrada de negras e negros nas universidades federais cresce exponencialmente, sobretudo por meio do Reuni. Em artigo que trata sobre ações afirmativas e juventude negra no Brasil, Marcia Lima (2015) ressalta que uma das diretrizes do Reuni era também a criação de mecanismos de inclusão. Segundo a autora,

O resultado disto foi que em 2008 o número de universidades federais com alguma política de inclusão aumentou de forma significativa. Mais recentemente, em 2010, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que buscou unificar o processo de acesso às vagas oferecidas nas instituições federais, a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao ENEM, a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), completam o rol das mais importantes iniciativas do governo federal para o sistema de ensino superior. Em resumo, é importante frisar que a cota racial faz parte de um conjunto de ações voltado para a expansão e inclusão de indivíduos pobres e negros neste nível de ensino (LIMA, 2015).

Como aponta essa autora, no ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprova por unanimidade a constitucionalidade do uso do critério racial na política de cotas, reagindo a uma ação do partido Democratas (DEM) movida contra a Universidade de Brasília (UNB)¹¹. Em seguida, ainda em 2012, foi sancionada a Lei de cotas, a Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, a qual incluiu nessa reserva a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e índios)¹².

À luz de Cardoso (2008), compreendo que os mecanismos e imbricações de ordenação política são relacionais e contextuais. Assim, o Reuni e a Lei de Cotas aparecem no campo como políticas centrais, como o resultado de um conjunto de ações e conquistas do movimento negro que possibilitaram o aumento no número de negras e negros nas universidades públicas no Brasil. Dessa maneira, o argumento exposto pela bibliografia apresentada ajuda-nos a compreender o

¹⁰No livro “Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior”, publicado em 2005, José Jorge de Carvalho reúne um conjunto de textos resultante de reflexões e propostas em torno do tema da reserva de vagas para indígenas e negros, em especial o caso da Universidade de Brasília (UNB). O autor ressalta que a emergência do debate racial e a organização política em torno da política de cotas tem seu início ainda em 2000, mas o crescimento exponencial de movimentações sobre o tema passa a ocorrer a partir da última década (CARVALHO, 2016).

¹¹Para uma descrição mais detalhada deste processo, ver Carvalho (2016).

¹²Segundo Santos (2012), a partir dos anos 2000 foi criada uma área temática no âmbito da pós-graduação em torno das ações afirmativas. O crescente número de teses e trabalhos sobre o tema foi observado pelo autor, que nos anos de 2012 e 2013 organizou dois livros, o primeiro levantando onze artigos sobre o processo de inclusão de cotas nas universidades e o segundo com oito artigos de análise dos impactos das cotas nas universidades públicas brasileiras entre 2004 e 2012.

processo anterior à formação e organização dos coletivos e grupos negros universitários presentes nos dois Encontros nacionais de que trataremos a seguir.

Antes de prosseguir, é preciso destacar que, a partir de observações no ENUDSG e no EECUN, em conjunto com parte da literatura já produzida sobre movimento negro no Brasil (GUIMARÃES, 2003; RIOS, 2008 e 2014; FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009), pode-se afirmar que grande parte dos sujeitos contemplados pelas políticas apresentadas acima passam a se autoidentificar como “negras e negros” depois de suas entradas na universidade. À vista disso, para os sujeitos políticos desses Encontros, os processos de “entender-se como negro” e “tornar-se negro” estão completamente imbricados ao processo de fazer dessa identidade uma identidade política. Assim, considero importante esclarecer ao leitor que, ao longo deste trabalho, compreendo as identidades coletivas como construção discursiva estabelecida a partir de alianças em contextos políticos específicos.

Como dito acima, algumas políticas públicas implementadas nas últimas décadas contribuíram para a entrada quantitativa de negros e negras na universidade. Como o interesse deste artigo está em refletir acerca dos espaços de encontro político desses sujeitos, é necessário compreendermos, além das políticas de entrada, o contexto político em que esses espaços se encontram. Nesse quadro, no período recente, uma série de autores como Alvarez (2014), Ferreira (2015), Daniliauskas (2016), Facchini e Rodrigues (2018) e Lima (2016) vem apresentando formas de reações das gerações mais novas ao processo de institucionalização dos movimentos sociais das últimas décadas¹³. Por reação, os autores observam um distanciamento de características “institucionalizadas” e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia similares aos apontamentos presentes na literatura acerca do formato de organização e atuação em torno das “Jornadas de Junho de 2013” e outras marchas (Marcha das Vadias, Marcha da Maconha etc.).

Nesse sentido, essas pesquisas apontam para a última década como um marco do surgimento de coletivos e organizações formadas por jovens – que não necessariamente reivindicam o uso da categoria juventude – cuja organização política se estabelece em termos de horizontalidade, da formação de coletivo, da não institucionalidade e da experiência de vida. Nesse contexto, as noções de experiência e o corpo aparecem como centrais na constituição dos atores e das pautas políticas. Dito isso, partiremos para apresentação de dois encontros que permitem observar e apontar algumas dessas características: o I Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) e o XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG), ocorridos no ano de 2016, nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e Rio Grande/RS, respectivamente.

3 Do ENUDSG ao EECUN

O ENUDSG, surgido em 2003, foi objeto de investigação de minha pesquisa de mestrado (LIMA, 2016). A pesquisa o apresentou como um espaço híbrido, o qual se forma, inicialmente,

¹³O processo de institucionalização, visto como a maior aproximação do movimento social com as políticas de governo, tem seu início ainda na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, a intensificação desse processo, ao qual as recentes mobilizações se põem em “oposição”, ocorreu na última década e meia com o início do governo Lula e também durante o Governo Dilma.

em oposição à institucionalidade dos movimentos estudantis e LGBT e vê na “academia” um campo fértil de diálogo¹⁴. Contudo, a trajetória de mais de uma década de edições demonstrou como as fronteiras entre os diferentes atores relacionados ao ativismo em favor da diversidade sexual e de gênero são fluidas e contextuais. Em outras palavras, na sua trajetória, a relação com distintos atores (movimento estudantil, LGBT, feminista, negro, academia etc.) variou de acordo com o contexto mais amplo de cada ano e com os “enudianos” e grupos que organizavam cada edição¹⁵.

Assim como no EECUN, o ENUDSG contou com o apoio de pró-reitorias de graduação, de secretarias federais e de grupos do movimento LGBT externos à universidade. Vale ressaltar que o ENUDSG ocorreu anualmente por 14 anos, tendo passado por todas as regiões do país e com uma média de 600 participantes por edição¹⁶. Pelo seu tempo de existência, passaram por ele diferentes gerações de ativistas que hoje atuam nas universidades (como professores e pesquisadores), na gestão de políticas públicas e no controle social através de conselhos municipais, estaduais e federais¹⁷.

Desde o primeiro contato com os materiais produzidos para e no Encontro, foi possível perceber as transformações ano a ano e o surgimento de novos debates e sujeitos. A partir das entrevistas com antigos organizadores, tornou-se perceptível nas narrativas a constatação do aumento no número de negras e negros a partir de 2007¹⁸, assim como o crescimento nas pautas e no número de pessoas trans¹⁹ nos espaços do ENUDSG, sobretudo a partir de 2012²⁰.

Segundo um dos organizadores do ENUDSG, o tema racial passou a fazer parte de oficinas e rodas de conversa no Encontro a partir da V edição, em 2007²¹. Apesar desse apontamento, outro organizador afirmou que *“o ENUDSG só passa a dar atenção para a questão racial quando se torna insustentável”*. Em conversa informal, uma das organizadoras da última edição (2016) falou: *“o que aconteceu no ENUDSG da UFG, em 2015, foi insustentável. Teve*

¹⁴De modo geral, o termo “acadêmico” (ou “academia”) apareceu em campo para designar o conjunto de professores e pesquisadores que participam do campo científico, ora usado para marcar a diferença com o que seria “político” e ora utilizado como termo de acusação.

¹⁵O ENUDSG tem como pressuposto ser realizado cada ano em uma universidade diferente. Ao final de cada edição, na Plenária Final que encerra o evento, um ou mais grupos e coletivos que tiverem desejo candidatam-se para “levar” a próxima edição. Assim, é feita uma votação com os “enudianos” presentes e decide-se a próxima sede. Os grupos e coletivos responsáveis por organizar o Encontro são nomeados de Comissão Organizadora (CO) e Comissão Nacional (CN). Cada edição tem duração, em média, de cinco a seis dias que são tomados por uma programação com rodas de conversa, apresentação de trabalhos, Plenárias Iniciais e Finais, Culturais (festas), Ato-público, mesas etc. Para uma descrição mais atenta do formato organizativo do ENUDSG, ver Lima (2016).

¹⁶O XIV ENUDSG foi a última edição realizada, em 2016. Alguns interlocutores da pesquisa acreditam que não terão mais Encontros, relacionando isso ao momento de falta de recurso financeiro das universidades públicas.

¹⁷Os conselhos são instâncias criadas, a partir da Constituição de 1988, com a concepção de gestão participativa nas políticas públicas. Os conselhos são formados por gestores públicos, profissionais especializados e sociedade civil. Para uma descrição mais atenta em torno dos Conselhos, ver Heredia e Leite Lopes (2014).

¹⁸Segundo um dos organizadores, o V ENUDSG, em 2007, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), teve em sua programação o debate racial pelo contexto dos debates que ocorriam na época acerca da recente aprovação de cotas raciais na Universidade de Brasília (UNB).

¹⁹Utilizo neste trabalho o termo trans como referência a travestis, transexuais, mulheres trans, homens trans, trans homens e transgêneros.

²⁰Em tese, acerca do movimento travesti e transexual, Carvalho (2015) estabelece a conexão entre o aumento do número de pessoas trans nas universidades com a aprovação do uso do nome social nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

²¹Comunicação concedida em entrevista.

muito racismo. Aquele velado. Nas festas, na pegação. E agora com o evento cheio de preto não dá mais para esconder o racismo, né? Por isso a edição de 2016 teve esse tema. Não é presente; é constrangimento mesmo”²².

O XIV ENUDSG, ocorrido em 2016, foi realizado na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul. Com o tema “Povo que não tem virtude acaba por escravizar: por uma política antirracista e a [r]existência dos corpos colonizados e do movimento LGBT”, foi organizado pelo coletivo de diversidade sexual Camaleão – criado em 2011 – e pela Associação LGBT de Rio Grande e Apoiadores. A edição contou com o financiamento de instâncias da universidade (secretaria de extensão, pró-reitoria de graduação etc.) e grupos ligados ao movimento LGBT da cidade, além do apoio na organização de um grupo ligado ao movimento negro local. A centralidade na articulação entre raça, gênero e sexualidade foi a base dessa edição, estando presente da chamada pública para o evento aos espaços das mesas, convidados e temas das oficinas. Com todas as mesas formadas por integrantes negros²³ da organização e por convidados negros, a grande palavra de ordem do encontro foi: “Vamos enegrecer esse babado!”, referindo-se ao desejo de “enegrecer” o ENUDSG. Logo após o texto que apresentava o evento, o cartaz da edição trazia a imagem de uma mulher mais velha, negra, gorda e com um lenço na cabeça, segurando o corpo de um rapaz jovem, negro, magro e ensanguentado, estando os dois sob uma bandeira conhecida como símbolo do movimento LGBT²⁴.

Já na Plenária Inicial – primeiro espaço da programação do encontro – observaram-se aspectos que perpassariam por todos os momentos daquele ENUDSG. Apesar do coletivo que estava organizando ter sido formado por negros e brancos, apenas organizadores negros sentavam-se às mesas para as falas ou mediação. Constantemente, as pessoas brancas da organização e do apoio eram colocadas como aliadas, com o argumento de que a participação ativa e presença de negros em “espaços de visibilidade” faziam parte do desejo de “enegrecer o ENUDSG”.

Além da mediação das mesas por parte de um integrante negro da organização, as mesas foram compostas exclusivamente por negros e negras LGBT ativistas do movimento trans, movimento de lésbicas e do movimento LGBT, que atuam principalmente na internet. Vale ressaltar que em duas das cinco mesas propostas pela organização, houve também a presença de indígenas ligados ao movimento social local, algo até então nunca observado em nenhuma edição do encontro. Outra novidade no formato organizativo dessa edição foi a criação de uma comissão auto-organizada de negras e negros para “resolver qualquer caso de racismo no ENUDSG”. Essa comissão foi composta por grande parte dos negros presentes no Encontro que, também pela primeira vez, representavam uma grande parte dos participantes.

Em pesquisa anterior acerca do ENUDSG, resaltei a importância da “fechação” no

²²A edição de 2015 teve como sede a Universidade Federal de Goiás. Segundo alguns interlocutores, esse encontro contou com uma grande presença de participantes negros e negras e o tema racial esteve mais presente, nos debates e espaços de sociabilização, que nos anos anteriores. Apesar de não ter participado dessa edição, recebi informações de tensões e acusações de racismo que teriam sido o motivo para o tema do ENUDSG seguinte, em 2016.

²³Nesses dois encontros, o acionamento da identidade racial foi constitutivo nas falas e nos espaços. Assim, o uso de negros/negras e brancos/brancas corresponde a como os sujeitos ali presentes se apresentavam.

²⁴Ver anexo 1

encontro²⁵. A “fechação” presente em todos os espaços, mas principalmente no Ato público e nas Culturais (festas), se faz como um ato político e ao mesmo tempo compõe a “experiência” que é o ENUDSG (LIMA, 2017). No caminho para uma das Culturais que teve como tema “festa preta”, uma participante que já tinha ido a outras edições comentou: “*Nesse ENUDSG as pessoas estão mais tímidas*”, referindo-se ao pouquíssimo número de pessoas nuas ou seminuas nas festas. Em resposta, outra participante disse, ironicamente: “*É por causa do frio, mas não é só. Quem vai chocar nesse ENUDSG são os pretos. A fechação vai ser preta e não LGBT!*”²⁶

No dia seguinte ocorreu o Ato-público, e o desfile de tranças e roupas coloridas junto aos cabelos *blacks* compuseram a estética do ato em conjunto com cartazes escritos: “tá achando ruim? Vai ter preto, sim!”; “seu racismo bate no meu *black* e volta”; “bixa preta é resistência”, dentre outros. No “bandejão” da universidade, os participantes se reuniram para a leitura de um texto que seria repetido outras vezes em formato de “jogral” e sintetiza o que, para os ali presentes, era “enegrecer” um espaço:

*“Estamos aqui hoje no encontro de diversidade sexual e gênero para mostrar que nós somos corpos que resistem. Enquanto negros, não nos calaremos diante dessa sociedade racista e enquanto LGBT não toleraremos a LGBTfobia. Várias manas e manos foram no atacadão [mercado da cidade] e sofreram racismo, machismo e LGBTfobia. Apesar dos sentimentos ruins, decidimos transformar isso em força e mostrar que nós existimos e viemos para incomodar: nós negros e LGBT estamos aqui. Estamos conquistando o nosso espaço. Atura ou surta! [gritando].”*²⁷

Enquanto no ENUDSG o desejo dos participantes e da organização era “enegrecer” um espaço que teria como foco questões de gênero e sexualidade, o EECUN teve como palavra de ordem “criar um protagonismo preto na universidade”. Segundo alguns dos organizadores do EECUN, o encontro começou a ser idealizado ainda em 2014 após o Fórum Nacional da Juventude Negra²⁸. Para alguns, foi a partir da troca de “experiência” que a “vivência” do racismo na universidade foi percebida como algo em comum entre aqueles estudantes. Assim, surgiu a ideia de “juntar toda essa negrada e pensar numa pauta política e objetiva que é pensar a permanência universitária”. Danilo Lima, estudante da UFSCAR, em vídeo feito pelo Alma Preta²⁹, afirma que a ideia foi criar um espaço “plural e aberto onde estudantes que passam pela mesma dificuldade [racismo] pudessem construir juntos alternativas” (ALMA PRETA, 2015).

²⁵Segundo MacRae (1982), “fechação” era o termo usado para a característica principal da diferença entre o movimento homossexual, da época, e os outros movimentos e grupos e tinha como sinônimo “desmunhecação” e “escândalo”. Naquele momento, o autor observa que a prática estava ligada ou até mesmo estabelecia um sentido de “ser homossexual militante”. Para ele o que mais irritaria os “militantes mais sérios” dos movimentos homossexuais e feministas era a falta de seriedade na “fechação”. Visto que além de ser uma reprodução de estereótipos, não levaria à mudança: quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Segundo o autor o aspecto lúdico da “fechação” serve como forma de evitar o surgimento de novos padrões identitários e até mesmo como meio de sobrevivência (MACRAE, 1982).

²⁶Retirado do caderno de campo.

²⁷Retirado do caderno de campo.

²⁸O Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE é um espaço de articulação, interação e aglutinação de grupos, organizações e articulações de juventude negra interessados na organização e articulação nacional (CONVOCAÇÃO, 2008).

²⁹O Alma Preta é uma agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil. O site apresenta a seguinte descrição: “Em nosso conteúdo você encontra reportagens, coberturas, colunas, análises, produções

Logo após esse primeiro diálogo, um projeto foi enviado para a pró-reitoria de graduação da UFSCAR solicitando alimentação e alojamento para a realização do Encontro. Por inviabilidade de realização na UFSCAR, foi decidida pela Comissão de articulação nacional do EECUN que seria feita uma reunião na própria universidade para pensar as problemáticas de organização do evento, mas também o conteúdo político do mesmo. Segundo Danilo, a Executiva³⁰ não teve apoio e só aconteceu: *“pela nossa militância e resistência. Pegando dinheiro com professor e fazendo vaquinha na universidade. Criando alternativas e pedindo dinheiro para militância parceira”*.

Ainda no processo de organização do EECUN, o mesmo foi visto como a possibilidade de se criar um marco na militância universitária negra brasileira. A ideia de que o EECUN seria um espaço de fortalecimento dos estudantes negros em nível nacional era entendido como um sonho e perpassava os discursos dos militantes da organização. Alguns meses depois a chamada para segunda executiva nacional veio com o seguinte convite:

Convidamos PRETXS de todo Brasil para participar da 2ª reunião de construção do Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN. Com o objetivo de fortalecer a organização dos coletivos negros pelo país e realizar um grande debate sobre temas de interesse da comunidade preta e acadêmica como: O GENOCÍDIO DO POVO PRETO, POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, MOVIMENTO NEGRO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS, RACISMO E MACHISMO NA ACADÊMIA, e muitos outros. Realizaremos a segunda reunião da Executiva Nacional de Organização do EECUN que acontecerá na UFMG na cidade de Belo Horizonte-MG e na Ocupação Vitória. Organize-se, mobilize! FAÇA O SEU QUILOMBO SE JUNTAR AO NOSSO, pois só a UNIDADE trará a VITÓRIA! Venha construir conosco um encontro autônomo e protagonizado por estudantes pretas e pretos (EECUN. 2015).

A segunda Executiva aconteceu no segundo semestre de 2015 (setembro) e dela saíram as datas do Encontro, o local, os princípios do EECUN, a divisão de comissões de organização e o cartaz³¹. Novamente, em vídeo, para o Alma Preta, uma integrante do coletivo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) discorreu sobre os quatro princípios do EECUN: *“Afrocentricidade, suprapartidariedade; autonomia política e financeira; enfrentamento a todas as práticas de opressão como racismo, machismo e LGBTfobia”*. Ainda nessa Executiva, uma das organizadoras afirmou a ocorrência de um amadurecimento em *“entender que o EECUN não tem um caráter acadêmico, pois já existe o Copene³², não sendo essa a tarefa do encontro. Não vai haver diálogo necessário com as práticas do movimento estudantil tradicional. A importância do encontro é conhecer e se fortalecer”*.

audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente” (ALMA PRETA, 2017).

³⁰Nome dado para os espaços de articulação nacional do EECUN.

³¹Anexo 2.

³²O Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene) tem como objetivo geral reunir pesquisadores/as negros/as para discutir, apresentar, ampliar e avaliar as ações e estratégias de combate ao racismo, às políticas públicas direcionadas à população negra brasileira e as produções científico-acadêmicas elaboradas nas últimas décadas (COPENE, 2017).

Em conversa com Danilo, ele afirmou que desde o início o “*princípio da afrocentricidade*” estava garantido sem muitas discussões e os outros pontos também foram acrescentados “*por uma percepção coletiva dos objetivos do EECUN*”. Segundo ele, foi nessa reunião que a Carta de Princípios foi escrita e nela esses princípios aparecem sistematizados:

Por Negro(a) entendemos todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra, sendo um fator determinante da sua identificação social. O EECUN é uma organização política que fomenta a participação política e o combate a todas as formas de racismo, discriminações, preconceitos, intolerâncias e violências contra a população negra. Fundamenta-se e declara publicamente que defenderemos e seguiremos fielmente os seguintes princípios:

1. Afrocentricidade como método político:
Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do EECUN. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada, tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais quais conferências e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica.
2. Suprapartidário: Tendo em vista a concepção afrocentrada supracitada, a construção deste encontro não será permeada por nenhum vínculo partidário e/ou ligação, direta ou indireta. Entende-se por ligação direta ou indireta: correntes, coletivos, setoriais, que atuam com subnomes/subtítulos orientados diretamente por instituições partidárias [...]. Todavia, o EECUN conclama negras e negros diaspóricos, em situação universitária, para fortalecer esse novo passo coletivo de maneira independente.
3. Autonomia financeira: Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos, sendo possível a captação de recursos públicos e privados.
4. Contra todas as formas de opressões: Haverá enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo. Reiteramos o direito essencial de todas as pessoas gênero diversas e orientações sexuais diversas (EECUN, 2016).

Após essas duas Executivas, foi feito um site onde constavam a programação e o *link* para a inscrição no EECUN. O Encontro, então, realizado em maio de 2016 nas dependências da UFRJ, no Rio de Janeiro, foi organizado por diversos coletivos de diferentes estados e, apesar de ter expectativa de mil participantes, segundo Danilo, contou com a presença de aproximadamente 3.000 jovens que participavam ou não de coletivos negros nas suas universidades. Segundo Mirtes, uma das organizadoras e integrante do coletivo Negra da UFES,

O EECUN é para reunir jovens negros universitários em coletivos ou não. O coletivo negro é um elemento novo do movimento negro que

está surgindo em todas as universidades federais do Brasil, desde Santa Catarina até o nordeste e nós estamos nos organizando em rede para a participação de cada mais estudantes negros possam ocorrer. Buscando recursos necessários para esse encontro que é autônomo e independente possa ocorrer. Com a participação exclusiva dos estudantes negros universitários (SANTOS, 2015).

A programação do EECUN contou com mesas formadas exclusivamente por pessoas negras que integram o movimento negro nacional, além de rodas de conversa e Culturais organizadas com o objetivo de fortalecer e criar um “protagonismo preto” nas universidades. A programação contou com mesas sobre permanência, “balanço” do movimento negro, identidade negra, a presença negra na universidade, extermínio da população negra e epistemicídio. Entre os convidados, figuras como: Hamilton Borges, Giovana Xavier, Hélio Santos, Jaqueline Gomes, Renato Nogueira, Frei David, entre outros. Vale ressaltar que as chamadas Culturais, ou seja, as festas organizadas pelo próprio Encontro contaram com a festa Batekoo³³ em um de seus dias.

A impressão que tive ao chegar no espaço de abertura foi compartilhada por outros presentes. Um auditório “todo preto” formou-se aos olhos dos que chegavam, algo inimaginável em uma universidade pública. Um integrante do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP, em conversa informal na qual lembrava desse momento de chegada ao evento, falou: “*Me senti em casa. Me senti representado. Me senti mais preto do que nunca*”. O sentimento compartilhado por ele se fez presente nas manifestações ainda na mesa de abertura do Encontro e em momentos de conversa posteriores. O formato do EECUN, com a presença de figuras antigas do movimento negro brasileiro nas mesas, de coletivos negros de todo Brasil e o número de participantes que o Encontro conseguiu reunir criou, naquele momento, o reflexo do que o “protagonismo preto” significava para os organizadores e para os ali presentes que compartilhavam esse desejo.

Nesse cenário, o sentimento de pertencimento e coletividade que aquele espaço nutria, reunindo mais de 3000 participantes para falar da força do “povo preto”, tomava mais significado do que a forma como alguns debates eram colocados. Em outras palavras, a chamada ao “protagonismo preto” tornava-se a principal e mais importante frente para todos os que estiveram ali; um sentimento que deveria ser gerado em cada um dos participantes para que, depois, cada um voltasse para sua universidade e seus coletivos e da forma que “achassem melhor” se organizassem e fizessem força na construção de um “protagonismo preto na universidade”.

De tal modo, o desejo de “enegrecer” e “criar um protagonismo preto” criou, no ENUDSG e no EECUN uma relação e uma enunciação mais do que simbólica, material, a fim de demonstrar que, para dentro dos limites dos portões da universidade, estão os “outros”, no caso os brancos. Nesse sentido, assim como afirmam Fanon (2008) e Butler (1993), a condição política para se constituir uma identidade é negar o compartilhamento de algum tipo de igualdade com o “outro”. Contudo, a construção das corporalidades desses diversos sujeitos negros perpassa um conjunto diferenciado de circunstâncias e afasta qualquer noção de homogeneidade.

³³Segundo a página do Facebook, a festa é um “movimento que se expressa através da dança, da música, do corpo, da pele preta, do suor, da liberdade corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana, do empoderamento coletivo e representatividade preta dentro de qualquer espaço” (BATEKOO, 2014). Bruno Ribeiro, além de amigo e interlocutor desta pesquisa, desenvolve seu trabalho de mestrado em antropologia sobre esse circuito de festas e, dentre elas, a Batekoo.

4 Considerações finais

Os relatos do XIV ENUDSG e do I EECUN nos apresentam alguns apontamentos acerca das relações gerais da investigação que venho realizando. Em primeiro lugar, aparece o distanciamento, nesses encontros, de qualquer tipo de característica considerada “institucionalizada” e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia. Assim, o desejo de diferenciar-se aparece, por exemplo, no afastamento do movimento estudantil e na busca da “autonomia financeira”. O movimento estudantil é visto como um espaço “limitado” para o desenvolvimento das questões LGBT e raciais, e o acionamento de qualquer financiamento além do universitário emerge como limitador político do espaço.

Além desses aspectos, a compreensão dos Encontros como um espaço de formação está presente no ENUDSG e no EECUN. A proposta de ser formativo é vista pela recusa de criar um espaço institucional de aprovação de pautas e diretrizes políticas. Nesse contexto, esses dois Encontros se apresentam como “novo”, ou como prefiro tratar até esse momento, como encontros na gama de espaços, com um forte marcador geracional, que se estabelecem na crítica às formas institucionalizadas de atuação de movimentos sociais, muito embora se fizessem presentes num dos eventos pelo menos lideranças de organizações mais tradicionais, como o caso da Educafro, da ONG Criola, dentre outras. Não só estiveram entre os convidados lideranças estabelecidas do movimento negro, como suas pautas também se faziam notar, como o problema do genocídio, epistemicídio e mesmo as ações afirmativas.

Outra questão importante que aparece no campo é o acionamento e uso da categoria “experiência”. Para os presentes nos Encontros, “enegrecer” e criar um “protagonismo preto” relacionam-se com a constituição de uma formação política através de uma “experiência” comum. Nessa conjuntura, esses Encontros criam, a partir da experiência, o que corresponde a “ser negro” na universidade e, por conseguinte, constroem o que é ser esse sujeito político negro no território da universidade.

Se seguirmos esse caminho, então, o ENUDSG e o EECUN se formam como espaços em que o corpo aparece como uma fonte de autoridade de quem pode falar o que e por quem, ou seja, o corpo torna-se o *locus* da experiência. Esse processo, observado nas edições dos Encontros, se articula com um conjunto de outros espaços políticos contemporâneos³⁴ onde o corpo e a experiência constroem a noção de organização política dos próprios agentes. Assim, o acionamento de marcadores como gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero, geração e classe constituem o fazer político desses espaços, mas eles mesmos recebem *status* hierárquicos distintos a depender do corpo que fala e no contexto no qual se faz o uso da palavra.

Desse modo, os Encontros apresentados contribuem para compreender a crescente proliferação de discursos e narrativas em torno da interseccionalidade – categoria utilizada em campo – com atenção aos marcadores de raça, gênero, sexualidade e geração. Nesse caso, a apresentação que trago na primeira parte deste artigo indica que o que acontece no interior do campo que investigo está localizado num processo histórico e contextual. Além disso, nos chama

³⁴Como, por exemplo: coletivos LGBTs universitários (FALCÃO, 2017); coletivos secundaristas (ALEGRIA, 2018); Marcha das Vadias (GOMES, 2018); coletivos feministas autônomos (CARMO, 2016), entre outros.

a olhar com mais atenção para como a “experiência” é acionada em campo como um caminho para compreendermos, de maneira mais geral, as formas contemporâneas de politização de raça, gênero e sexualidade, especialmente entre as novas gerações universitárias.

Referências

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-Unicamp, Campinas, 2014.

ALBUQUERQUE, Hugo et. al. *Junho: potência nas ruas e nas redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.

ALEGRIA, Paula. “Vai ter viado se beijando, sim!”: gênero, sexualidade e juventude entre alunos do movimento estudantil secundarista de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. *Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 1, jun. 2018.

ALMA PRETA. *Alma Preta/Universitários e coletivos negros organizam Encontro Nacional*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=visIpExQ0aA>. Acesso em: 28 maio 2017.

ALMA PRETA. *Sobre*. Disponível em: <http://almapreta.com/sobre>. Acesso em: 28 maio 2017.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos pagu* [online], n. 43, p.13-56, jan./jun., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2016.

BATEKOO. *Sobre*. Salvador, [s.d]. Facebook: @batekoo. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/batekoo/about/>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 06 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *O que é o REUNI*. 25 mar. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 07 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Perguntas frequentes*. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *PROUNI: Programa Universidade para Todos*. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 28 maio 2017.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 71 – 89, jan./jun. 2019

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas*. 21 mar. 2016. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/noticias_seppir/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas. Acesso em: 23 abr. 2017.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: London, Routledge, 1993.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 313-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CARMO, Íris Nery do. “Fiz do meu corpo a revolução”: gastropolíticas e contestações de gênero, sexualidade e espécie. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. 1. ed. Salvador-BA: Edufba, p. 1-240, 2016.

CARVALHO, Jorge José. *A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação/Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2014, 1. ed., 2016.

CARVALHO, Jorge José. *Inclusão étnica e racial no Brasil*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, Cristina. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, 2006.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição à história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 319-351, 2013.

CARVALHO, Mario. *“Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONVOCAÇÃO a juventude negra. In: FORUM Nacional Juventude Negra, Brasil, 30 maio 2008. Disponível em: <http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 28 maio 2017.

COPENE. *IX Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as*. Rio de Janeiro, jan. 2017. Facebook: @copene2017. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/copene2017/about/?ref=page_internal. Acesso em: 07 maio 2017.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, abr. 2013.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Não se nasce militante, torna-se*: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

EECUN. *Carta de Princípios do EECUN/2016*. Disponível em: <http://eecun.com.br/> Acesso em: 07 mar. 2016.

EECUN. *Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros*. Rio de Janeiro, maio 2016. Facebook: @eecun. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/eecun/about/?ref=page_internal. Acesso em: 07 mar. 2016.

EECUN. *II Reunião Nacional de Organização do EECUN*. UFMG, Belo Horizonte, 9 de out de 2015. Facebook: eecun@eecun.com.br. Disponível em: https://www.facebook.com/events/566425943495345/?active_tab=about. Acesso em: 18 abr. 2017.

ENUDSG. *XIV ENUDSG*. Disponível em: <https://xivenudsg.wixsite.com/xivenudsg>. Acesso em 15 ago. 2016.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 44, n. 1, pp. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (org.). *Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 231-262, 2018.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Guaramond, 2005.

FALCÃO, Thiago. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, 2009.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? *Econômica*, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 71 – 89, jan./jun. 2019

GOMES, Carla. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2018.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Sociedade e Estado* [online], Brasília, v. 29, n. 2, p.433-447, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007. Acesso em: 15 mar. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. *Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais Brasileiras: o contexto pós-Durban”*. Brasília, Ministério da Educação e a Câmara Federal, set. 2005.

HEREDIA, Beatriz; LOPES LEITE, José Sergio (org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LIMA, Marcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. XVI, p. 27-43, 2015.

LIMA, Marcia. ?La expansión de la enseñanza superior en Brasil y sus principales desafíos? In: Beige, Fernanda; Sabea, Hana. (org.). *Dependencia académica y profesionalización en el sur: perspectivas desde la periferia*. 1. ed. Mendoza: EDIUNC, 2014.

LIMA, Marcia. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. *Revista de Antropologia* [São Paulo, Online], v. 61, n. 1, p. 95-102, USP, 2018.

LIMA, Stephanie Pereira de. *“As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!”: uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Stephanie Pereira de. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Revista Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 1, jun., 2018.

LIMA, Stephanie Pereira de. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). *Sexualidad, Salud e Sociedad (Rio de Janeiro)* [online], n. 25, p. 256-276, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. 1. ed. São Paulo: Editora Francis, 2010.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

RIO, Flavia. *Elite política negra no Brasil*. Tese (doutorado em Sociologia) – FFLCH – USP, São Paulo, 2014.

RIO, Flavia. *Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH – USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, Jocélio (org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Mirtes. CULTNE DOC - EECUN. [S. l.: s. n.], 2 nov. 2015. 1 vídeo (2 min 41 s). Publicado pelo Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xvq47DuchU8>. Acesso em: 15 fev. 2016.

Anexo 1

Figura 1: Cartaz do XIV ENUDSG



Fonte: XIV ENUDSG (2016).

Anexo 2

Figura 2: Cartaz do I EECUN



Fonte: I EECUN (2016).

Resenhas

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

Paulo César Ramos[†]

O livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* foi publicado por Abdias do Nascimento, em primeira versão, no ano de 1978, pela Editora Paz e Terra, e escrito a partir de um ensaio que o autor apresentou no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, realizado em Lagos, Nigéria, entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977. O desenvolvimento dos argumentos do autor, ao longo da obra, não deixa dúvidas de que um dos seus principais intentos era a denúncia do mito da democracia racial, sendo que a palavra mito designa o caráter velado do racismo brasileiro.

Na obra, que não se pretende acadêmica, Abdias expõe sua visão sobre qual é o lugar social do negro no imaginário brasileiro baseando-se em análises das explicações e documentos oficiais do Estado, da Igreja Católica, das legislações de políticas de imigrações, dos discursos presidenciais e mesmo das ideias de intérpretes do Brasil como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, dentre outros (NASCIMENTO, 2016, p. 62).

O foco do que Abdias considera um “*genocídio*” está na representação social do negro. Ele busca lastrear sua interpretação em dados estatísticos como os de recenseamento ou pesquisas acadêmicas para descrever as diferenças entre negros e brancos em índices, tais como taxas de mortalidade, acesso à educação, condições de moradia e emprego. Sua motivação mais patente para a denúncia do genocídio foi a extinção do quesito raça/cor do censo de 1970. De acordo com a série histórica presente no livro, desde 1872 a proporção de “negros e pardos”¹ vinha diminuindo ante a população branca – esta, por sua vez, vinha aumentando. Em 1872, os brancos eram 38,14% da população e, em 1950, chegaram a 61,66%. Os pretos passaram de 19,68% da população para 10,96% entre 1872 a 1950. No mesmo período, os pardos passaram de 42,18% a 26,54% (NASCIMENTO, 2016, p. 90). Ou seja, na leitura dele, estaria em curso uma diminuição da população negra, entendida como o somatório dos segmentos populacionais pretos e pardos. Embora em censo posterior, de 1960, houvesse uma inflexão disso², no ano de 1970, o governo militar extingue o quesito raça/cor do censo, o que para Abdias do Nascimento seria uma ação derradeira para a eliminação da população negra do Brasil.

Além disso, Abdias localizou um outro esforço discursivo de outra natureza para o apagamento do elemento negro da população brasileira a fim de “embranquecer” o país. Trata-se

[†] Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Contato: ramos.pauloc@gmail.com

¹ No livro, os termos usados não são os mesmos utilizados atualmente. O conceito político negro é o somatório de autodeclarados pretos e pardos.

² No Censo de 1960 haveria uma diminuição pequena na proporção de brancos (61,66 para 61,0% para brancos e de 10,96 para 8,7 para pretos) e um aumento da proporção de pardos (26,54 para 29,5%).

de uma questão demográfica sobre como classificar em termos de cor/raça os filhos de uniões inter-raciais. Se os mestiços fossem aproximados e associados aos próximos dos pretos, ter-se-ia o contingente branco como minoria, porém se os mestiços fossem classificados e associados à branquitude, ocorreria o movimento inverso, enfraquecendo o quantitativo negro, como vemos na reprodução de um texto de Giorgio Mortara (apud NASCIMENTO, 2016, p. 90).

Aqueles nascidos de uniões entre pessoas de cor parda e negra são classificados como brancos; e através de reclassificações o grupo negro perde grande quantidade e ganha muito pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e não perde nada.

Mas essa é a última evidência do “processo de racismo velado” que Abdias procura revelar, e o faz focalizando a dimensão cultural da sociedade e, em especial, da desconstrução do que chama de mito da democracia racial. Para o autor, o mito seria uma ideia destinada a apagar a real presença negra na construção do Brasil, e que funcionaria ao lado de outros mitos, como o mito do senhor benevolente, o mito do africano livre, a proibição de se discutir as questões raciais, a falsa imagem de harmonia racial que o Brasil divulga internacionalmente, o embranquecimento da cultura por meio das academias e universidades, o sincretismo (e a adulteração da ideia de persistência da cultura africana) (NASCIMENTO, 2016).

O exercício lógico da argumentação de Abdias desloca a posição do negro, que no discurso hegemônico é uma posição de um figurante, de um subalterno, de uma minoria, um infiltrado, para a posição de protagonista, de autor, autoridade e maioria. Para o autor, falar em sincretismo seria uma forma de amenizar a violenta repressão que se abateu sobre as práticas religiosas de matriz africana, assim como falar em persistência da cultura africana seria negar a participação majoritária de africanos e seus descendentes na edificação da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016, p. 129). Ao mesmo tempo, o suposto africano livre do pré-abolição, mencionado pela historiografia, assim como a liberdade da pós-abolição seriam máscaras a esconder a situação de penúria e abandono da população negra.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e um mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados na rua à própria sorte qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. (NASCIMENTO, 2016, p 79).

Nascimento desvenda as sutilezas discursivas da defesa do mito da democracia racial, descrevendo os contornos de violência, opressão, discriminação e preconceitos que alguns eufemis-

mos buscam esconder. É o que ocorre com a narrativa sobre a relação das mulheres negras com os senhores de escravos. “A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa” (NASCIMENTO, 2016, p. 73). Essa relação de exploração sexual era reportada publicamente de modo positivo graças à suposta ausência de preconceito, e seu resultado, a mestiçagem, era o trunfo civilizatório. Chamado por alguns de “intercasamento” (NASCIMENTO, 2016, p. 74), esse mito escondia uma dura realidade segregada que separava as mulheres brancas, das “mulatas” e estas das negras, no dito popular de que “Branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar” (NASCIMENTO, 2016, p. 75).

Todo este esforço argumentativo conduzido por Abdias esteve no sentido de fomentar uma versão da história do Brasil que acentue as realizações negras e que afirmasse que o Brasil é um país negro. Tal discurso tornou-se mais enfático nos anos e décadas posteriores com a ação dos movimentos negros que, de variadas formas, encamparam a agenda política de denúncia do mito da democracia racial e de busca por várias reivindicações pautadas no livro.

Portanto, o caráter do genocídio em Nascimento indica um processo distinto daquele tido como *ato*, aquele que nos faz supor o senso comum nutrido pela historiografia oficial e pela memória do nazismo. No Brasil não se apelaria a uma solução final, mas em investidas sistemáticas e de longa duração, pois revestidas por uma discursividade de harmonia. Tanto é assim que Abdias vai nomear o genocídio como um *processo*, já no título do livro, e não evita entrar em fatos que envolvem ações mais violentas por parte do Estado, como a violência policial legal ou o encarceramento em massa.

Essa face mais aguda da exclusão social da população negra associada à noção de genocídio foi utilizada pelo movimento negro somente 30 anos após o primeiro lançamento do livro de Nascimento. Dessa vez, já em tempos de políticas de igualdade racial, a ideia de genocídio veio aparecer nem como ato, nem como processo, mas como um conjunto de ações que se renovam, se espriam e se adaptam. Em outros termos, a ideia de genocídio vai ser ligada à ideia de *sistema* que concatena violência letal e racismo. Essa ligação é marcante e característica dos movimentos de juventude negra após os anos 2000, notadamente lastreada pela campanha “Contra o Genocídio da Juventude Negra”, em 2007. Essa articulação semântica – de resignificação –, política – de aliança e organização –, deita raízes nos protestos contra a violência policial presente na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), no movimento *Hip Hop* emergente dos anos 1980/90 e na galopante taxa de homicídios ostentada pelo Brasil nas estatísticas do início do século XXI. Essa será a tônica da gramática negra do último período democrático. Por essa razão, o livro de Abdias do Nascimento continua tão atual.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

Lourival Aguiar[†]

Entender o pensamento de Frantz Omar Fanon é um desafio. O filósofo, psiquiatra e revolucionário martinicano, que morreu vítima de leucemia aos 36 anos, foi um pesquisador e pensador incansável, que dedicou sua vida a entender os malefícios do colonialismo na psique negra ao mesmo tempo em que lutava pela libertação da Argélia.

Sua trajetória rica em detalhes e reviravoltas permite diferentes leituras e apropriações de Fanon, criando assim distintos *fanonismos*¹. Um longo período acabou por distanciar sua história do pensamento crítico e dialético ao qual Fanon dedicou sua vida. O livro *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*, escrito pelo paulista Deivison Faustino², apresenta o martinicano em sua plenitude: negro, intelectual e revolucionário. De leitura fácil e apaixonada, conseguimos mergulhar em diferentes fanonismos presentes no texto. Em 2015, Faustino defendeu a tese de doutorado intitulada *Por que Fanon, por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*, que recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Capes na área de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Para melhor compreensão, dividimos esse livro em três partes³, de forma a dar destaque para suas vivências e sua trajetória como intelectual. Tal divisão se configura estruturalmente da seguinte forma: a parte um (1) é compreendida pelos capítulos de 1 a 5, a parte dois (2) corresponde aos capítulos de 6 a 11, e, por fim, a parte três (3) refere-se aos capítulos de 12 a 20. Na primeira parte, o autor paulista apresenta diferentes leituras possíveis de Frantz Fanon com base em seus escritos. Nesse primeiro momento, destacamos as duas mais conhecidas obras de Fanon: *Peles negras, máscaras brancas* (1952) e *Condenados da Terra* (1961). No livro *Peles negras, máscaras brancas*, encontramos Fanon voltado para o interior do ser humano, sua psique e os efeitos do colonialismo sobre seu sofrimento e autorregulação. Este é o Fanon reivindicado pelos movimentos pós-modernistas e pós-estruturalistas, que viam a luta anticolonialista como uma batalha apenas do campo subjetivo/ideológico. Já “*Condenados da Terra*” revela um Fanon atrelado à luta anticolonial e pela independência da Argélia, com uma condução teórica

[†] Mestre em Estudos Culturais e doutorando em Antropologia, pela USP.

¹ Termo criado por Henry Gates Jr (1991, p. 458) para designar as diferentes formas de se compreender as teorias de Frantz Fanon.

² Conhecido como Deivison Nkosi, ele é Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, onde também atua como pesquisador do Núcleo Reflexos de Palmares e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB da UNIFESP. É integrante do Instituto Amma Psique e Negritude e do Grupo político Kilombagem.

³

mais materialista e dialética, ou seja, que parte do campo material para entender as questões subjetivas. Essas duas obras são as mais famosas de Fanon e as de maior reconhecimento internacional.

No ensaio proposto por Faustino, o autor deixa explícito que não existe uma leitura “correta” acerca da obra de Fanon, mas sim formas distintas de se conhecer seu pensamento. O livro é um convite para que possamos sair da dicotomia presente nas leituras atuais de Fanon e possamos desfrutar o autor de maneira mais holística e profunda.

Nos capítulos iniciais que representam o primeiro bloco, somos apresentados ao homem que dará origem ao intelectual Fanon: um jovem, oriundo de uma família de classe média na então colônia francesa Martinica, uma ilha localizada no Caribe. Seu lugar de classe propiciou que Fanon tivesse acesso aos estudos no *Lyccê* (escola de excelência em que cursou etapa educacional equivalente ao nosso ensino médio), e assim pudesse receber uma educação formal acima da média dos martinicanos. Ao término da escola, Fanon serviu na Segunda Guerra defendendo a França colonialista, tendo lutado em frentes de batalha na África e na Europa. Foi ferido nesta última e retornou a Martinica em 1945 como herói de guerra. Sua educação e sua posição de herói de guerra lhe possibilitaram ser aprovado em uma universidade francesa. Iniciou os estudos em odontologia e posteriormente mudou para psiquiatria forense, na cidade de Lyon.

Aqui se inicia o segundo bloco, que traz com ele as experiências de um corpo negro em uma sociedade branca colonialista e de uma mente negra cheia de referenciais eurocêntricos. Por um lado, Fanon queria se integrar na sociedade e, por outro, se sentia repellido por ela, situação que o levou ao limite ao final de seu curso de psiquiatria. É nesse momento que escreve sua primeira tese de graduação *Ensaio sobre a desalienação do negro*, que se tornaria futuramente o livro *Pele negra, máscaras brancas*. Esse trabalho é vetado por seu orientador. Em poucas semanas escreve outra tese e é aprovado na faculdade. Fanon então reúne à sua primeira tese novos elementos e a publica como livro. No mesmo ano, 1951, se casa com “Josie” Dublé, com quem permaneceu casado até sua morte e com quem teve um filho⁴, Oliver Fanon, que nasceria anos mais tarde na Argélia.

No livro *Pele negra, máscaras brancas*, o autor, além de traçar os reflexos nocivos do colonialismo sobre a psique negra, ao entender que os complexos de inferioridade internalizados pelos negros resultavam da política colonialista, também estabelece um diálogo crítico com o movimento da negritude⁵. Fanon considerava que o debate sobre a identidade negra tinha como contraponto a visão colonialista, reconhecendo a sua importância histórica, porém apontado os limites que uma visão essencialista sobre o negro poderia gerar. O escritor martinicano usava marcadores materialistas para expor as condições econômicas e sociais que determinam o ambiente no qual a subjetividade é produzida. A utilização desses marcadores mostra uma

⁴ Fanon abandonaria uma filha concebida antes do casamento, Marielle Fanon, fruto de um relacionamento com uma jovem estudante russa.

⁵ O movimento de negritude foi uma corrente literária que reunia escritores de países colonizados pela França (como Senegal, Martinica, Haiti, entre outros), criada por Aimé Césaire (1913-2008) e Leopold S. Senghor (1906-2001), em 1948, que tinha por objetivo reivindicar a identidade e cultura negra de maneira positiva, se opondo à ideia eurocêntrica de que apenas a cultura europeia podia ser entendida como “cultura” e, dessa maneira, sendo entendida como superior, ou seja, “civilizada”. Esse movimento construiu bases que posteriormente seriam usadas para impulsionar o movimento por libertação dos países africanos.

aproximação de Fanon com o marxismo, fator que será aprofundado futuramente com sua relação com os partidos comunista francês e italiano.

A preocupação de Fanon com os malefícios do colonialismo atravessará todos os seus escritos. Faustino nos mostra durante sua obra esses diferentes momentos de reflexão e como suas críticas ao colonialismo se tornarão cada vez mais contundentes e sua atuação mais abertamente política. Os esforços em implementar novas formas de pensar a psiquiatria levam Fanon a procurar um estágio com François Tosquelles (1912-1994), famoso psiquiatra espanhol que estava desenvolvendo técnicas alternativas de tratamento e estudo da psique, de forma sempre a reabilitar os pacientes. Fanon buscou Tosquelles, pois considerou fascinante a possibilidade da psiquiatria não só de operar no controle de pacientes, mas também de reabilitá-los. A partir daí, o jovem médico antilhano poderia introduzir uma psiquiatria que pensasse através das diferenças humanas, de forma a identificar o sofrimento psíquico e seus efeitos na constituição da subjetividade. Após dois anos com Tosquelles, Fanon é aprovado em um concurso para ser chefe de serviço hospitalar para o governo Francês, sendo indicado inicialmente para Pontorson⁶. Meses mais tarde, a pedido do próprio Fanon, foi transferido para Blida, na Argélia.

Fanon se muda para a Argélia, em 1953, para assumir a direção do hospital psiquiátrico em Blida. Lá se deparou com o sofrimento psíquico vivido tanto pelos colonizadores franceses quanto pelos nativos argelinos, sofrimento esse causado pela violência da colonização e pela resistência a ela. Fanon começa então a introduzir uma nova metodologia de trabalho, que, em um primeiro momento, causa irritação nos demais funcionários: ele retira as divisões raciais de alas do hospital, que separava os pacientes argelinos dos pacientes franceses, se negando assim a tratar qualquer um deles com base na diferença racial. O trabalho incluía também atividades ao ar livre e integração entre os pacientes, independentemente se eram argelinos, berberes ou franceses.

No ano seguinte à chegada de Fanon, as ideias de independência começam a ganhar força de maneira mais integral no continente africano, principalmente após as metrópoles colonialistas perderem força durante a Segunda Guerra Mundial. Em resposta, o governo francês se torna mais repressivo e violento, praticando sequestros, torturas e assassinatos de integrantes do movimento de independência. A Argélia era vista como extensão do próprio território francês e não apenas uma colônia, uma vez que era a principal colônia francesa de povoamento⁷. Mesmo o povo argelino tendo resistido desde o início contra a invasão francesa, neste momento a luta anticolonialista ganha novos contornos. Somado a isso, o V Congresso Pan-Africano, realizado em 1945, colocava a necessidade da libertação nacional como única saída, e na Argélia não era diferente. Inicia-se, então uma guerra de guerrilha.

Este é um momento importante da vida de Fanon, que começa a auxiliar os guerrilheiros argelinos em seu hospital. Ele conhece os militantes da FLN (*Frente de Libertação Nacional da*

⁶ Cidade do noroeste da França, pertencente a região da Normandia.

⁷ Colônias de povoamento são, geralmente, territórios utilizados para moradia e subsistências dos colonizadores. São, basicamente, nações invadidas e desenvolvidas através do povoamento pelos colonos e submissão ou extermínio da população local, a fim de estabelecer uma ocupação definitiva e autônoma, de forma a construir uma sociedade economicamente viável, geralmente baseada na agricultura e no comércio. É o modelo oposto ao do colonialismo de exploração, utilizado no Brasil durante todo o período colonial (1530-1808).

Argélia), que pedem abrigo para familiares de militantes presos. No início, Fanon trata apenas de ferimentos físicos e psíquicos causados pelas torturas dos franceses ou pelos conflitos armados. Mais tarde, passa a abrigar perseguidos políticos e contrabandear armas e suprimentos. Com essa postura passa a assumir um lado na guerra entre argelinos e franceses, escolha que se tornaria pública apenas após Fanon deixar a Argélia. Ele escolhe o lado dos oprimidos argelinos.

Neste terceiro e último bloco, temos o Fanon que começa a se posicionar como ativista da luta anticolonialista, fazendo ações consideradas subversivas através de sua posição no hospital e até esse momento Fanon ainda tentava manter seu cargo como diretor. Por conta de ser reconhecido como integrante da luta anticolonialista, é convidado para o I Congresso de Escritores e Artistas Negros, que foi realizado em 1956, em Paris. Esse congresso conta com as principais mentes negras daquela época, como Aimé Césaire, W. E. B. Dubois, Leopold Senghor, Édouard Glissant, Jean Price-Mars, entre outros.

Nesse congresso, Fanon apresenta o texto *Racismo e Cultura*⁸, no qual traz críticas mais duras ao movimento de negritude, que Faustino divide em três partes. A primeira dizia que o racismo estava na esfera cultural, e não apenas na intersubjetividade ou na individualidade. A segunda indica que o racismo não se explica apenas pelas categorias culturais, mas também deve ser entendido por meio das categorias socioeconômicas e históricas. Portanto, o racismo não seria um confronto de uma cultura contra a outra, mas sim a “negação sistemática da humanidade do outro em vistas à sua exploração e dominação” (FAUSTINO, 2018, p. 87). O terceiro ponto, e mais polêmico, é a negação da visão colonialista da cultura. Fanon explica que a forma como a identidade cultural era entendida pelo movimento de negritude gerava uma mumificação da cultura. Ela não seria mais viva e em constante transformação, mas sim um modelo estático que deveria ser “preservado”. Para Fanon, essa visão estática era assumida pelos pensadores do movimento de negritude como forma de negar a assimilação cultural. Essa lógica perpetuava a visão colonialista presente no continente africano. Para Fanon, a luta deveria incluir os debates culturais e de identidade, porém deveria transcender essas pautas, no sentido de se tornar uma luta contra a objetificação, exploração e alienação do homem. Assim, Faustino nos presenteia com um capítulo excelente, que mostra de maneira sucinta as divergências de Fanon com o movimento de negritude.

Em meio a investigações de natureza teórica, o intérprete brasileiro da vida e obra de Frantz Fanon apresenta a perseguição ao psiquiatra martinicano pelo governo francês. Pela pesquisa de Faustino, sabemos que o hospital onde Fanon trabalhava sofreu fortes investigações, sendo que vários membros de sua equipe foram torturados. O próprio Fanon é expulso, o que o leva a passar um tempo sendo acolhido na França por amigos, como Sartre e Simone de Beauvoir, seguindo então para a Tunísia. Suas atividades como ativista revolucionário passam por escrever no jornal *El Moudjahid*, um dos principais periódicos do mundo árabe, chefiar um hospital psiquiátrico em Túnis (capital da Tunísia) e participar do II Congresso de Escritores e Artistas Negros. Nesse congresso, retomando o debate sobre o papel da cultura nos movimentos de independência, Fanon afirma que, para que exista cultura, não uma cultura *redescoberta* ou

⁸ “*Racisme et Culture*” no original em francês foi publicado após a morte de Fanon na coletânea “*Pour la Révolution Africaine*”, lançada em 1964.

preservada, mas uma cultura viva, é imprescindível que haja a libertação nacional, ou seja, o renascimento do Estado, a ser conquistada via revolução. Por conta dessas ideias, escreve em 1959 o livro *Sociologia de uma revolução: o ano V da revolução argelina*⁹, contendo suas observações sobre o processo revolucionário em curso na Argélia, sendo entendida por Faustino (2018, p. 103) como uma “verdadeira etnografia do processo revolucionário, ao descrever com detalhes o processo ao qual o autor estava inserido”. Nesse mesmo ano, Fanon sofre dois atentados a bomba enquanto estava em missão na fronteira entre Marrocos e Argélia, no contexto em que está diretamente envolvido com o processo revolucionário argelino, no qual atuava como militante político e como médico. O primeiro atentado deixa-o ferido e o segundo deixa dezenas de feridos e uma criança morta. Houve uma terceira tentativa de assassinato a Fanon, porém ele consegue sair ileso.

Entre seus esforços para expandir a revolução, faz várias viagens para outros países do continente africano, na intenção de formar uma “Legião Africana”, em especial na África de língua francesa, além de esboçar um livro sobre a relação da revolução argelina com outros povos do continente. Porém, durante uma missão no Mali, é acometido por um esgotamento físico e é internado. De volta a Túnis, é diagnosticado com leucemia. Decide então se tratar na Rússia. Ao retornar muda a direção de seu trabalho intelectual, dando o que seria a sua “última contribuição” para a luta anticolonial: coloca toda sua energia em escrever *Os condenados da terra*, concluído após nove semanas de trabalho ininterrupto, que debilitam mais ainda sua saúde. Nesse livro, Fanon coloca sua divergência com a visão marxista sobre o sujeito revolucionário, que, para ele, no caso colonial vivido através de sua experiência na Argélia, não seria o proletariado, mas sim os trabalhadores rurais e os desempregados ou o lumpemproletariado, que “não teriam nada a perder além de seus grilhões” (FAUSTINO, 2018, p. 105), sendo esta a única força política capaz de derrotar o colonialismo. Nesse livro, Fanon ressaltou que o movimento de negritude se encontrava em um impasse: reivindicar incondicionalmente a cultura negra era cair em uma armadilha, pois apenas invertia a chave de afirmação presente no colonialismo.

Em 6 de dezembro de 1961, meses após escrever *Os condenados da terra*, Fanon morre de leucemia nos EUA, para onde foi, a contragosto, se tratar. Depois de sua morte, sua reflexão continuou a fazer sentido. O legado de Fanon descrito através dos olhos do Deivison Faustino é encantador, instigante e acolhedor. Faustino escreve uma obra riquíssima em detalhes e fruto de uma pesquisa profunda não apenas visitando os principais biógrafos de Fanon, com destaque para Peter Geismar e David Macey, mas também aqueles que se dedicaram a analisar as mais diferentes formas do pensamento fanoniano, como Lewis Gordon, buscando responder as perguntas que inquietam não apenas Faustino, mas a todos os leitores de Fanon. Essa riqueza de detalhes faz desse livro uma excelente porta de entrada e um maravilhoso compêndio da obra deste pensador dos males que afetam o corpo negro no mundo capitalista, sejam esses males os da mente ou os da materialidade histórica. Em resposta à provocação feita por Faustino no último capítulo, digo que Fanon possui espaço garantido no século XXI, como provocador e pensador revolucionário, o que torna sua leitura imprescindível.

⁹ “*Sociologie d’une révolution: L’na V de la révolution algérienne*” no original em francês.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*. São Carlos: EDUFSCAR, 2018.

Maiah Lunas de Oliveira[†]

Pensar as relações raciais e discutir como o racismo atua no Brasil não é algo novo. Seja na análise do sociólogo Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, ou nas reflexões da psiquiatra Neusa Santos Souza, em *Tornar-se Negro*, as relações interpessoais foram estudadas pela perspectiva racial. No entanto, é evidente a dificuldade de se pensar essas relações em um contexto micro, aplicado no dia a dia das pessoas, principalmente no que tange à análise das famílias negras brasileiras e sua afetividade. Em *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*, a autora estadunidense Elizabeth Hordge-Freeman traz essa perspectiva inovadora para o contexto nacional, apontando como as famílias negras são moldadas pelo racismo e pelas hierarquias raciais existentes no país.

O livro está organizado em duas partes, cada uma com três capítulos, além da introdução e da conclusão, e contando também com dois apêndices, o primeiro sobre os métodos de pesquisa e posicionalidade e o segundo sobre os principais tópicos abordados nas entrevistas realizadas pela autora. Um breve resumo das discussões teóricas expondo os principais conceitos abordados ao longo de seu estudo é apresentado pela autora na introdução do livro, além de demarcar o local da pesquisa e a metodologia utilizada. A escolha da cidade de Salvador, no estado da Bahia, se deu não pelo intercâmbio de Elizabeth Hordge-Freeman com a Universidade Federal da Bahia e sim por ela acreditar que as contradições existentes na cidade e o seu perfil demográfico, conforme atestam os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como a cidade mais negra do Brasil, ajudá-la-iam a enxergar as desigualdades raciais dentro das famílias. Pensando em Salvador como a “Roma Negra”, ela confere importância analítica à marcante cultura afro-brasileira e compreende a cidade como um local diaspórico, que tem uma forte identidade regional, que é também racializada por si só.

O estudo foi realizado em um bairro da Cidade Baixa, intitulado pela autora como Lua Cheia, onde ela acompanhou dez famílias pobres, por meio de observações etnográficas e entrevistas formais e informais, além de outras cinco famílias que moravam em outros bairros, mas eram consideradas como famílias estendidas das principais. A pesquisa etnográfica durou 14 meses, entre os anos de 2009 e 2011, “além de 6 semanas de entrevistas de acompanhamento em junho e julho de 2013 e outras 4 semanas em julho de 2014” (p. 35).

Ao longo de sua escrita, Hordge-Freeman traz a ideia de diáspora africana, traçando paralelos entre o Brasil e os Estados Unidos, exemplificando semelhanças e diferenças. O que

[†] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: maiahlunas@id.uff.br.

poderia cair na mesmice de ideias discutidas com frequência e às vezes de forma vazia, na realidade auxilia na percepção de como algumas estruturas raciais não mudam, independentemente do local. Como é apresentado por ela na conclusão do livro, o tráfico negreiro e o racismo científico fizeram com que algumas ideias estereotipadas sobre “raça” se perpetuassem, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou em outros lugares da América, como Cuba e República Dominicana.

No primeiro capítulo a autora discorre sobre como a distribuição afetiva é atingida pelas avaliações feitas sobre a aparência racial de cada indivíduo. Focalizando principalmente na relação entre mães e filhas(os), ela mostra como ocorre a espera, o nascimento e a recepção dos bebês em suas famílias. As mães entrevistadas, em sua maioria, esperam que a criança seja “menos negra” ou que herdem suas características não negras, conforme fica explícito num depoimento coletado pela pesquisadora: “Eu tenho sonhos sobre como ela vai se parecer. Às vezes ela é branca e às vezes é morena. Espero que ela tenha o meu nariz e o meu cabelo liso” (p. 57). Dessa forma, quando a criança nasce, pode ser decepcionante ou um prêmio na loteria, dependendo apenas de quais características raciais ela vai portar. Então, o que Hordge-Freeman constata é que, quando uma mãe tem mais de um filho e esses carregam marcadores raciais diferentes, a tendência é que a criança que se aproxime mais dos fenótipos brancos receba mais afeto, criando uma hierarquia do cuidado da mãe para com os filhos, de acordo com sua leitura racial feita sobre cada criança e fazendo com que existam privilégios dentro da família devido a essa hierarquia. Essa hierarquia afetiva não fica restrita às crianças, mas faz parte também dos relacionamentos românticos, em que o ideal de parceiro ou parceira também é pautado pelos fenótipos: espera-se que um indivíduo negro procure uma pessoa não negra para se relacionar.

No capítulo dois, a autora mostra a racialização como forma de percepção moral, da beleza e do valor humano, trazendo a ideia de capital racial entendido como forma de a pessoa se adaptar a momentos e situações, tendo como objetivo final contestar as desigualdades sociais, mesmo que não necessariamente essa adaptação seja sem crítica. Com esse intuito, ela mostra como as mulheres aspiram a “administrar e apresentar seus corpos de acordo com normas dominantes porque se sentem bem ao serem vistas como belas (capital afetivo) e porque isto está associado a vantagens materiais e econômicas (capital incorporado)” (p. 98). Como a branquitude é hegemônica e é o que molda as relações sociais no Brasil, por contraste a negritude torna-se sinônimo de inferioridade, por isso a manipulação do corpo com o intuito do embranquecimento visa ao acesso a recursos que, em norma, são destinados a esse grupo dominante, isto é, aos brancos. Dessa forma, demonstra a autora que o capital racial incorporado gera expectativa de mobilidade social. Contudo, a criação de espaços como o Instituto Beleza Natural funcionaria, na visão da autora, como possibilidade de se negociar a identidade, pois permite aos negros a fuga da lógica do embranquecimento e faz com que se aproximem dos movimentos de estética afro, pois nestes o capital afetivo e o capital incorporado podem ser potencializados a partir do momento em que a pessoa se torna capaz de expressar sua própria identidade racial, ao invés de negá-la.

O terceiro capítulo tem como subtítulo “Capital afetivo, estigma e racialização”, analisando as consequências psicológicas do abandono, seja ele físico ou não. As entrevistas apresen-

tadas nesse capítulo mostram como o capital afetivo influencia na vida das pessoas a partir do momento em que existe a já citada hierarquia racial, que é moldada por um ideal de supremacia branca. As mensagens violentas transmitidas pela família, sejam elas implícitas ou não, trazem reflexos perenes para o indivíduo. O tratamento diferencial e a rejeição ajudam a criar um racismo internalizado que, em alguns casos, leva à depressão ou a consequências materiais que limitam o acesso à educação, plasmando assim uma autoestima frágil.

O capítulo quatro fica na segunda parte do livro, intitulada “Socialização racial e negociações na cultura pública”. A esse capítulo cabe a análise da fluência racial presente no Brasil, ou seja, a forma como a socialização racial é desenvolvida dentro das famílias brasileiras. A fluência racial ensinada dentro das famílias cria uma forma de adaptação racial exercida no espaço público. O que a autora analisa é como tal fato permite que as pessoas tentem uma mobilidade racial/social ao invés de criar uma identidade racial efetiva, mostrando como isso permite a criação de diversos termos para denominar a cor de cada pessoa, como moreno, jambo, café com leite e outros, além de criar uma etiqueta racial.

No penúltimo capítulo Elizabeth se dedica, em um primeiro momento, a pensar na geografia racial da cidade de Salvador e como essa espacialização e a divisão dos territórios perpassam questões raciais, trazendo para a reflexão também como a educação é vista por algumas famílias como aquilo que possibilita a mobilidade social, já que a consciência de classe é maior do que a consciência racial. Ela analisa ainda como a importância da educação é mais naturalizada e internalizada pelas meninas, sendo perceptível através das brincadeiras como o brincar de escolinha.

Em decorrência das consciências de classe e racial serem diferentes, as famílias atribuem o racismo a algo individual e não estrutural. Dessa forma, a maioria dos entrevistados é contra as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras. Isso ocorre pelo fato de acreditarem que as cotas raciais ao mesmo tempo em que menosprezam a capacidade dos negros também produzem privilégios, ficando nítido que esses acreditam na existência de uma democracia racial.

No sexto e último capítulo, três famílias são analisadas pela autora como transgressoras por fugirem da lógica racial dominante e por terem uma formação política antirracista. Nas duas primeiras famílias as mulheres têm papel fundamental nessa formação, ainda que na família Nascimento apareçam contradições que são reflexos de como a supremacia branca e as hierarquias raciais afetam mesmo aqueles que possuem uma leitura mais crítica do meio em que vivem. Por sua vez, na segunda família a presença do candomblé traz referências africanas e um conhecimento maior sobre a história do Brasil. Quando o assunto é cabelo, o discurso de aceitação se difere, abrindo espaço para posições mais ambíguas e complexas. No entanto, Hordge-Freeman não reduz tal fato a questões de hierarquia racial, acreditando que isso se dá pela necessidade de “encontrar a autovalorização e a libertação das estruturas de poder hegemônicas” (p. 266).

A terceira família se difere de todas as outras pesquisadas por ser a que tem um discurso antirracista mais concreto e tal discurso ser transformado em ações que visam à melhoria da

comunidade local. Nela, estão as ideias que mais se aproximam das apresentadas pela autora, em que o racismo é estrutural e interfere nas pessoas como indivíduo e na sociedade como um todo. O principal interlocutor dessa família é um dos únicos que tem trabalhos sociais dentro do bairro em que mora e participa de algum grupo de militância política.

Na conclusão, Elizabeth Hordge-Freeman aponta a importância da pesquisa para a compreensão de como o racismo atua e torna as famílias negras invisíveis. Ao destacar como a maternidade influencia na negociação do capital incorporado, como nos rituais feitos com a intenção de afinar o nariz do bebê, ela deixa evidente que algumas atitudes como essas não devem ser lidas simplesmente como racismo, mas sim como uma tentativa de possibilitar que seus filhos tenham sucesso, assegurando um status mais elevado que é enxergado na branquitude. Dessa forma, o amor é afetado diretamente por questões ligadas aos estigmas raciais.

Por fim, vale destacar que o livro *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*, a autora americana mostra também a relevância de uma abordagem interseccional para compreender todas as complexidades, que envolvem gênero, raça, classe e capital, depositando, assim, sua esperança em novas pesquisas com perspectivas interdisciplinares.



DOSSIÊ: Questão racial: novos objetos, temas e agenda de investigação

1 Apresentação

Flavia Rios; Marcio André de Oliveira dos Santos; Raimundo Batista dos Santos Junior

2 Raça e eleições: candidaturas negras na competição eleitoral para vereador no Rio de Janeiro

Wescrey Portes Pereira

3 A violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência”: discursos sobre o genocídio da população negra em Recife-PE

Joyce Amâncio de Aquino Alves

4 O feminismo negro na era dos ativismos digitais

Dulcilei da Conceição Lima

5 Nós negros e LGBT estamos aqui!”: raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras

Stephanie Lima

Resenhas

6 NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

Paulo César Ramos

7 FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018

Lourival Aguiar

8 HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. São Carlos: EDUFSCAR, 2018

Maiah Lunas de Oliveira

APOIO:



SALTHE